

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JOSÉ CÂNDIDO RIFAN SUETH**

**ESPÍRITO SANTO, UM ESTADO “SATÉLITE” NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA: DE MONIZ FREIRE A JERÔNIMO MONTEIRO  
(1892-1912)**

**VITÓRIA  
2004**

**JOSÉ CÂNDIDO RIFAN SUETH**

**ESPÍRITO SANTO, UM ESTADO “SATÉLITE” NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA: DE MONIZ FREIRE A JERÔNIMO MONTEIRO  
(1892-1912)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

**VITÓRIA**

**2004**

S944e Sueth, José Cândido Rifan, 1949-

Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912) / José Cândido Rifan Sueth. – 2004.

146f. :il.

Orientador: Sebastião Pimentel Franco

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espírito Santo (Estado) – História – 1892-1912. 2. Espírito Santo (Estado) – Política e governo – 1892-1912. 3. República. 4. Federalismo. 5. Hegemonia. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título

CDU: 93

**JOSÉ CÂNDIDO RIFAN SUETH**

**ESPÍRITO SANTO, UM ESTADO “SATÉLITE” NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA: DE MONIZ FREIRE A JERÔNIMO MONTEIRO  
(1892-1912)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2004.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**PROF. DR. SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO**  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. SURAMA CONDE SÁ PINTO**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

**PROF. DR. GILVAN VENTURA DA SILVA**  
Universidade Federal do Espírito Santo

À minha esposa querida, pela paciência, desvelo e extremo amor com que acompanhou e ajudou na pesquisa.

À minha mãe querida, pelas preces e pelo carinho.

A toda a minha família, pela amorosa torcida.

## **AGRADECIMENTOS**

*Para levar adiante a pesquisa que fundamentou as reflexões colocadas nesta dissertação, muito tempo foi dispendido na leitura e análise dos documentos oficiais e das obras que constam nas referências. Contribuiu para o desfecho desse estudo o ambiente democrático e aberto constituído pelo Senado e Câmara de Deputados Federais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Vitória, Arquivo Público Estadual do Espírito Santo e Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, onde encontrei inúmeros dados que possibilitaram a elaboração desta dissertação. Às pessoas ligadas a essas entidades e que abriram para mim as portas da pesquisa, meu agradecimento sincero.*

*Entretanto, uma palavra especial deve ser direcionada à Universidade Federal do Espírito Santo, que oferece o programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas. A excelência desse curso estimula aqueles que dele participam. Assim, não poderia prosseguir em meus agradecimentos, sem uma menção aos competentes professores doutores que ministraram as disciplinas do curso em 2004 e instigaram-me, lançando-me no gosto pela pesquisa que pude desenvolver.*

*Destaco, em especial, a professora.doutora.Maria da Penha Smarzaró Siqueira e o professor doutor Gilvan Ventura da Silva que me fizeram importantes e competentes observações que incluí – todas – nesta dissertação.*

*Não poderia deixar também de agradecer a todos os meus colegas de mestrado, pelo saudável e inteligente papel de interlocutores, nos momentos em que passamos juntos, desde o início do programa de Mestrado.*

*Não só desempenhando um acompanhamento afetivo, mas colaborando nas pesquisas, minha esposa exerceu uma função fundamental nesta dissertação, uma vez que, graduada em História, pôde fazer observações muito pertinentes aos textos que, sempre, lhe mostrei antes de levar a meu orientador.*

*Agradeço, sobretudo, ao meu orientador, professor doutor Sebastião Pimentel Franco, que, diversas vezes, em seus momentos de descanso semanal, atendia em sua residência, disponibilizando tempo que estava sendo dedicado a sua família. Em muitas ocasiões, dava seus conselhos e orientações em meio a uma reunião e outra na Fundação Ceciliano Abel de Almeida. Seu celular estava para mim disponibilizado a qualquer hora do dia ou da noite. Sua paciência, sua ampla visão da História, sua erudição e sua inteligência, tudo isso me foi oferecido com presteza, seriedade e método, para que esta dissertação saísse a contento. A ele – professor de minha esposa na Universidade Federal do Espírito Santo e meu orientador em especialização feita nessa mesma Instituição – meu muitíssimo obrigado.*

*[...] o que de sobra sabemos: a divisão irritante do país em estados grandes e pequenos; o apanágio que se reservaram os primeiros, de compor as bancadas numerosas, de escolher o chefe da nação, de dispor da receita do país em proveito exclusivo de suas circunscrições, sempre e invariavelmente, à revelia dos segundos! (Cláudio, 2002, p. 29, grifo nosso).*



## RESUMO

Esse estudo de história regional fornece subsídios para o entendimento da hegemonia de alguns estados brasileiros e a exclusão do Espírito Santo, num período tão importante para a história política brasileira, como foi o da Primeira República. A gênese da heteronomia capixaba é aí analisada em função de como foi aplicado no Brasil o federalismo norte-americano, fundamento da política dos governadores e da hegemonia de alguns estados sobre unidades da Federação consideradas secundárias. O recorte cronológico abrange as administrações estaduais desde 1892 a 1912, englobando especialmente dois presidentes de estado, José de Carvalho Moniz Freire e Jerônimo de Souza Monteiro que, embora tenham imprimido ao governo orientações políticas diferentes, mantiveram a característica “satélite” do estado do Espírito Santo diante da Federação. Essa análise de documentos oficiais, como mensagens e discursos, é fundamentada na concepção weberiana do poder e, sem ter a finalidade de utilizar a História como “mestra da vida”, talvez ofereça algum suporte para observações sobre o Espírito Santo no século XXI, contribuindo desse modo com a nova história política que vem caracterizando certas áreas da historiografia.

**Palavras-chave:** Espírito Santo, federalismo, primeira república, política dos governadores.

## ABSTRACT

This study about regional history gives support to understand hegemony of some Brazilian states and exclusion of Espírito Santo, within the First Republic period, a very important phase of political Brazilian history. Genesis of Capixaba heteronomy is analysed in the light of an original interpretation of North American federalism in Brazil, which has played an important part in so called governors policy, as well as in hegemony of some Brazilian states upon federation unities considered secondaries. The chronological time line covers Espírito Santo's state governments from 1892 to 1912, reaching specially two state governors, José de Carvalho Moniz Freire and Jeronimo de Souza Monteiro that, in spite of differentiate political guide-lines, kept the "satellite" character of Espírito Santo state before Federation. This analysis of documents, as official Messages and Addresses, is based on weberian conception about power and, in spite of not having the goal of using History as "teacher of life", maybe offers some fundament to notices about Espírito Santo within the 21<sup>st</sup> century, giving therefore a contribution to a new political history which now characterizes some areas of historiography.

**Keywords:** Espírito Santo; federalism; first republic, governors policy.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Estrutura do poder .....	42
<b>QUADRO 2</b>	Número de anos em que os postos de gabinete foram ocupados por representantes dos partidos estaduais: de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910 .....	70
<b>QUADRO 3</b>	Representação política na Primeira República .....	71
<b>QUADRO 4</b>	Mensagem de 1903: Alguns conceitos chaves .....	82
<b>QUADRO 5</b>	Arco cronológico: governos federal e estadual (1891-1912) .....	95
<b>QUADRO 6</b>	Força Policial Militar Efetivo do pessoal (1908-1912) – praças .....	104
<b>QUADRO 7</b>	Força Policial Militar Material (1912) .....	105
<b>QUADRO 8</b>	Mensagens, discursos e relatórios presidenciais (1892-1912) .....	114
<b>QUADRO 9</b>	Mensagens, discursos e relatórios presidenciais Moniz Freire: 1892-1896 .....	115
<b>QUADRO 10</b>	Mensagens, discursos e relatórios presidenciais Moniz Freire: 1900-1904 .....	116
<b>QUADRO 11</b>	Mensagens, discursos e relatórios presidenciais: Jerônimo Monteiro 1908-1912 .....	117
<b>QUADRO 12</b>	O repasse aos estados .....	130

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 O BRASIL REPUBLICANO E A POLÍTICA DOS GOVERNADORES .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 O FEDERALISMO NO BRASIL DO SÉCULO XIX .....</b>	<b>34</b>
<b>2.2 A POLÍTICA DOS GOVERNADORES .....</b>	<b>39</b>
<b>3 O COTIDIANO CAPIXABA EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX .....</b>	<b>51</b>
<b>4 ESPÍRITO SANTO, ESTADO “SATÉLITE” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DE 1892 A 1912 .....</b>	<b>59</b>
<b>4.1 AS CONTRADIÇÕES DO FEDERALISMO BRASILEIRO .....</b>	<b>59</b>
<b>4.2 O CASO DO ESPÍRITO SANTO NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>61</b>
<b>4.3 A ASCENSÃO DE MONIZ FREIRE .....</b>	<b>65</b>
<b>4.4 OS PLANOS DE MONIZ FREIRE COMPROMETIDOS NA SUCESSÃO .....</b>	<b>72</b>
<b>4.5 MONIZ FREIRE EM SEU SEGUNDO MANDATO .....</b>	<b>76</b>
<b>4.7 JERÔNIMO MONTEIRO NO GOVERNO DO ESTADO .....</b>	<b>101</b>
<b>5 TRÊS MANDATOS, DUAS POLÍTICAS E UMA SÓ DEPENDÊNCIA: MONIZ FREIRE E JERÔNIMO MONTEIRO .....</b>	<b>107</b>
<b>5.1 DUAS FORÇAS ORIENTAM A POLÍTICA CAPIXABA .....</b>	<b>112</b>
<b>5.2 MONIZISMO, JERONIMISMO E FEDERAÇÃO .....</b>	<b>124</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>136</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Qualquer estudioso que pesquisar o “índice remissivo” de *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, de Raymundo Faoro (2001, p. 904), poderá intrigar-se com o fato de existirem apenas duas referências ao estado do Espírito Santo, ao lado de inúmeras citações dos estados de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, numa obra que, num total de novecentas e treze páginas, faz exaustivo estudo da história brasileira. Este é um mero exemplo da perplexidade que atinge aqueles que desejam se debruçar sobre a história de um estado que possui uma das mais antigas cidades do país (OLIVEIRA, 1975) e situa-se em uma região privilegiada, ponto de encontro entre o sul/sudeste e o nordeste, antiga capitania na qual se deu a descoberta de ouro em fins do século XVIII e integrante daquilo que, embora impropriamente, poderíamos chamar de ciclo do café.

O Espírito Santo tem sido considerado uma região secundária, dependente, sem aquela “[...] liberdade política característica de uma sociedade capaz de governar-se por si mesma e de forma independente, quer dizer, com autodeterminação [...]”, caracterizando assim sua falta de autonomia (JAPIASSU, 1996, p. 21). Trata-se de uma condição pela qual o Espírito Santo vem recebendo de fora a lei à qual obedece. Para identificar essa heteronomia,<sup>1</sup> esta dissertação preferiu utilizar o termo “satélite”, já consagrado por diversos autores.

De fato, é assim que se designa, na História Geral da Civilização Brasileira, elaborada sob a direção de Boris Fausto, o núcleo de estados nordestinos que, na Primeira República (1889-1930), girava em torno de Pernambuco: “O que se poderia chamar ‘núcleo satélite’ de Pernambuco – os estados mais sujeitos à sua influência política e econômica (Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará [...])” (CARDOSO et al., 1979, p. 125, grifo nosso).

---

<sup>1</sup> Russ (1994, p. 128) define heteronomia como a “[...] condição de uma pessoa que recebe do exterior a lei a que ela se submete (termo oposto a autonomia)”.

Essa análise não apenas elenca os “satélites”, mas também delinea algumas de suas características. Os estados citados não gozam de completa autonomia política nem econômica, já que, nesses dois aspectos, recebem influência de fora. Tal é a hipótese que se levanta, aqui, a respeito do Espírito Santo, em um determinado recorte de tempo, ou seja, sua heteronomia no regime federativo estabelecido no Brasil republicano.

Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto também utilizam o termo “satélite” em sentido similar, quando em obra recentemente lançada afirmam, a propósito da política dos governadores na Primeira República:

*Se por um lado esse esquema de funcionamento minimizou os conflitos intra-oligárquicos [...], por outro lado acabou dando forma a um federalismo desigual marcado pela preponderância de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul sobre as demais unidades da Federação. Assim, no condomínio oligárquico em que se transformou a política brasileira, havia oligarquias de primeira e segunda grandezas, além dos chamados estados satélites (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 393, grifo nosso).*

Entre os historiadores capixabas, destacam-se Sebastião Pimentel Franco e Regina Hees que, no final de seu recente livro, analisam o Espírito Santo na República e identificam a situação periférica do estado, o que é uma das principais características da falta de autonomia a que se refere esta pesquisa:

*O Espírito Santo, que sempre viveu numa situação periférica, sem receber apoio, com os incentivos fiscais [a partir dos anos 1960] começa a receber recursos para implantação de projetos industriais. Embora esses incentivos estivessem chegando até o estado, a situação de periferia não se alterou nessa primeira fase do processo de industrialização [...]. [Após 1975] são implementados [planos], cujo objetivo era promover a integração do Espírito Santo no cenário nacional e fazer com que o estado deixasse de ser uma área periférica (FRANCO; HEES, 2003, p. 143, grifos nossos).*

Esta dissertação procurará estudar, assim, o Espírito Santo enquanto um estado sem autonomia, mas num recorte temporal que é uma pequena fase dentro da Primeira República: o período que vai do primeiro governo do presidente de estado Moniz Freire até o término do mandato do presidente de estado Jerônimo Monteiro, de 1892 a 1912. A relevância desse período vem do fato de que esses

dois governantes marcaram cada um a seu modo a prática política no estado, imprimindo orientações que, embora diferentes, não modificaram o caráter dependente da política capixaba. Trata-se de um tema de interesse e que poderá ajudar a deitar alguma luz sobre o desenvolvimento da História do Espírito Santo. Este estudo procurará verificar os mecanismos pelos quais se dava essa posição secundária e, portanto, sem autonomia plena, de um estado inserido no sudeste, região onde crescia a industrialização e a exportação de café, tornando essa área uma das mais ricas do Brasil nesse importante período da história.

Existem bons estudos históricos a respeito do Espírito Santo, mas que não centralizam a atenção nesse ponto que, aqui, se quer verificar. Assim, por exemplo, Gabriel Augusto e Melo Bittencourt (1987) analisa a modernização do Espírito Santo através do café, mas o faz sob o ângulo do século XIX e sem tratar especificamente do tema que se pretende, nesta pesquisa, desenvolver. Por seu turno, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa (1985) estuda a ferrovia Vitória-Minas entre 1890 e 1940 e até lança alguma luz sobre o tema, mas esse não é seu objeto de trabalho. Também Vilma Paraíso Ferreira de Almada (1984) fornece dados preciosos para o tema, embora tenha estudado a estrutura agrária e a cafeicultura no Espírito Santo, o mesmo ocorrendo com Marta Zorzal e Silva (1995), que igualmente pesquisou sobre o Estado, interesses e poder no Espírito Santo. Embora tratando da Revolução de 30, Miguel Depes Tallon e Luciana Osório (1980) também fornecem indiretamente algumas indicações de como pode ter se dado essa dependência, mas não fizeram desse tema, nem mesmo sucintamente, o alvo de suas análises. Em sua tese de doutorado, Sebastião Pimentel Franco (2001) analisa aspectos culturais que foram muito úteis nesta pesquisa, embora também seja outro seu objetivo. O mesmo autor Sebastião Pimentel Franco publicou recentemente, em companhia de Regina Rodrigues Hees (2003), um estudo sobre a República e o Espírito Santo, com abordagens novas, mas tratando de outros aspectos da história capixaba que não especificamente este aqui desenvolvido: o caráter dependente do estado em vinte anos de sua vida republicana. Isto demonstra que até existem estudos sobre alguns aspectos da História capixaba, mas o tema em questão é ainda pouco pesquisado.

A hipótese sobre a qual pretende-se trabalhar é a de que existiu efetivamente, entre 1892 e 1912, uma heteronomia, uma dependência, uma subordinação do Espírito Santo, de acordo com a afirmação de Afonso Cláudio que, apesar de feita posteriormente, denuncia uma característica do período aqui estudado: “Durante o governo monárquico, não cessamos de clamar contra os desatinos da ferrenha centralização que fazia da corte o Brasil; entretanto sob o governo republicano federativo, perdura a anomalia, o Brasil é o Rio de Janeiro!” (CLAUDIO, 2002, p. 29, grifo nosso)

Ora, se o Brasil é o Rio de Janeiro, então este é o planeta e os outros, entre os quais está o Espírito Santo, recebem sua influência e, portanto, têm sua autonomia limitada. Tal é a problemática levantada por esta pesquisa.

Embora não tratando especificamente dos assuntos relacionados diretamente com a presente proposta de estudo, Rubem Barbosa Filho (2000) fornece algumas indicações sobre o processo de independência do Brasil e o papel que nele exerceram os Braganças, abordando assim a centralização política e, conseqüentemente, a condição dependente de várias províncias, também tratando do papel do Rio de Janeiro naquele período da História do Brasil.

É óbvio, portanto, que essa condição de heteronomia não começou na Primeira República, mas vem certamente do período colonial e do Império. Apesar de ser interessante pesquisar essa característica do Espírito Santo também em períodos anteriores a 1889, isto foge à proposta deste estudo, que se voltará unicamente para a dependência do Espírito Santo nesse recorte temporal que vai de 1892 a 1912.

Neste estudo o conceito de estado “satélite” está associado a carência, pouca autonomia, ser influenciado, ser dependente. Apesar da coincidência de termos, não significa que se esteja utilizando a “*teoria da dependência*” tão em voga alguns anos atrás e caracterizada por Fernando Henrique Cardoso et al. (1979, p. 128) como “[...] a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional”. Esta dissertação não se fundamenta no modo de produção capitalista, quando classifica os estados



brasileiros em satélites e planetas. Não se trata aqui de analisar, portanto, o “[...] relacionamento das partes que compõem o sistema capitalista internacional [...]” (CARDOSO et al., 1979, p. 127), como pretende a teoria da dependência.<sup>2</sup>

Sem desprezar os aspectos econômicos, a hipótese aqui levantada procura fundamentar seus conceitos especificamente na política, de maneira que estado satélite é aqui considerado aquele que, por seu caráter secundário, não dispõe da autonomia necessária para reger seu destino e, por isso, depende de outra entidade que lhe proporcione os meios de sobreviver politicamente.<sup>3</sup> Atualmente, utiliza-se a Política como a atividade ou o conjunto de atividades que têm como referência a “*polis*”, o Estado (BOBBIO, 2002, p. 954). Nesta dissertação, utiliza-se, sem dúvida, um modelo centro-periferia, mas empregado em outra área que não a econômica. É, assim, uma abordagem política e que há alguns anos vem se firmando na historiografia. Peter Burke (2002, p. 114) cita como exemplo dessa visualização o historiador William McNeil, que organizou um estudo sobre o Império Otomano com base nesse modelo. É assim também que teóricos e historiadores da Escandinávia, que por vezes se descrevem como habitantes da

---

<sup>2</sup> Na década de 1970, quando a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) estimulava estudos específicos sobre o subdesenvolvimento latino-americano, destacou-se Andrew Gunder Frank (1979, p. 25-38) com sua teoria de que, tanto as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no plano internacional, como as instituições subdesenvolvidas das áreas domésticas chamadas atrasadas ou feudais de um país subdesenvolvido, todos esses aspectos são produtos de um processo histórico único: o do desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, conclui Frank que uma cadeia inteira de constelações de metrópoles e satélites liga todas as partes do sistema global, desde seu centro, na Europa ou nos Estados Unidos, até à mais distante região rural da América Latina. O relacionamento metrópole-satélite integra, assim, sua tese sobre o papel do capitalismo no subdesenvolvimento latino-americano. Ora, apesar de utilizar o conceito de satélite, esta dissertação não se fundamenta, em momento algum, no desenvolvimento do capitalismo para justificar a existência de satélites no Brasil da Primeira República. Não é, como se pode ver, sob a ótica estritamente econômica que se analisa, aqui, a satelitização de certas áreas em determinado recorte de tempo do Brasil republicano. Referindo-se a vários estudiosos, entre os quais Andrew Gunder Frank, assim se expressou Peter Burke (2002, p. 113): “Seguindo em linhas gerais a análise leninista do imperialismo e a visão marxista do capitalismo, esses economistas afirmaram que o contraste entre a prosperidade das nações industrializadas e a pobreza dos chamados países ‘subdesenvolvidos’ representava lados opostos de uma mesma moeda, um exemplo do que Marx chamou de as ‘contradições’ estruturais no sistema capitalista”. Algumas análises de cunho marxista, sobretudo as de Immanuel Wallerstein (1985, apud BURKE, 2002, p. 197), “[...] dão ênfase à interdependência de desenvolvimento econômico e social no centro e o desenvolvimento do subdesenvolvimento na periferia [...]”, o que também não é a proposta de estudo desta dissertação.

<sup>3</sup> Sabe-se que Política origina-se de *polis*, que significa tudo o que está relacionado com a cidade e, por conseqüência, o que é civil, urbano e até mesmo social. O controverso termo espalhou-se graças à influência da *Política*, obra de Aristóteles, considerada o primeiro tratado sobre esse tema, com o significado mais comum de Ciência do Governo. (BOBBIO, 2002, p. 954)

periferia da Europa, igualmente manifestaram interesse especial pelos conceitos de centro e periferia, numa linha de investigação histórica frutífera, “[...] apesar de relativamente negligenciada, [uma vez que] os historiadores estão acostumados a estudar a centralização, porém mal começaram a explorar o processo de ‘periferização’” (BURKE, 2002, p. 116).

Quando se parte para esse tipo de análise, nota-se que há uma tendência a se considerar como núcleo político aquele que é núcleo econômico, o que historicamente nem sempre se dá. Por vezes, o núcleo econômico depende politicamente de seus satélites. Esse é um tipo de inter-relação comentado por Peter Burke (2002, p. 116): “No caso dos teóricos do subdesenvolvimento, tem-se afirmado que o conceito fundamental de superávit precisa de esclarecimentos e que se têm oferecido informações insuficientes para demonstrar a dependência econômica do núcleo para com a periferia dependente na esfera política”.

Exemplo disso ocorreu com São Paulo que, em meados da década de 20, detinha o poder econômico, mas politicamente estava, em certo sentido, na periferia de Minas Gerais, conforme se pode deduzir de documento oficial de José Carlos de Macedo Soares, presidente da Câmara de Comércio de São Paulo, em 1924, apoiando uma rebelião militar contra o governo do mineiro Artur Bernardes:

*Perdemos totalmente a influência legislativa, tanto na Câmara Federal quanto no Senado. Fomos completamente excluídos de um dos poderes da República, pois no Supremo Tribunal Federal, a esta hora, não há um único juiz de São Paulo [...]. Não temos um só representante no Conselho Superior do Comércio. Na Diplomacia como na Magistratura, na Marinha, como no Exército, nos poderes do Estado, por toda parte, em todos os postos de influência e de autoridade, São Paulo está sistematicamente excluído (LESSA, 1999, p. 205).*

Trata-se da marginalização política de São Paulo na federação, no momento em que esse estado encontrava-se indubitavelmente na frente da industrialização e da economia nacional. Ou seja, o centro econômico não era o centro político.

Comentando sobre um terceiro caminho que fosse além de Marx e de Spencer – no que diz respeito a um modelo ou teoria de mudança social -, Peter Burke

(2002, p. 202) menciona Anthony Giddens, que procura dar “[...] ênfase sobre a política e a guerra [...]”, especialmente na sua obra *The Nation-State and Violence* [*Estado-nação e violência*], na qual critica o evolucionismo social exatamente com base “[...] no arrazoado de que essa teoria atribui destaque a fatores econômicos em detrimento de fatores políticos”.

Esta dissertação procura fazer uma abordagem que não avalia exageradamente o papel da economia, mas valoriza a política.<sup>4</sup> O embasamento teórico desse procedimento pode ser encontrado, paradoxalmente, no conhecido homem de finanças da atualidade, Georges Soros (1998, p. 87),<sup>5</sup> quando afirma que a atividade econômica representa apenas uma faceta da existência humana, a qual abrange diferentes esferas: “O ponto que procuro sustentar é que o comportamento econômico é apenas um tipo de comportamento e que os valores que a teoria econômica aceita como dados não são as únicas modalidades de valores que prevalecem na sociedade”.

Como os valores econômicos se relacionam com outros tipos de valores? É o mesmo Soros quem fornece dados esclarecedores:

*Essa não é uma pergunta para a qual haja uma resposta de validade universal e intemporal, exceto quanto à afirmação de que os valores econômicos, em si mesmo, não são suficientes para sustentar a sociedade. Os valores econômicos expressam apenas o que determinado participante do mercado está disposto a pagar a outro, por alguma coisa, numa troca livre [...]. Ainda que a descrição seja apropriada para o comportamento do mercado, é preciso que haja alguns outros valores em atuação para sustentar a sociedade; na realidade, para sustentar a vida humana (SOROS, 1998, p. 87-88).*

Entretanto, é Max Weber (1982, p. 72) quem delimita, com a precisão que lhe é peculiar, o alcance da política em contraposição com o da economia: “De todo modo já nos é demasiado próxima a tentação de nos convertermos em

---

<sup>4</sup> Sobre uma suposta autonomia dos fatores econômicos, são esclarecedoras as palavras de Pierre Bourdieu (2001, p. 23): “Mesmo em nossas sociedades [...], a autonomização do aspecto econômico das ações nunca se realiza de maneira tão perfeita a ponto de fazer com que as ações mais diretamente orientadas para fins econômicos sejam totalmente desprovidas de funções simbólicas” .

<sup>5</sup> Graduiu-se pela London School of Economics. Recebeu títulos honorários de doutor da New School for Social Research, da Universidade de Oxford e da Universidade de Yale.

seguidores do vencedor da luta pelo poder econômico e, por essa via, esquecermos que o poder econômico e a vocação para a direção política da nação nem sempre coincidem”.

É ainda o mesmo Weber (1982, p. 69) quem vai mais longe, estabelecendo que, em várias ocasiões, o econômico é subordinado ao político: “A ciência da política econômica nacional é uma ciência política. Ela é uma serva da política, não da política momentânea dos grupos e classes dominantes no momento, mas dos perenes interesses do poder nacional”.

Nesta dissertação, procura-se estabelecer distinção entre os diferentes tipos de centro – político, econômico ou até ideológico –, em torno dos quais gira a periferia, enfocando, porém, a área política, ainda quando tratando do econômico. Ou seja, indicando a maneira como os fatos econômicos produziram satelitização política. A dependência econômica é, aqui, focalizada enquanto reforçando a dependência política.

Quando aqui se refere, por exemplo, a política econômica, focaliza-se primordialmente a política, uma vez que se trata de um conjunto de medidas tomadas pelo governo com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, medidas essas dirigidas ao campo da economia, mas obedecendo também a critérios de ordem política e social, na medida em que determina também quais segmentos da sociedade se beneficiarão com as diretrizes econômicas emanadas do Estado. Paulo Sandroni (2000, p. 477-478) estabelece bem esse fundo político que está por trás da economia: “[...] a política econômica depende da própria visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade [...]. Essa subordinação das decisões governamentais a posições teóricas acompanham todo o desenvolvimento do capitalismo, desde o mercantilismo [...]”.

Ralph Dahrendorf (1997, p. 159),<sup>6</sup> seguidor de Weber, fornece a conclusão com a qual podem-se fechar as presentes considerações:

*[...] tudo indica que os pontos de transição da história sejam o resultado de processos e decisões políticas, e não de forças econômicas. O político britânico que afirmou, de forma categórica, que, em sua opinião não há poder econômico, mas que o poder é sempre político, pode ter ido um pouco longe demais. Mas a política constitucional e, de forma mais geral, a política “extraordinária”, pode e deve suplantar os interesses econômicos, e até mesmo as vantagens econômicas.*

É com base nessas abordagens que esta pesquisa utiliza o termo satélite, tomado de empréstimo do vocabulário astronômico, qualificando, “[...] em sentido político, a condição ‘paracolonial’<sup>7</sup> de sujeição e dependência de um Estado em relação a outro” (OSTELLINO, 2002, p. 1141). Trata-se de um processo que se dá principalmente quando e onde existe algum vazio de poder político, econômico e militar, capaz de atrair os mecanismos naturais de alguma potência dominadora. Naturalmente tudo isso supõe uma fraca resistência à pressão expansionista dessa potência que tende a exercer seu poder hegemônico e se assemelha

*[...] mais à dominação que à exploração (mesmo que compreenda este segundo componente) e se situa historicamente muito mais na busca de esferas de influência política e militar por parte de uma potência propensamente hegemônica do que na de mercados econômicos ou de novas fontes de recursos (OSTELLINO, 2002, p. 1141).*

Trata-se, assim, de uma pesquisa que visa a contribuir com a lenta, mas contínua, reabilitação da história política que vem se dando a partir da década de 70, depois de um pequeno intervalo iniciado em 1929/1930, quando começou uma dupla trajetória da chamada História política que, ao mesmo tempo condenada, também resistia: foi criticada pelos *Annales*, mas paradoxalmente sobreviveu, até recuperar-se nos últimos anos.

---

<sup>6</sup> O sociólogo alemão foi diretor da London School of Economics, sendo atualmente vice-reitor de Oxford. Seu mais famoso livro intitula-se *As Classes e seus conflitos na Sociedade Industrial*, publicado na década de 1950.

<sup>7</sup> Nesse verbete Ostellino (2002, p. 1141) afirma que trata-se de um termo de origem contemporânea e aplicável na descrição de qualquer Estado sujeito à hegemonia de outro.

Nota-se, atualmente, a partir da década de 70, uma volta ao político,<sup>8</sup> sob novas formas, uma vez que o político está passando a ser visto não como simples produto, mas como produtor de estruturas, reconciliado com a longa duração e com o quantitativo, voltado para o estudo da opinião pública, estudando sobretudo o poder e sua distribuição, bem como o relacionamento entre o poder político e as classes sociais.

Esta pesquisa tem por objetivo integrar-se nessa nova visão da História Política, que não abandona o macropolítico, mas o complementa com uma análise em nível micro. No Brasil, por exemplo, vem se dando ênfase ao estudo das políticas regionais, com análises sobre São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, especificamente na Primeira República. Este estudo visa a contribuir com outros que já estudaram o Espírito Santo desse período.

Procurou-se, então, aplicar aqui os conceitos que atualmente fazem parte da Nova História Política. Segundo Le Goff (1999), a história política tradicional achava-se ligada à ascensão do Estado monárquico, ao poder do rei e ao mundo aristocrático, sendo paradoxalmente continuada pela Revolução Francesa. Era aristocrática a maneira com que a Revolução refletia sobre a História. Só no século XX esse tipo de História foi rejeitada e, com essa rejeição, a história política passou a receber influências das ciências sociais. Desse modo, sob a influência da antropologia e da sociologia, o poder passa a ser o conceito central da nova história política. Será este o pensamento básico com o qual se trabalhará, nesta dissertação, fundamentando as pesquisas naquilo que Le Goff (1999, p. 145) considera o conceito central da nova História Política: o poder, que “[...] não é residual, mas fundamental na sociedade”.

---

<sup>8</sup> No século V a.C. nasceu a teoria política, no sentido de “[...] *investigação disciplinada dos problemas políticos [...]*”, sendo ela competência sobretudo dos filósofos. Para isso, ver Sabine (1996, p. 19). Na *pólis* originou-se a filosofia política dos gregos. Nesse ambiente cresceu, entre os gregos, uma certa concepção de história e que perdurou até recentemente: narrativa de determinadas ações heróicas ou humanas dignas de serem recordadas. Para isso, ver Falcon (1997, p. 62). Nesse tipo de História, o foco estava colocado na *pólis*, nas monarquias ou nos Estados, como também no papel dos políticos. Essa concepção perdurava ainda no final do século XIX, quando começou a se afirmar uma historiografia chamada de positivista, que procurava reafirmar a idéia da História como ciência que narra os acontecimentos do passado, da maneira exata como eles se deram. Foi, pode-se dizer, o auge da história política. A hegemonia do positivismo manteve-se praticamente durante as primeiras três décadas do século XX, após o quê veio a influência da Escola dos Annales.

Um estudo dessa natureza estará voltado, sem dúvida nenhuma, para uma análise do poder exercido sobre o Espírito Santo e que fez dele um estado dependente, suscitando reflexões fundamentadas nas distintas relações de poder em vigor nas sociedades humanas, como também no relacionamento entre o poder de estado e os poderes intermediários que permitem um determinado mapeamento político da sociedade. É preciso também pensar e identificar as influências mútuas entre o estado e os diversos níveis de poder, quando se analisa esse relacionamento entre o Espírito Santo e os diversos poderes na Primeira República.

Analizando o particular – a condição de heteronomia de um estado da Federação, em determinado período da História - o objetivo final deste estudo é o de contribuir, assim, no desenvolvimento e aprofundamento desse novo direcionamento dado à História Política, iniciado a partir da década de 70.

É assim que o fundamento teórico desta pesquisa acha-se na questão do *poder*. Ora, muitos analisaram o poder, entre eles Gramsci<sup>9</sup> e Maquiavel<sup>10</sup>. No entanto, foi em Weber<sup>11</sup> que se buscou o embasamento conceitual deste estudo.

Sabe-se que em geral os estudos sobre o poder focalizam a relação política fundamental, entre governantes e governados, ou, simplificando, entre superiores e inferiores. Considerada, assim, a relação política como uma relação específica entre dois sujeitos, dos quais um comanda e outro obedece, pode-se analisar o poder sob dois pontos de vista: da parte dos que dominam e da parte dos que são dominados, sendo os primeiros considerados sujeitos ativos, enquanto os segundos são sujeitos passivos da relação. Houve momentos da História em que,

---

<sup>9</sup> Antonio Gramsci (1891-1937), político e pensador marxista italiano, foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano, em 1921. A maior parte de sua obra foi publicada postumamente, destacando-se as *Cartas da prisão* (1947) e os *Cadernos da prisão*, 6 vols. (1964).

<sup>10</sup> Nicolau Maquiavel (1469-1527), tendo nascido em Florença, organizou a resistência contra os Médicis, quando estes – sustentados pelo papa Júlio II - invadiram Florença. Foi preso, torturado e banido. Entre outros escritos, é autor de *O discurso sobre a primeira década de Tito Lívio* e *O Príncipe*.

<sup>11</sup> Max Weber (1864-1920) nasceu em Erfurt, na Alemanha, sendo um dos principais responsáveis pela formação do pensamento social contemporâneo. Sua principal obra é *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905). Também é autor de inúmeros ensaios e artigos, publicados postumamente em coletâneas.

no estudo do poder, considerou-se apenas o primeiro elemento, enquanto em outras ocasiões visualizou-se o sujeito passivo. Na relação comando/obediência, este estudo pretende focalizar um sujeito passivo, aqui chamado de estado “satélite”: o Espírito Santo. De que ponto de vista? Sob o ângulo daquilo que o “Estado” e a “Política” têm em comum: a referência ao fenômeno do poder. Não há teoria política que, de algum modo, não comece por uma conceituação de “poder”.

Existem três teorias fundamentais do poder, conforme Norberto Bobbio (1997, p. 78-79) a substancialista, que entende o poder como “[...] qualquer coisa que serve para alcançar aquilo que é o objeto do próprio desejo [...]”; a subjetivista, que não considera “[...] a coisa que serve para alcançar o objetivo, mas a capacidade do sujeito de obter certos efeitos [...]”; e a relacional, que entende por poder “[...] uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria”.

Por ligar-se mais diretamente à conceituação weberiana, este trabalho fundamentar-se-á no conceito relacional de poder, o qual pode ser exercido através de três meios distintos, dando origem, assim, a três formas de poder: econômico, ideológico e político, cada um deles usando três meios, quais sejam, respectivamente, a riqueza, o saber e a força.

O poder econômico se vale da posse de certos bens, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta. Bobbio (1997, p. 82) esclarece: “Na posse dos meios de produção reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não os possuem, exatamente no sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio”. É este, por exemplo, o tipo de poder exercido por São Paulo na Primeira República.

O poder ideológico é o dos sacerdotes, cientistas, técnicos, intelectuais, que se valem de certas formas de saber, conhecimentos, informações, doutrinas, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e levar membros do grupo a realizar ou não alguma ação. Talvez se pudesse dizer que foi essa uma das



modalidades de poder mais tipicamente identificada com a influência exercida pelo Rio de Janeiro no Brasil, na Primeira República.

O poder político identifica-se com o uso da força e pode ser definido como o poder que, “[...] para obter os efeitos desejados [...] tem o direito de se servir da força, embora em última instância [...]” (BOBBIO, 1997, p. 80). Daí a conclusão de Max Weber (apud BOBBIO, 1997, p. 82), de que a “[...] força física legítima é o fio condutor da ação do sistema político”. Nesse sentido, pode-se afirmar – conforme dados encontrados em outra parte deste estudo – que, no Brasil da Primeira República, a União exercia poder político sobre os estados da Federação. Por União entende-se aqui não apenas o poder executivo, mas também o legislativo e o judiciário, o que ajuda a compreender que, através de qualquer desses três poderes,<sup>12</sup> estados como São Paulo e Minas Gerais poderiam exercer o poder político, como aliás se verificou na Primeira República.

O que têm em comum estas três formas de poder é que, no conjunto, elas contribuem para instituir e manter sociedades de desiguais, divididas em ricos e pobres, com base no poder econômico; sábios e ignorantes, com base no poder ideológico; e fortes e fracos, com base no poder político. Ou seja, sociedades onde existem superiores e inferiores, planetas e satélites, tal qual – conforme se verá no decorrer desta pesquisa – ocorria na Federação da Primeira República brasileira.

Na fundamentação teórica deste estudo, não pareceu supérfluo estudar a interessante questão da legitimidade do poder, tão analisada por Weber (1992, p. 170), que parte da idéia de que:

*De acordo com a experiência nenhuma dominação se contenta voluntariamente com o ter como probabilidades de sua persistência motivos puramente materiais, afetivos ou racionais com relação a valores. Antes, porém, todas procuram despertar e fomentar a crença em sua “legitimidade”.*

---

<sup>12</sup> Nesse sentido, ver Pasquino (2002, p. 456-457) “Em princípio, com as expressões poder Executivo e procedimento Executivo se indicam as atividades do Governo em sentido lato, em contraposição ao legislativo, que se refere às atividades do Parlamento, e ao judiciário, que se refere às atividades da magistratura”.

Para ele, as relações de mando e de obediência tendem a se fundamentar não só em bases materiais ou no mero hábito de obediência dos súditos, mas também num determinado fundamento de legitimidade. Desse poder legítimo – que designa pela palavra Autoridade – Weber (1992, p. 172) especificou três tipos: o Poder legal (fundado na lei), o Poder tradicional (fundado na crença do caráter sagrado do poder) e o Poder carismático (fundado na dedicação afetiva à pessoa do chefe).

Independente da legitimidade, Weber (1992, p. 171) considera que “[...] deve chamar-se ‘dominação’ a um poder ‘econômico’ determinado por uma situação de monopólio: ou seja, neste caso, pela possibilidade de ‘ditar’ à outra parte as condições do negócio”. Por outro lado, continua Weber (1992, p. 171):

*Nem sempre ocorre que a obediência a uma dominação esteja orientada primariamente [...] pela crença em sua legitimidade. A adesão pode simular-se [...] por razões de oportunidade, praticar-se efetivamente por causa de interesses materiais próprios, ou aceitar-se como algo irremediável em virtude de debilidades individuais.*

Dado que o conceito de poder não é um conceito inteiramente resolvido nas ciências sociais, nem na ciência política, nem na sociologia (PARSONS, 1982, p. 152), tal fato dificulta o emprego de uma fundamentação teórica relacionada não só com a categoria “*poder*”, mas também com a “*autoridade*”. Assim, neste trabalho, seguindo o exemplo de Dahrendorf (1982), procurar-se-á seguir as definições formuladas por Max Weber.

Para Weber (apud DAHRENDORF, 1982, p. 152), **poder** é “[...] a probabilidade de que um ator em uma relação social tenha condições de implementar sua vontade não obstante resistências, independentemente da base em que se fundamenta essa probabilidade”. Por outro lado, **autoridade** é “[...] a probabilidade de que uma ordem com conteúdo específico seja obedecida por um dado grupo de pessoas”.

É, entretanto, o próprio Dahrendorf (1982, p. 153) quem interpreta esses conceitos de Weber, numa afirmação esclarecedora: “Poderíamos explicar a

diferença de uma outra forma, dizendo – como faz Max Weber – que, enquanto o poder é uma relação meramente factual, a autoridade é uma relação legítima de dominação e sujeição. Neste sentido, a autoridade pode ser descrita como poder legítimo”.

Nesse sentido, as relações de dependência dos estados entre si e entre estes e a União, na Primeira República, poderiam ser classificadas ou como simples relações de poder (estados x estados) ou como relações de autoridade (estados x União). Isso porque as relações de influência entre os estados brasileiros na Federação, na Primeira República – relações que serão analisadas neste estudo - não se fundamentavam na legitimidade, mas na superioridade de X sobre Y. Pode-se considerar, portanto, não como autoridade<sup>13</sup> (poder legítimo), mas simplesmente como poder esse relacionamento entre estados hegemônicos e secundários. Por outro lado, ainda conforme a conceituação proposta, tratava-se de relação de autoridade – e não de mero poder – o que ocorria entre a presidência da República e qualquer estado federado.

É, assim, através dessa leitura de Weber feita por Dahrendorf que se estudaram os fatos analisados nesta pesquisa sobre o Espírito Santo num determinado recorte de tempo na Primeira República.

A pesquisa teve como principal *corpus* documental as mensagens, discursos e relatórios oficiais dos Presidentes do estado do Espírito Santo, desde 1892 até 1912, arquivadas no site: [www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu). Também foram pesquisados os mesmos documentos no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

O referido site organizado e mantido pela Universidade de Chicago contém uma série de mensagens oficiais daqueles que dirigiram o estado do Espírito Santo,

---

<sup>13</sup> Esse elemento da definição de Autoridade envolve, entretanto, certas nuances. Assim, por exemplo, um gerente de uma empresa – exercendo autoridade sobre os funcionários – ultrapassará a fronteira entre a autoridade e o poder, caso tente controlar pessoas estranhas a sua firma, ou as vidas particulares de pessoas da empresa. Aplicável perfeitamente ao caso do relacionamento União/estados, trata-se de um exemplo a respeito do qual Dahrendorf (1982, p. 153) comenta: “Embora ele [o gerente] tenha autoridade sobre as pessoas de sua firma, seu controle passa a assumir a feição de poder no momento em que ela vá além das pessoas e esferas especificadas de controle legítimo. Este tipo de extravasamento é, naturalmente, freqüente em toda relação de autoridade”.

constituindo, assim, um bloco documental do mais puro conteúdo político, indispensável a esta pesquisa.

Com o objetivo de complementar ou esclarecer os dados obtidos a partir desses discursos oficiais, foram ainda examinados outros documentos, que possibilitaram aprofundar as reflexões feitas a partir do corpus documental. Nesse sentido, foram de enorme utilidade as *Estatísticas do IBGE* divulgadas em livro e CD-ROM, como também a *História da Propaganda Republicana no estado do Espírito Santo*, na qual Afonso Cláudio faz uma rica análise das realizações do novo regime até 1922, abrangendo assim o período pretendido por esta pesquisa. Igualmente preciosos foram os *Anais do Senado* e os *Anais da Câmara dos deputados*, em cujos debates aparecem em jogo os mesmos interesses que agitavam a vida do Brasil e do Espírito Santo no período da Primeira República.

Ao lado destas, também foi de grande valia a bibliografia composta de obras especializadas e/ou de grande atualidade e outras baseadas em pesquisas recentes.

Todas essas fontes, pretende-se interpretá-las em função de pressupostos semânticos adotados pela análise histórica, segundo os quais um documento é sempre portador de um discurso não transparente. Ou seja, ao estudar um documento, o historiador deve sempre estar atento ao conteúdo histórico nele embutido, sabendo-se que, nos documentos escritos – objeto desta pesquisa –, é de importância fundamental a análise de conteúdo,<sup>14</sup> que procura conhecer o que está por trás das palavras, buscando outras realidades através das mensagens.

Naturalmente, nesse campo da lingüística são necessários inúmeros cuidados, entre os quais pode-se destacar aquele relacionado com a capacidade explicativa da história, que não pode ser reduzida a um mero gênero narrativo, prisioneiro de estruturas discursivas. Ou seja, o historiador não pode reduzir a história ao texto, como fazem os estruturalistas, “[...] que negam haver história fora do discurso” (CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 378). Trata-se, na verdade, de buscar os nexos

---

<sup>14</sup> Parte do referencial metodológico aqui exposto foi buscado em Cardoso e Vainfas (1997, p. 375-399).

entre as idéias contidas nos discursos, suas formas de expressão etc. Em suma, o que se quer é relacionar texto e contexto.

Entretanto, afirmar que a história não se reduz ao texto não significa aceitar o extremo oposto, que seria admitir a existência da história independente do texto. A história, de fato, é sempre discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual. O historiador só cumprirá sua tarefa se decifrar esses discursos.

Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p. 379) elencam inúmeros cuidados que o historiador deve ter para atingir esse objetivo, entre os quais:

- 1) Utilizar métodos que permitam fugir de tentações positivistas tal como “deixar que o documento fale por si mesmo”;
- 2) Não aventurar-se em métodos que exijam sólida formação lingüística, para não correr o risco de comprometer tanto a história quanto a lingüística;
- 3) Adotar certa flexibilidade no uso do método escolhido, de modo a não prejudicar a verificação das hipóteses de trabalho e as interpretações históricas de fundo.

De posse dessas orientações quanto à metodologia, no presente estudo optou-se por praticar com “*certa flexibilidade*” um dos modelos de análise semântica sugeridos por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997) e exposto por Laurence Bardin (2003) em seu livro *Análise de conteúdo*. O fundamento desse modelo acha-se na escolha das unidades de registro e de contexto.

Para Laurence Bardin (2003), unidade de registro é aquela parte do conteúdo dos documentos que se deve considerar como unidade de base e cuja escolha varia conforme o interesse do pesquisador, podendo ser um conceito, uma palavra, uma frase. Bardin (2003) sugere um elenco de opções: tema, referente, personagem, acontecimento e documento. Para esta pesquisa em documentos oficiais do estado do Espírito Santo, optou-se, como unidade de base, pelo *tema*, considerado uma unidade de significação que se deduz naturalmente do texto

analisado. Bardin (2003) sugere que esse tema pode ser de ordem lingüística, psicológica ou histórica, constituindo-se no problema que interessa ao pesquisador investigar. Citando Berelson, Bardin (2003, p. 105) em *Análise de Conteúdo* define o tema como “[...] uma afirmação acerca de um assunto”. Fazer uma análise semântica, nesse caso, consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem o discurso e cuja presença pode significar alguma coisa para o pesquisador. No caso desta pesquisa, o núcleo de sentido é a heteronomia, a dependência, a subordinação do estado do Espírito Santo, buscados nos documentos pesquisados.

Unidade de contexto é definida por Bardin (2003) como uma unidade de compreensão para codificar a unidade de registro. Historicamente isso significa que a unidade de contexto relaciona-se com a totalidade, com o contexto histórico no qual se insere o discurso analisado. É evidentemente uma unidade arbitrária e que só o historiador pode determinar, de acordo com suas opções teóricas e suas hipóteses de investigação. Para esta pesquisa, a unidade de contexto escolhida é a orientação política impressa no Brasil, no recorte de tempo proposto para esta investigação, qual seja, a chamada “política dos governadores” estabelecida pelo presidente da República Campos Salles (1898-1902) a partir do início de seu mandato.

Ao propor métodos, Bardin (2003) procura comparar a análise quantitativa com a qualitativa, especificando que a primeira funda-se na freqüência de aparição de certos elementos da mensagem, enquanto a segunda recorre a indicadores não freqüenciais suscetíveis de permitir inferências. A quantitativa obtém dados descritivos através de um método estatístico, enquanto a qualitativa corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável à evolução das hipóteses. Após analisar os prós e os contras das duas análises, Bardin (2003) identifica a análise qualitativa com a inferência fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem etc.) e não sobre a freqüência de sua aparição em cada comunicação individual, e conclui:

*A discussão abordagem quantitativa versus abordagem qualitativa marcou um volte-face na concepção da análise de conteúdo. Na*

*primeira metade do século XX, o que marcava a especificidade deste tipo de análise era o rigor e, portanto, a quantificação. Seguidamente, compreendeu-se que a característica da análise de conteúdo é a inferência [...], quer as modalidades de inferência se baseiem ou não em indicadores quantitativos (BARDIN, 2003, p. 116).*

Apesar de a maioria dos procedimentos de análise organizar-se em redor de um processo de categorização, a distribuição das componentes das mensagens em categorias “[...] não é uma etapa obrigatória” (BARDIN, 2003, p. 117).

Assim, fundamentando-se nessas reflexões, priorizando o qualitativo e, em algumas ocasiões, utilizando técnicas sugeridas para uma análise de conteúdo, esta dissertação procura estudar prioritariamente documentos do governo do estado do Espírito Santo, não se atendo, porém, a esses discursos oficiais, mas pesquisando também fontes tais como IBGE, Anais da Câmara, do Senado e outras, tendo sempre em vista a problemática central aqui colocada a respeito da posição do estado do Espírito Santo na Primeira República.

É assim que o presente trabalho está, então, distribuído em quatro partes. A primeira trata do contexto político brasileiro onde se desenvolveu essa condição de satélite do estado do Espírito Santo, em meio à “política dos governadores” que orientou toda a República brasileira até a ascensão de Getúlio Vargas em 1930. Ênfase especial será dada aí à questão do federalismo brasileiro, fonte da idéia de autonomia dos estados membros da federação, conceito contraditório com o de domínio de um estado sobre outro, e que é o fundamento desta dissertação.

Há também um capítulo que fornece dados vários sobre o Espírito Santo no período estudado - população, vida cotidiana, transportes etc. -, úteis por reunirem e ordenarem informações que contribuem no estudo da hipótese aqui formulada.

Em seguida, encontra-se a idéia central da pesquisa, fundamentada nos documentos anteriormente mencionados e na bibliografia consultada. Esta parte comporta uma ampla análise dos governos estaduais entre 1892 e 1912: Moniz

Freire, Graciano dos Santos Neves, José Marcelino P. de Vasconcelos, Moniz Freire (2º. mandato), Henrique Coutinho e Jerônimo Monteiro. Aqui se estudam pormenorizadamente as mensagens e outros documentos oficiais desses presidentes de estado, sob o prisma pretendido por esta pesquisa: a posição do Espírito Santo diante da Federação.

Na parte seguinte, faz-se uma comparação entre as políticas desenvolvidas por Moniz Freire e Jerônimo Monteiro que, apesar de diferentes e representarem os dois paradigmas que orientaram o estado naquele momento histórico, levavam o Espírito Santo a uma mesma condição de dependência e falta de autonomia.

À guisa de conclusão, as considerações finais, nas quais se alude à proposta contida na Introdução, indicando que os documentos oficiais aqui analisados conduzem realmente à idéia de que o Espírito Santo era visto como estado secundário e periférico. Faz-se também uma relação com a atualidade, numa postura de esperança no futuro.



## 2 O BRASIL REPUBLICANO E A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Em epígrafe nesta dissertação, a lúcida reflexão de Afonso Cláudio, feita em 1922, no auge dos acontecimentos da Primeira República, serve de referência para o estudo aqui proposto, ou seja, de mostrar o Espírito Santo enquanto estado com pouca autonomia, dependente, em um determinado recorte temporal da Primeira República, do primeiro mandato de Moniz Freire (1892-1896) até o final do mandato de Jerônimo Monteiro (1908-1912).

O presente estudo visa, assim, a descobrir teoricamente as relações de poder e seu jogo político na Primeira República. Nesse sentido, pretende-se – em um primeiro momento – ultrapassar a etapa simplesmente descritiva, a fim de se encontrar um embasamento mais amplo que permita traçar as linhas gerais que levem de volta, só que agora com segurança, ao campo regional, no dia-a-dia desse relacionamento do Espírito Santo com a União e outros estados da federação e, assim, analisar a problemática aqui proposta.

Vê-se que esta dissertação está direcionada ao estudo de um fenômeno, com aspectos aparentemente contraditórios,<sup>15</sup> ocorrido de maneira generalizada na Primeira República: a descentralização política levada a efeito pelo federalismo<sup>16</sup> e, ao mesmo tempo, a dependência de estados federados à capital federal ou a estados mais fortes.

---

<sup>15</sup> Na Constituição decretada em 24 de fevereiro de 1891 pela República dos Estados Unidos do Brasil, os artigos que tratam especificamente da competência dos estados (Arts.5º, 6º, 9º, 10º, 11º, 63º, 64º, 65º, 66º e 67º) concediam muita autonomia às diversas unidades da Federação, mas de maneira alguma impediam a hegemonia de algumas delas ou o domínio político de uma sobre a outra. Para isso, ver BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível na Internet em: <[www.redebrasil.mt.dt/OC1/CF-1891.num.html](http://www.redebrasil.mt.dt/OC1/CF-1891.num.html)>.

<sup>16</sup> São poucos os estudos regionais que analisam os complexos aspectos do relacionamento entre União e estados, apesar de terem sido publicados diversos trabalhos a esse respeito, a partir da década de 1970. Sobre isto ver Ferreira, 1989.

## 2.1 O FEDERALISMO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

O Brasil como Estado soberano, surgido em 1822, optou por uma forte centralização política e administrativa, o que não impediu que, após 1831, as reivindicações localistas voltassem com plena força, fazendo com que o grande tema da época fosse a eliminação dos resíduos absolutistas da Constituição e o reforço dos vários aspectos federativos que nela estavam presentes. Chegou-se até ao Ato Adicional de 1834, que adotou alguns elementos do federalismo, como as assembleias provinciais. Conseqüência ou não da descentralização, manifestaram-se por todo o país tendências separatistas. Em diferentes momentos, três províncias proclamaram sua independência: Rio Grande do Sul, Bahia e Pará.

O Segundo Reinado (1840-1889) trouxe o retorno do centralismo monárquico, favorecido por um fator econômico: o país tornou-se o maior produtor de café do mundo, com a produção – numa primeira expansão – concentrada na província do Rio de Janeiro. Com isso, a centralização do poder político coincidiu com a grande concentração da riqueza na província do Rio de Janeiro. Era natural que os principais defensores do centralismo estivessem na burocracia central e entre os grandes cafeicultores e comerciantes da cidade e da província do Rio de Janeiro, juntamente com os setores ligados ao comércio externo em outras províncias. Contra o federalismo colocavam-se as pessoas ligadas às profissões liberais urbanas e à agricultura voltada para o mercado interno. Em 1885, o governo central arrecadava 77% das rendas públicas, ficando as províncias e os municípios com os restantes 23% (CARVALHO, 1998, p. 170).

O federalismo voltou a pleno vapor com a propaganda republicana. A fonte de inspiração era claramente a experiência norte-americana. O Manifesto republicano de 1870 atacava a centralização, ligando-a aos interesses monárquicos, e defendia clara e abertamente o federalismo.<sup>17</sup> A produção de café deslocara-se do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, fazendo de São Paulo a província mais rica, o que levou seus políticos a apontarem a centralização como

---

<sup>17</sup> Ver *Manifesto do clube republicano do Rio de Janeiro* (2002, p. 76-87).

mecanismo de transferência de renda para as províncias mais pobres. Crescia a campanha pelo federalismo, especialmente pela pena de Rui Barbosa (CARVALHO, 1998, p. 172-173). “Proclamada a República, o debate continuou. Rui Barbosa, que tanto defendeu a Federação, reconhecia, entretanto, que não se tratava de exigência popular, mas das elites políticas”.

Muito em voga no Brasil em fins do século XIX, o Federalismo era fundamentado na obra de Montesquieu (1689-1755), “O Espírito das Leis”, publicada em 1748. Nela o conhecido pensador desenvolveu sua noção de lei e de liberdade política, que ele associou à moderação que deveria orientar os governos nos quais o poder controlaria o poder. Montesquieu daí derivou sua famosa doutrina da separação dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Preocupado com a estabilidade dos regimes políticos, ele os classifica em três categorias, que são a Monarquia, a República e o Despotismo.

As idéias de Montesquieu a respeito do regime republicano estão contidas no Livro IX da citada obra, no qual ele propõe a organização federativa, que ele considera uma solução adequada para os Estados democráticos modernos. Essas idéias inspiraram muitas personalidades, inclusive serviram de guia dos norte-americanos na organização de seu Estado. Foi essa organização que, por sua vez, foi o modelo da República brasileira no final do século XIX, constituindo, assim, fator de importância para quem estuda os efeitos do federalismo na política da Primeira República (1889-1930) no Brasil.

No capítulo I desse Livro IX, Montesquieu (apud MOTA, 2000, p. 153) afirma:

*Uma república, se é pequena, é destruída por uma força estrangeira; se é grande, ela se destrói por um vício interior. Esse duplo inconveniente afeta igualmente as Democracias e as Aristocracias, sejam elas boas ou más. O mal está na coisa mesma: não há remédio. Assim, ao que parece, os homens acabariam tendo sempre de viver sob o Governo de um só, se não tivessem descoberto um tipo de constituição que possui todas as vantagens interiores do Governo Republicano e a força exterior da Monarquia. Falo da República Federativa.*

Ele aí estabelece o sistema federativo como solução para países de grande extensão territorial e, mais adiante, conclui: “Composto de pequenas repúblicas, goza ele da excelência do Governo interno de cada uma; e, com relação ao exterior, ele tem, pela força da associação, todas as vantagens das grandes Monarquias” (MOTA, 2000, p. 155).

Foram essas fundamentalmente as idéias que orientaram os norte-americanos em sua concepção de federalismo. Alguns anos depois que firmaram os artigos da Confederação, em 1781, eles decidiram reunir, na Filadélfia, a Convenção Federal com o intuito de elaborar uma Constituição que substituísse os artigos daquela Confederação, o que se daria somente em 1787.

Nessa ocasião, na imprensa de New York, foram publicados inúmeros ensaios, com o objetivo de contribuir para esse debate relacionado com a ratificação da Constituição pelos estados. Tais artigos reunidos constituem o *Federalist* e foram assinados por Publius, nome fictício que constitui pseudônimo de três autores: Alexander Hamilton (1755-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1859). Não se conhece ao certo a autoria dos artigos, mas parece que a maioria foi escrita por Hamilton. Eles refletem as duas grandes tendências no debate político daquele momento: a individualista e descentralizada, influenciada por Locke; e a centralizadora, mais ligada às idéias de Montesquieu.

Adepto da centralização, Hamilton citava muito Montesquieu em seus artigos. Por exemplo, o *Federalist* de número 47 menciona-o como o “oráculo” da separação dos poderes. O de número 9 cita exhaustivamente sua teoria do federalismo.

Porém, as duas “faces” da polêmica fundamentavam-se nas idéias de Montesquieu, quanto à solução de Estados unidos por um governo federal. A grande questão, entretanto, era: qual a proporção de poder a ser conferido aos Estados, em detrimento ou não do Governo central? Hamilton queria mais poderes ao governo central, pois via no contrário os germens da competição e da secessão. Jefferson, por sua vez, defendia a idéia do fortalecimento dos Estados.

Na Convenção Federal, as teses centralizadoras de Hamilton foram rejeitadas. De qualquer forma, depois da adoção da Constituição, a administração de Georges Washington (1789-1797) e o Congresso ficaram divididos entre os Jeffersonianos e Hamiltonianos, esses quase sepultados, quando Jefferson e Madison fundaram o Partido Republicano, que elegeu o quarto presidente norte-americano, em 1808.

Jefferson pregava um governo central fraco e suas idéias – levadas ao extremo – são consideradas por alguns como causadoras da doutrina da secessão, que levou os Estados Unidos à guerra civil em 1860. Foi o que recentemente concluiu o historiador norte-americano Forrest McDonald (apud CARRESE, 2003, p. 10), que analisa exaustivamente essa problemática do federalismo nos Estados Unidos do século XIX e afirma que “[...] a doutrina dos direitos dos Estados foi levada para além de seus limites, como demonstrou a guerra civil”.

José Murilo de Carvalho (1998, p. 181) cita essas duas versões do federalismo e afirma que o federalismo brasileiro não foi hamiltoniano, mas jeffersoniano, e conclui que o Brasil – como os sulistas norte-americanos – deturpou esse federalismo, entendendo-o apenas como *self-government*, enfatizando os direitos dos estados.

Além do mais, no Brasil, essa deturpação do federalismo jeffersoniano, que pregava a igualdade entre os estados, acabou por produzir entre nós uma hegemonia de alguns estados sobre outros: São Paulo e Minas Gerais exerciam enorme poder sobre os estados menores e, muitas vezes, direta ou indiretamente manipulavam esses estados, desprovidos de meios para resistirem, como era o caso do Espírito Santo.

Convém deter a atenção nessas duas tradições federalistas americanas (CARVALHO, 1998, p. 181): a hamiltoniana, preocupada com o fortalecimento do governo central,<sup>18</sup> e a jeffersoniana, que dava ênfase ao *self-government*. O Brasil copiou a segunda tradição, o que fez com que entre nós Federalismo significasse descentralização. Só que, entre os norte-americanos, a

---

<sup>18</sup> Ver no capítulo 4 desta dissertação outras considerações complementares sobre a concepção hamiltoniana e o federalismo norte-americano em geral.

descentralização era *efeito* da liberdade e do igualitarismo, enquanto que no Brasil era considerado *causa* do desenvolvimento desses valores. Como a sociedade brasileira não era impregnada pelo igualitarismo nem pela idéia da liberdade individual – sendo formada por súditos hierarquizados pela cor, pela educação etc., federalizar significava reforçar a desigualdade e a hierarquia, o que agradava aos poderes locais.

Nesse sentido, a experiência do federalismo na Primeira República justificou o poder das oligarquias rurais sobre o resto da população, uma característica social que transposta para o campo político deu no poder dos estados oligarcas (São Paulo e Minas Gerais) sobre os outros estados. A Federação também permitiu que as oligarquias locais se organizassem dentro de seus estados e montassem partidos únicos sólidos, que funcionavam como instrumentos duplos de manutenção da ordem e de negociação com o governo federal.

Do ponto de vista da relação entre poder central e poderes locais, pode-se afirmar que as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro haviam ocupado uma posição-chave no Império, sendo relegadas a um papel secundário após o federalismo implantado com a Constituição de 1891, tendo “[...] sua autonomia no campo político grandemente limitada a seus interesses econômico-financeiros subordinados aos estados dominantes, Minas Gerais e São Paulo [...]” (FERREIRA, 1989, p. 18), o que se pode também aplicar ao Rio Grande do Sul que, apesar de desfrutar de papel privilegiado, igualmente ressentia-se dessa dominação de Minas Gerais e São Paulo. Comentando o federalismo que caracterizava a Constituição de 1891, o brasilianista Thomas Skidmore (1998, p. 109) faz afirmação esclarecedora: “A Constituição de 1891 dava [...] carta branca para os estados economicamente mais dinâmicos, como São Paulo, dirigirem seu próprio desenvolvimento”. Esta dissertação procura analisar esse jogo político, não em todos os estados da federação, mas em um nomeadamente: o Espírito Santo. Ou seja, dentro da especificidade do Espírito Santo – e esse é o ponto fundamental – o que os documentos “falam” sobre essa dependência?

Nesse sentido, compete buscar e aprofundar alguns aspectos da questão. Assim, por exemplo, cabe perguntar quais as forças políticas que dominavam o cenário brasileiro, nesse momento histórico da Primeira República. Por outro lado, também interessa saber como reagiam os líderes políticos do Espírito Santo frente a essas forças. Por fim, vale também averiguar que ligações de dependência havia entre essas forças, as de âmbito nacional e as de abrangência estadual.

Com efeito, convém observar que havia um desequilíbrio entre a posição de Minas/São Paulo e a dos outros estados, provocando insatisfação e criando condições até para o surgimento de iniciativas de resistência à dominação oficial, visando a uma maior participação no sistema federalista, o que levaria a uma melhor distribuição do poder entre os diferentes grupos regionais, cujas demandas centravam-se sobretudo numa distribuição mais eqüitativa das benesses do governo federal.<sup>19</sup>

Respondidas as questões ora formuladas, numa análise que envolverá sobretudo aspectos políticos, ter-se-á atingido – parece - o objetivo, que é o de estudar, a partir do *corpus* documental aqui proposto, o *Espírito Santo, estado “satélite” na Primeira República: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro*.

Entretanto, para o estudo das forças políticas que dominavam os cenários federal e estadual, na Primeira República, torna-se indispensável uma análise daquilo que foi a grande característica da política interna brasileira do período, ou seja, a *Política dos Governadores*. É esta a proposta mais imediata deste capítulo.

## 2.2 A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

É sabido que no Brasil a vida política apresenta modalidades de ação não encontradas em países de formação político-cultural diversa. Aqui, por exemplo, o

---

<sup>19</sup> Ferreira (1989, p. 18-19) analisa especialmente a postura rebelde de Nilo Peçanha, enquanto presidente do estado do Rio, em face a certas interferências do governo federal nas questões internas fluminenses, visando a estimular dissidências e, assim, minando as bases nilistas.

funcionamento do poder se articula preponderantemente fora das áreas oficiais. O sistema político funciona na base de forças exercidas por lideranças, partidos e elites, que fazem com que entre nós “[...] o processo político e a realidade do poder [transcendam] os limites da autoridade institucionalizada” (BRUNO, 1995, p. 10). No Brasil da Primeira República, uma grande parcela do poder passou a ser exercida pelas oligarquias, pequenos grupos da mesma camada socioeconômica que garantiam para si força política através da ingerência nos negócios públicos. O poder é, desse modo, dividido entre essas forças, as quais vão encontrar seu “*caldo de cultura*” na chamada Política dos Governadores.

O idealizador de tal política foi o presidente da República Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902) que, ainda como candidato, formulou uma teoria - definindo o funcionamento do Poder Executivo - na qual defende a tese de que as grandes deliberações que nascem da democracia trazem agitações e o aproveitamento dessa situação por grupos que, em geral, são os que têm menos aptidão. Por isso, a política e a ação devem, segundo ele, ser exercidas por uma minoria, junto à qual os partidos políticos só seriam necessários na medida em que atuassem de forma tolerante e com disciplina. Assim, o cerne de seu pensamento é essa “[...] representação aristocrática” (BRUNO, 1995, p. 34).

Foi desse modo que Campos Salles imprimiu à forma presidencialista brasileira uma interpretação aristocrática,<sup>20</sup> desprezando os partidos políticos e construindo uma política dos estados – chamada política dos Governadores<sup>21</sup> – que dominou a Primeira República e que, parece, ajuda a explicar a dependência do Espírito Santo no período.

---

<sup>20</sup> Não entendemos aqui a palavra aristocracia no sentido estrito de uma das formas de governo analisadas por Bobbio (1997, p. 104-106), mas no sentido amplo, de classe mais elevada da sociedade, de grupo monopolizador do poder (BOBBIO, 2002, p. 57).

<sup>21</sup> Na política dos governadores, o poder das oligarquias, entretanto, não diminuía o domínio do executivo federal. Chacon (1985, p. 61) afirma que: “Mesmo sob a capa de autonomia mandonista local, montara-se, na Primeira República, um mecanismo de ‘reconhecimento’ [...]. Quem terminava mandando mesmo era o Superchefe Presidente da República, ‘His Majesty the President’ na definição de Ernest Hambloch, mais concentrador de poder pessoal que nunca. No seu raciocínio centralizador e autoritário [grifo nosso], Campos Sales prossegue deplorando a profusão de gabinetes parlamentaristas na França [...]. Para Campos Sales, a ‘autoridade legal ou moral (do Presidente presidencialista jamais deverá desaparecer atrás do seus ministros’ e por consequência de nenhum outro delegado”.



Tal política resumia-se a um acordo pelo qual, em troca do apoio dado ao presidente da República, os estados tinham garantidos uma total autonomia e o direito de intervir na composição do Congresso, o que significava um fortalecimento do poder dos governadores, os quais eram a nova expressão das oligarquias regionais. Do ponto de vista jurídico, essa situação significava a autonomia federativa. Do ponto de vista da prática, era o exercício do poder através de uma infra-estrutura oligárquica. Naturalmente, esse poder dos governadores só poderia ser exercido através de outras forças, inferiores, oriundas da manipulação dos municípios por chefes locais. Tratava-se do coronelismo.

Definido como uma força político-militar que funcionava no Brasil à base de favores e obrigações, através dos donos de terras conhecidos por coronéis, o coronelismo foi um poder efetivo na Primeira República. O coronel, como um novo “*senhor feudal*”<sup>22</sup> do século XX, protegia, socorria e até sustentava materialmente seus “*vassallos*”, deles exigindo obediência, fidelidade e até a própria vida.<sup>23</sup>

Uma das manifestações dessa força política era a manipulação de cargos públicos por chefes políticos locais em troca de votos de um eleitorado dependente social e economicamente de setores da classe dominante.<sup>24</sup>

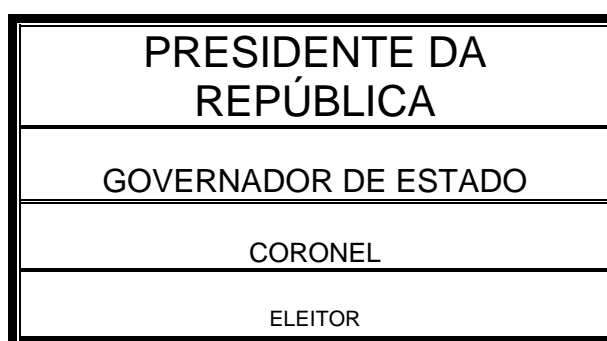
---

<sup>22</sup> Esta dissertação não interpreta o coronelismo sob esse prisma. Ver em Carvalho (1998, p. 140-141), uma análise de todo um debate acadêmico que se trava em torno daquilo que ele chama de “tese feudal” – no que diz respeito às origens e conceituação do coronelismo – elaborada por Oliveira Viana, Nestor Duarte e outros, que imaginam para o Brasil, desde o período colonial, um Estado privatizado que agia em função dos interesses da classe proprietária.

<sup>23</sup> Seria esse fenômeno a persistência do velho, da tradição, com a fantasia do novo? Faoro (2001) analisa fenômeno semelhante, quando trata da transição da colônia para a organização do poder imperial, encontrando na forma patrimonialista da tradição ibérica um fundo que se reproduz na forma de organização do poder imperial. Por outro lado, analisando outra realidade histórica, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, afirma a capacidade do brasileiro de transfigurar a realidade, sem que esta seja efetivamente revolucionada, mas apenas mascarada. Ambos os historiadores talvez pudessem fornecer uma resposta para esse aspecto do fenômeno do coronelismo. Ver também: BARBOSA FILHO, 2000, p. 434.

<sup>24</sup> Não há unanimidade a respeito do relacionamento entre coronelismo e obtenção de votos. Ver, por exemplo, as teses de Paul Camack (apud CARVALHO, 1998, p. 136-137) que nega o poder dos coronéis de controlar os votos e também o valor do voto como mercadoria política, o que foi refutado por José Murilo de Carvalho (1998, p. 137), com o argumento de que, se os governadores podiam prescindir da colaboração dos coronéis tomados isoladamente, o mesmo não se dava quando considerados em conjunto.

O coronelismo é geralmente localizado como um fenômeno que resultou da confluência de alguns fatores,<sup>25</sup> entre os quais destaca-se – por interessar a esta dissertação – a substituição do centralismo vigente no Império pelo federalismo implantado com a Constituição de 1891, o que criou um novo ator político com muitos poderes, o Governador de estado. Numa espécie de barganha, cuja moeda era o voto, o poder público alimentava o poder local com uma autonomia extra-legal, em troca do voto do eleitorado rural.<sup>26</sup> Era, assim, um acordo, um compromisso que unia chefes locais, governadores de estado e presidente da República.<sup>27</sup> Vê-se, assim, que a Política dos Governadores envolve quatro elementos, hierarquicamente diferenciados na estrutura do poder:



**Quadro 1** – Estrutura do poder

Trata-se, portanto, de uma política que identifica basicamente três tipos de relacionamento: entre o Governador de estado e o Presidente da República; entre o Governador de estado e o Coronel; entre o Coronel e seu eleitor.

<sup>25</sup> Ver: Pinto (1998, p. 10) e Carvalho (1998, p. 131-132), que analisam o clássico trabalho de Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Forense, 1948, que defende a tese de que o coronelismo surgiu na confluência de um fato político (o federalismo) com uma conjuntura econômica (a decadência econômica dos fazendeiros), podendo assim ser datado historicamente.

<sup>26</sup> Nota-se, no coronelismo, uma nítida fluidez nos limites entre o público e o privado, este relacionado a interesses de indivíduos ou grupos que compõem a sociedade civil.

<sup>27</sup> Os temas coronelismo, clientelismo e política dos governadores têm suscitado análises controversas, da parte de vários estudiosos, entre os quais citamos José Murilo de Carvalho, Raimundo Faoro, Paul Cammack e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Apesar de focalizarmos nossa análise em um ou outro conceito, estamos conscientes de que o debate sobre o funcionamento do sistema político na Primeira República está longe de ser concluído. Para isso, ver: Pinto (1998, p. 11-13). De qualquer forma, as várias teorias sobre o coronelismo se diferenciam ao explicar o papel das oligarquias, os motivos que a levaram a influenciar a política na Primeira República, seus métodos de ação etc., mas não divergem quanto a um ponto central: esse papel foi determinante no estabelecimento e nos rumos da Política dos Governadores.

O **coronelismo** caracteriza propriamente o terceiro tipo: do coronel e seus eleitores. Em sentido lato, a **Política dos governadores** será considerada como a que efetiva os dois outros relacionamentos: entre o governador e o presidente; e entre o governador e seus coronéis,<sup>28</sup> ou seja, a que tem por fator central o Governador de estado. O coronelismo é marcado por sete das oito fases que identificavam o processo eleitoral na Primeira República: a qualificação dos eleitores, a composição das mesas, a formação das chapas, a promoção dos acordos, a distribuição das cédulas, a votação e a apuração. A oitava fase do processo eleitoral – o reconhecimento dos eleitos - relacionava-se mais diretamente com aquilo que aqui chamamos de política dos governadores.

Apesar desses relacionamentos serem globalizantes, só serão estudados detalhadamente os dois primeiros tipos (entre o governador e o presidente; entre o governador e o coronel), por parecer que com eles se identifica a relação de dependência do Espírito Santo na Primeira República.

Os estudos que vêm sendo feitos a respeito desses temas têm privilegiado os casos de Minas e São Paulo e pouco analisam os estados não situados no eixo de poder dominante na Primeira República. Esta pesquisa visa a preencher uma lacuna, estudando o caso do Espírito Santo no âmbito geral da Política dos Governadores, identificando o relacionamento deste com o Poder Central e com os demais estados da federação.

Antes, porém, de se entrar no caso específico do Espírito Santo, convém analisar genericamente como se davam os dois relacionamentos anteriormente referidos, sabendo-se que esse jogo de relações entre o Governador e o Presidente da República, como também entre o Governador e os coronéis, só pode funcionar com base em dois pilares: 1) a existência de um só partido político; 2) a existência da comissão de verificação.

---

<sup>28</sup> Por clareza, pareceu correto proceder a essa classificação, semelhante à utilizada por Pedro Calmon (1981, p. 2097), quando analisa a política dos governadores: “No âmbito federal, a política era dos governadores; no estadual, dos coronéis, seus sustentáculos municipais”.

### **1) A existência de um só partido político**

No Império, a dinâmica política centrava-se mais nas relações dos partidos com o Poder moderador que nas relações com o eleitorado. Ou seja, os partidos voltavam suas atenções para cima e não para baixo. Com a República, veio o federalismo e a eliminação do poder moderador, sendo estabelecida uma estrutura partidária estadual e antipartidária em nível nacional, com tentativas fracassadas de constituição de um Partido Republicano Federal e de um Partido Republicano Conservador.

Na realidade, a história dos partidos republicanos pode nos ajudar a compreender aspectos do fenômeno que aqui está sendo estudado. O ano de 1870 caracterizou-se pelo Manifesto Republicano de Itu – que deu origem ao Partido Republicano paulista – e pela fundação do primeiro Clube Republicano do Rio de Janeiro. Em 1875, fundou-se o Clube Republicano Federal, com o objetivo de realizar a unificação dos republicanos das diversas regiões do país. Em julho de 1889, quatro meses antes da proclamação da República, os republicanos conseguiram eleger um sétimo da votação para o Senado e a Câmara dos Deputados. A população não assimilava o ideal republicano e não havia um partido republicano que pudesse se caracterizar como autenticamente nacional.

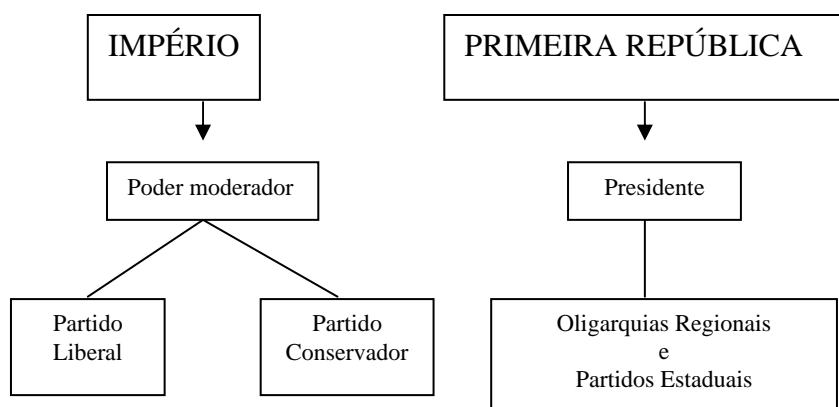
Em maio de 1889, Quintino Bocaiúva assumia a chefia do Partido Republicano Nacional (PRN), que envolvia partidários com opiniões diversas a respeito da República e dos métodos para se chegar a ela no Brasil (BRUNO, 1995). Depois de proclamada a República, é fundado em 1890 o Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul. Em 1893, Francisco Glicério fundou em Salvador o Partido Republicano Federal, tendo como um de seus objetivos firmar a autonomia dos estados. Em 1910, vem a fundação do Partido Republicano Conservador, apoiado por Pinheiro Machado e servindo de base para Hermes da Fonseca. Em 1913, Rui Barbosa funda o Partido Republicano Liberal. Não listamos aqui os partidos que já respiravam os novos ventos que deram na queda da chamada república oligárquica – PCB, Aliança Liberal, Partido Democrático – nem outras

agregações de menor interesse para este estudo, tais como as dos católicos e dos operários.

De 1889 a 1930 só os Partidos Republicanos estaduais tiveram durabilidade: o Partido Republicano Paulista, o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Histórico (no Rio Grande do Sul), juntamente com os diversos partidos republicanos dos outros estados. Eram todos partidos únicos estaduais, concorrentes de partidos nacionais efêmeros, e que só serviam “[...] para dar uma cobertura de uma legenda aos líderes, individuais e individualistas [...]” (CHACON, 1985, p. 86), em torno de um Presidente da República com poderes realmente ampliados.

Sintomáticas dessa idéia do poder do presidente, e não dos partidos, são as frases do Vice-presidente Hermes da Fonseca, logo após a morte de Pinheiro Machado: “Não há mais partido. O partido é o presidente da República, em torno do qual vai girar a política” (COSTA PORTO, 1985, p. 81).

Há historiadores que apontam para a idéia de que essa realidade obedeceu a uma tendência estabelecida com o advento da República (PINTO, 1998, p. 67). E esta aversão ao espírito partidário é um ponto central – não no campo teórico, mas no prático - do pensamento político de Campos Sales (LESSA, 1999, p. 68). Foi assim que, a partir da política dos Governadores, a anterior competição entre os partidos políticos cedeu lugar a novas relações: entre as diversas situações políticas estaduais e o poder central. A figura seguinte (Fig. 1) esquematiza e ajuda a esclarecer essas reflexões:



**Figura 1** – Situações políticas

Desse modo, monopolizando as posições dos respectivos governos, formaram-se nos estados partidos dominantes, tais como o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Embora apresente aspectos diferentes, o caso do Espírito Santo, conforme se verá posteriormente, reflete a mesma realidade.

Assim, na dinâmica da Política dos Governadores, a coesão política interna de cada estado, bem como a existência de um só partido hegemônico, eram condição indispensável para que os interesses daquele estado pudessem ser bem representados na esfera federal. As oposições aos situacionismos estaduais ligados ao governo federal eram praticamente colocadas de lado, no jogo político.

## 2) A existência da Comissão de Verificação

Esse presidencialismo sem partidos só poderia funcionar através de um jogo eleitoral que facilitasse a efetivação dessa ligação *sui-generis* entre o presidente e os políticos regionais, o que se deu com a alteração do regimento do Congresso,<sup>29</sup> com relação aos mecanismos de formação daquilo que se chamava Comissão de Verificação.

<sup>29</sup> A peça fundamental na Política dos Governadores foi o novo Regimento Interno da Câmara, em vigor a partir de 1899 e que só permitia fossem diplomados os candidatos afinados com as

Quando se realizava uma eleição, vinha a primeira etapa da apuração que levava os chefes locais a enviarem telegramas comentando os resultados obtidos nas áreas sob sua influência. Depois lavravam-se as atas, que eram então enviadas às Câmaras estadual ou federal, conforme o pleito. Em seguida, vinha a última etapa: a do reconhecimento dos poderes, onde a degola era a grande ameaça para aqueles que não afinavam com o grupo situacionista na política dos estados. Era aí que se fazia realmente a eleição. A chance de ser reconhecido pela Comissão de Verificação não estava no número de votos colocados na urna, “[...] mas no interesse político em afastar ou conservar um candidato” (PINTO, 1998, p. 57).

Até 1899, quando se reunia uma nova Câmara de deputados, seu presidente era o parlamentar mais idoso entre os eleitos e nomeava mais cinco deputados para constituir uma comissão que deveria decidir sobre a legitimidade do mandato dos demais. Com a alteração do regimento, foram realizadas duas mudanças: o presidente da Câmara seria o mesmo da legislatura anterior (o que garantia a continuidade política); os diplomas seriam a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara municipal, encarregada por lei de coordenar a operação eleitoral. Era um jogo que fazia com que as eleições já viessem decididas, antes mesmo que a Comissão deliberasse a respeito do reconhecimento. A degola da oposição já era feita na expedição dos diplomas pelas juntas apuradoras, contratadas pelas situações locais (LESSA, 1999, p. 48).

Tratava-se de um mecanismo que impedia o acesso de inimigos ao parlamento, efetuando a chamada degola da oposição. Desse modo, mandato legítimo era aquele que tinha por origem a política oficial do seu estado. Fraudulentos eram os outros. A legitimidade da Câmara não provinha, portanto, de formalidades legais. A modificação do Regimento da Câmara revelava, assim, uma nova maneira de distribuir o poder, sem lugar para o cidadão.

---

oligarquias dominantes em cada estado, assegurando a elas o domínio completo na política de seus respectivos estados. Para isso, ver Pinto (1998, p. 37).

A degola tinha, portanto, um papel claro: garantia o reconhecimento apenas dos candidatos que estivessem em consonância com os grupos políticos dominantes nos estados, o que impedia os conflitos intra-oligárquicos que pudessem ultrapassar as fronteiras regionais e que poderiam comprometer a estabilidade política em nível nacional.

A política dos governadores juntava, assim, o pacto oligárquico com uma definição de governo como instrumento de administração, equivalendo à maneira de funcionar do Poder Moderador e fazendo com que aos grandes estados coubessem as iniciativas das sucessões presidenciais (BRUNO, 1995, P. 36-37), através da utilização de critérios que misturavam o público com o privado,<sup>30</sup> reconhecendo as oligarquias regionais como proprietárias das parcelas estaduais do direito de voto e como os únicos atores do teatro político nacional.

Entre as conseqüências dessa política, pode-se notar a consolidação do predomínio dos estados mais fortes, o que deu origem à *política do café-com-leite* (São Paulo com seus cafezais e Minas Gerais com seu gado leiteiro).<sup>31</sup> Também deve-se observar a instituição da falsificação ostensiva e permanente do sistema de votos, uma vez que o acesso aos cargos do Poder Executivo e ao Congresso dava-se por determinação prévia dos partidos que dominavam São Paulo e Minas Gerais, com uma pequena participação dos outros estados. A diplomação dos eleitos era deturpada e as atas falsas garantiam a eleição da chapa oficial, tornando impossível a vitória dos candidatos da oposição.

Naturalmente houve tentativas políticas, tais como a de Nilo Peçanha, procurando construir, através de alianças com outros estados, um eixo de poder que pudesse

---

<sup>30</sup> Para a diferença entre o público e o privado, ver Ariès (2002, P. 17) que afirma que “realmente existe um segundo aspecto da oposição público/privado que me escapara, tanto me tornei estranho às formas políticas da história. Nesta concepção, o público é o Estado, o serviço do Estado, e o privado – ou melhor, como se dizia sem nenhuma ambigüidade, o ‘particular’ – referia-se a tudo que escapasse ao Estado. Perspectiva nova para mim e muito enriquecedora”.

<sup>31</sup> A política do café-com-leite não significa, porém, que o governo federal foi um simples clube dos fazendeiros de café. É óbvio que o Poder Central articulou uma integração nacional que, embora frágil, nem por isso se pode dizer que não existia. Precisava garantir uma certa estabilidade ao país e conciliar interesses diversos. Para isso, ver Fausto (2001, p. 150-155).



alternar com a hegemonia<sup>32</sup> Minas Gerais-São Paulo. É nesse sentido que se deve compreender a formação da Reação Republicana (1921-1922), lançando o nome do político fluminense em oposição a Arthur Bernardes nas eleições presidenciais de 1922. Contando com a aliança entre os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, a Reação Republicana foi a primeira grave cisão das oligarquias, na Primeira República.

Entretanto, é também conveniente considerar a afirmação de Boris Fausto (2001, p. 155), de que, apesar dos negócios do café terem sido o eixo da economia do período, os acordos entre as várias oligarquias mostram que o governo federal não foi um “[...] simples clube dos fazendeiros de café”, uma vez que o poder central procurou articular uma integração nacional frágil, mas real, conciliando interesses, atraindo investimentos estrangeiros e cuidando da problemática da dívida externa.

Embora reflita apenas sobre o papel do Rio de Janeiro, não deixa de ser interessante, para os fins desta dissertação, lembrar a afirmação do historiador Nicolau Sevcenko (1998, p. 33), quando analisa o Brasil no início do século XX:

*No plano político foi articulada a chamada ‘política dos governadores’, segundo a qual apenas os candidatos aliados à bancada situacionista no Congresso tinham seus diplomas eleitorais reconhecidos. O que permitiu ao governo do Rio de Janeiro uma situação de controle centralista, neutralizando o que no início do regime haviam sido denominadas as ‘vinte ditaduras’, resultado da redução do princípio federal à ação irrefreada das oligarquias estaduais.*

É em função de todo esse jogo de influências, poderes, alianças e sujeições, resultante da “política dos estados”, que vai se colocar a dependência do Espírito Santo, nesse período. Para se entender, entretanto, a questão da autonomia desse estado, é conveniente entender, primeiramente, o cotidiano de sua vida política, cultural e econômica entre 1892 e 1912, o que servirá de moldura e oferecerá subsídios para a análise central desta dissertação, além de

---

<sup>32</sup> Ver conceito de hegemonia em Belligni (2002, p. 579-581). A palavra é aqui usada, não em seu sentido marxista e gramsciano, mas como uma sub-espécie do conceito geral de direção, não implicando, assim, no sentido de supremacia político-militar, mas de primado ético e cultural baseado na tradição e na história.

proporcionar uma visão de conjunto e ordenada, a respeito de aspectos que, nos capítulos subseqüentes, serão abordados conforme o objetivo geral desta pesquisa.

### 3 O COTIDIANO CAPIXABA EM FINS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

O estudo do Espírito Santo a partir da proclamação da República reveste-se de grande conveniência para esta dissertação, pois oferece dados que permitem analisar esse estado sob o ponto de vista desta pesquisa.

Em novembro de 1889, proclamada a República no Brasil, assume o poder o Marechal Deodoro da Fonseca, dando início à nova direção do país. Inicia-se, assim, um novo período da História do Brasil, conhecido como Primeira República.

No mesmo dia 15, por meio de um telegrama, a notícia da proclamação da República chegou a Vitória, onde não houve qualquer tipo de manifestação favorável ou contrária à mudança de regime.<sup>33</sup> Em Cachoeiro, porém, onde o movimento anti-monarquista sempre foi mais forte, os republicanos promoveram passeatas em comemoração ao evento.

No dia 16 de novembro, tendo sido dissolvida a Assembléia Legislativa, os líderes republicanos escolheram para chefe do novo governo provisório Afonso Claudio, cuja posse foi noticiada pelo jornal *A Folha da Victoria*, em 21 de novembro de 1889.

A vitória da República significou, no país, a hegemonia das elites regionais contra o centralismo do império. Seguindo o modelo americano, o Brasil foi dividido em estados, com o conjunto formando uma Federação. Cada estado tinha ampla autonomia, podendo fazer empréstimos externos, escolher seus governantes e arrecadar impostos.

Não foram fáceis as primeiras décadas da República, que passou por conflitos armados – como a Guerra de Canudos, a Revolução Federalista, revoltas populares, greves, movimento tenentista – e por uma grave crise financeira

---

<sup>33</sup> O que não está diretamente citado, neste capítulo, foi reunido a partir do estudo de Franco (2001, p. 36 a 79) em sua Tese de Doutorado em História.

ocasionada pela política econômica denominada Encilhamento, adotada pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa.

Também o Espírito Santo passou por períodos conturbados nesse início republicano. Afonso Claudio não permaneceu no poder durante muito tempo. Sucederam-se vários governantes. E a Constituição estadual de 1891 foi rapidamente modificada.

No âmbito nacional, predominava, conforme aqui já se analisou, a chamada política do café-com-leite, a indubitável hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, grandes produtores de café e leite, respectivamente, o que fazia com que esses dois importantes estados se revezassem na presidência da República.

Em nível local predominava o “coronelismo”, com os chefes regionais controlando o processo eleitoral e manipulando o resultado das eleições devido ao sistema do voto aberto que permitia o chamado “voto de cabresto”, fenômeno este também verificado no Espírito Santo desse período, quando importantes figuras políticas revezaram-se no poder até a revolução de 30. Entre eles destacaram-se José de Mello Carvalho Moniz Freire e Jerônimo de Souza Monteiro.

Em meio a esse ambiente político, o Espírito Santo notabilizou-se pela produção cafeeira. Desde a segunda década do século XIX, o café vinha enriquecendo muitos fazendeiros que passaram a constituir uma elite rural de enorme prestígio e influência.

O café já era, em meados do século XIX, um dos principais produtos da Província do Espírito Santo. Em 1903, porém, 95% da receita do estado advinha da produção de café. A expansão da lavoura cafeeira e a necessidade de escoamento da produção impôs, desde meados do século XIX, a utilização de tropas de burro para o transporte do grão. Somente nos anos 40 do século XX as tropas foram cedendo lugar aos caminhões. Até a década de 30, Santa Leopoldina foi um importante centro comercial onde chegavam muitas tropas, que entregavam o café para os ricos comerciantes da região. Estes, por sua vez,

negociavam diretamente com a Europa. Percorrendo todo o estado, essas tropas conectavam as fontes produtoras, cidades, portos marítimos, portos fluviais e estradas de ferro, levando o café e trazendo sal, açúcar, bebidas e outros produtos.

Até o governo de Jerônimo Monteiro, as rendas do estado estavam sujeitas às incertezas da monocultura cafeeira. Um longo período de seca, entre 1898 e 1899, trouxe grandes prejuízos à lavoura de café, que se prolongou até a safra de 1901. Igual fenômeno foi percebido em 1909 e 1910, quando outra seca fez diminuir a exportação em 20%, prejuízo que se estendeu até 1911. Comparando com a safra de 1907-1908, a média de exportação caiu quase pela metade em 1911, quando o café foi responsável por menos de 60% do total da receita do estado. Em 1893, sua exportação contribuía com 91% do total das rendas (SIQUEIRA, 1995, p. 48).

Foi a necessidade de escoamento da produção cafeeira que impôs, no final do século XIX e início do século XX, uma melhoria das vias de transporte, abertura de estradas, caminhos, melhoramento de portos, construção de ferrovias e introdução de barcos a vapor. Foram, então, construídas muitas estradas, que tiveram destacada influência no desenvolvimento econômico das regiões por que atravessavam, entre as quais citamos as áreas de Santa Teresa, Santa Leopoldina, Castelo e Muniz Freire. Muitos rios dispunham de portos fluviais, com intenso movimento comercial. O de Santa Leopoldina, por exemplo, recebia a produção de café das áreas vizinhas e a levava através de canoas para o porto de Vitória, de onde seguia para o exterior.

Também tinham sua importância os portos marítimos, utilizados desde o período colonial. Entre eles, citamos o de Vitória e o de Itapemirim, no sul do estado, cujos valores de exportação de café chegaram a superar os de Vitória no final do século XIX. Entretanto, esses portos não eram bem aparelhados para atenderem às necessidades de escoamento da produção, apesar do investimento dos governantes, especialmente nas melhorias do porto de Vitória, o mais importante do estado. Aprovados em 1910, os trabalhos para a modernização do porto de

Vitória iniciaram-se em 1911, mas foram paralizados em 1914, em decorrência do início da I Guerra Mundial (1914-1918). Somente em 1925 foram reiniciados os trabalhos.

A produção cafeeira gerou recursos que possibilitaram a construção de uma boa malha ferroviária, pela qual se escoou a produção agrícola e se transportaram passageiros. Graças a essas ferrovias, estabeleceu-se grande intercâmbio comercial com regiões vizinhas, surgiram povoações e cidades e iniciou-se um período de progresso econômico e social. Foram duas as principais ferrovias: a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, posteriormente denominada de Leopoldina Railway, ligando Vitória ao Rio de Janeiro, e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, unindo a Capital ao norte do estado e a Minas Gerais, que atualmente pertence à Companhia Vale do Rio Doce. A primeira teve seu trecho inicial inaugurado em 1895, unindo o porto de Argolas, situado no continente, à Vila de Viana, e foi concluída em 1910. Contudo, o trecho que ligava Vitória a Cachoeiro logo entrou em decadência, quando diminuiu a produção cafeeira da região serrana (FRANCO; HEES, 2003, p. 38). Já a Estrada de Ferro Vitória-Minas teve seu primeiro trecho inaugurado em 1904. Consta, ainda, naturalmente, que foram construídas outras menores.

As estradas de rodagem também constituíram preocupação de vários governantes, entre os quais Jerônimo Monteiro. Essas vias de comunicação ligavam regiões isoladas às vias férreas, aproximando populações e dando oportunidades de escoar a produção agrícola.

Com a promulgação da Constituição de 1892, foi permitido aos estados contrair empréstimos no exterior e a decretar impostos sobre a importação e a exportação, o que possibilitou a ampliação das atividades industriais no Espírito Santo. Foi então que Jerônimo Monteiro (1908-1912) tomou medidas com vistas à industrialização do estado, entre as quais destacamos a isenção de impostos e o fornecimento gratuito de energia elétrica. Entre as principais indústrias implantadas em seu governo, destacamos a fábrica de tecidos que está no bairro de Jucutuquara, em Vitória, e a Usina de Açúcar Paineiras, no vale do Itapemirim,

onde várias outras indústrias foram instaladas, o que fez desse vale um parque industrial do estado. Malgrado tudo isso, as indústrias no Espírito Santo ainda precisariam esperar algum tempo para se desenvolverem.

Em relação aos estabelecimentos bancários, em 1900 existiam em Vitória o Banco Espírito-Santense e o Banco de Vitória. Em 1910 foi instalada uma agência do Banco Inglês e, em 1911, foi fundado o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo. Em 1909 foi fundada a Associação Comercial de Vitória, com o objetivo de defender os interesses da classe comercial.

Com o crescimento das cidades, multiplicaram-se os pequenos e grandes armazéns de secos e molhados, as farmácias, armarinhos, bares, lojas de tecidos e outros estabelecimentos. De grande importância era o papel dos caixeiros-viajantes, aqui chamados de “cometas”, abastecendo as casas comerciais e percorrendo o interior com seus mostruários. Muitos comerciantes encomendavam aos “cometas” as mercadorias que estes compravam no Rio de Janeiro ou em São Paulo e traziam para Vitória. Como em outras cidades do Brasil de então, havia também os mascates, em geral sírios ou libaneses, que percorriam o interior vendendo produtos diversos.

Na Primeira República, a exemplo do que ocorreu em várias outras cidades brasileiras, foi iniciado o processo de remodelação de Vitória, que ganhou um novo aspecto, perdendo parte de suas características coloniais. Sobretudo a partir de 1908, com Jerônimo Monteiro, casas foram demolidas, fachadas foram remodeladas e pontes foram erigidas. Vitória recebeu, nessa época, iluminação pública, monumentos, jardins, arborização. Ruas foram alargadas e a cidade passou a contar com serviços de água e esgoto, além de limpeza pública. Naturalmente tudo ainda era precário e poucas eram as casas com telefone. Mensagens urgentes eram enviadas por telégrafo, pela Western-telegráfico, com escritório em Vitória.

Eram bastante precários os meios de transporte terrestre, apesar da produção cafeeira necessitar deles. Compunham o quadro algumas poucas linhas

ferroviárias e os caminhos de penetração destinados principalmente às tropas de burro, com vistas ao escoamento da produção agrícola. Desde 1905 Vitória já possuía bondes puxados a burro. No entanto, com a introdução da energia elétrica, o serviço foi eletrificado. Havia ainda tálburis e carroças. Já linhas de ônibus eram inexistentes, devido à precariedade das estradas.

Eram poucas as opções de lazer. No mundo urbano, era comum fazerem-se passeios por praças e coretos, para ouvir bandas de música. Faziam-se festas para comemorar batizados, aniversários e casamentos e, às vezes, realizavam-se bailes familiares. Aos domingos, dias santos ou datas cívicas, as pessoas reuniam-se para conversar, jogar futebol, entre outras atividades. Nas festas, ajudavam-se mutuamente, enfeitavam suas casas e consumiam quitutes e bebidas. A sociabilidade semanal, entretanto, dava-se nas missas dominicais e dias santos, quando todos se dirigiam à igreja, ou ainda, como preferiam outros, nos botequins e quiosques, para longas conversas.

Também os teatros e cinemas – existentes em centros maiores – constituíam locais de divertimento da população. Em Vitória, o primeiro cine-teatro foi o Melpômene, localizado no Largo da Conceição, hoje Praça Costa Pereira. Foi inaugurado em maio de 1896 e tinha camarotes, poltronas e capacidade para 800 pessoas. Após um incêndio em 1924, foi demolido. O primeiro cinema de Vitória, feito de madeira e coberto com folhas de zinco, foi o Éden, inaugurado em 1907, com capacidade para 150 pessoas.

Havia poucos bares e restaurantes, onde se encontravam as pessoas mais refinadas da sociedade, como políticos, escritores e jornalistas. Os cafés, em geral, tomavam as calçadas com suas mesas e cadeiras de ferro. Nas farmácias, faziam ponto os médicos.

Os clubes também eram importantes pontos de encontro da classe média e da elite. O mais famoso era o Clube Vitória, onde ocorriam os bailes de debutantes, concursos de misses e os bailes de carnaval. Entre as opções de lazer, também podemos incluir as regatas aos domingos, os banhos de mar na Praia Comprida e



na Praia do Canto e as partidas de futebol entre aqueles que, posteriormente, organizarão os times do Rio Branco e do Vitória (GOMES FILHO, [s.n.], p. 10-11).

Com Jerônimo Monteiro, surge o Parque Moscoso, tido como área nobre da cidade, pois ao redor dele estavam concentradas as residências da elite. Durante o dia, nele se reuniam as famílias e estudantes. À noite, ocorria o *footing* das empregadas domésticas e dos militares, já que naquela área achava-se instalado o Quartel Militar, desde 1896 (NOVAES, [s.d.], p. 339).

Entre as escolas de ensino médio, destacamos o Ginásio Espírito Santo, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a Escola Normal e o Ginásio São Vicente de Paulo. Nas maiores cidades do estado só havia uma escola dessa natureza. As escolas de ensino médio eram privilégio quase absoluto da classe média e das elites, a maioria da população permanecendo infelizmente analfabeta. As escolas de Ensino Fundamental, por sua vez, eram em pequeno número. Acrescentemos, ainda, que, de 1908 a 1912, o número total de escolas cresceu de 125 para 271.

Em 1909, Jerônimo Monteiro fundou a Biblioteca Pública e a Escola de Belas Artes, além do Arquivo Público.

Poucos eram os jornais no estado. Entre os principais temos: *O Estado do Espírito Santo* e *O Comércio do Espírito Santo*, o primeiro do Partido Construtor autonomista e o último do Partido Republicano Federal.

A sociedade capixaba da Primeira República pode ser dividida em três segmentos: a elite, composta de dirigentes políticos, altos funcionários do estado, juristas, altos comerciantes e grandes proprietários de terras; um grupo intermediário, constituído de profissionais liberais, médios e pequenos funcionários públicos, pequenos comerciantes, professores, pequenos proprietários de terras e operários<sup>34</sup> e o último segmento, o dos menos

---

<sup>34</sup> Mesmo sendo em pequeno número, os operários foram suficientemente fortes para deflagrar no estado a primeira greve operária, em Cachoeiro, em 1908, por causa do atraso no pagamento dos salários.

favorecidos, como artesãos, meeiros, vendedores, empregadas domésticas, entre outros.

Graças à entrada de imigrantes a partir da segunda metade do século XIX, o número de habitantes do estado aumentou significativamente e continuou a crescer na Primeira República, contando, sobretudo, com descendentes de italianos, alemães e libaneses. Segundo o Recenseamento Geral da República, em 1900 o Espírito Santo possuía uma população de 209.783 habitantes, com esmagadora predominância de católicos e absoluta maioria vivendo nas zonas rurais, dedicando-se, sobretudo, à produção cafeeira, com os desconfortos e as carências que identificavam o interior brasileiro daquele período histórico. Já por volta de 1908, Vitória contava com uma população de 12.000 habitantes, e o Espírito Santo, com cerca de 250 mil.

Foi em um Espírito Santo com esses traços políticos, esse cotidiano e uma sociedade assim constituída, que se desenvolveram as relações de dependência e falta de autonomia expressas nas mensagens, discursos e relatórios dos presidentes de estado, analisados nos capítulos seguintes.

## 4 ESPÍRITO SANTO, ESTADO “SATÉLITE” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DE 1892 A 1912

É de fundamental importância aprofundar-se um pouco mais sobre o funcionamento da autonomia e do federalismo no Brasil, no recorte de tempo proposto para este estudo, acrescentando mais algumas reflexões sobre o pensamento político em torno do qual girava o Brasil republicano. Dessa forma, será possível entender com mais clareza o Espírito Santo enquanto estado dependente e secundário.

### 4.1 AS CONTRADIÇÕES DO FEDERALISMO BRASILEIRO

Conforme mencionado no capítulo 2, a Constituição dos Estados Unidos da América foi o primeiro exemplo de pacto federal entre Estados soberanos, tendo introduzido um novo instrumento político com a finalidade de se estabelecer uma paz perpétua.<sup>35</sup> Ora, o Estado federal está baseado no princípio constitucional da pluralidade de centros de poder coordenados entre eles, de maneira que ao Governo Federal confere-se uma quantidade mínima de poderes, com a atribuição de monopolizar as competências relativas à política externa e militar.

Essa distribuição de competências entre vários centros de poder - independentes, mas coordenados - faz com que cada parte do território e cada indivíduo estejam submetidos, *de facto*, a dois centros de poder: ao Governo Federal e a um estado federado. Em caso de conflito entre esses dois centros, o poder de decidir pertence a uma autoridade neutra, os tribunais. A eleição do presidente confere ao executivo força e estabilidade, sem dúvida. Mas a atribuição de poderes soberanos aos estados-membros é um freio contra o abuso do Governo Central.

Dessa concepção de federalismo infere-se a idéia de que devem ser reprimidos os abusos do Governo Central e de que os estados-membros sejam igualmente soberanos, sem a dominação de uns sobre os outros. Hegemonia de alguns e

---

<sup>35</sup> Para isso, ver Levi (2002, p. 480-489).

dependência, da parte de outros, constituem realidades em oposição ao princípio federal. E foi justamente essa oposição que se sobrelevou no regime brasileiro, afinal, de fato, somente Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva estavam familiarizados com as idéias norte-americanas de federalismo. Os demais, naquele início da República brasileira, “[...] ignoravam todos eles a prática do regime na América do Norte e na América Latina” (BELLO, 1999, p. 76) Daí, talvez, as distorções a que ficamos sujeitos, entre as quais o poder hegemônico de alguns estados sobre outros, reduzidos a uma posição secundária.

Muito se tem falado a respeito do domínio de São Paulo/Minas Gerais no período aludido. Faz-se necessário, entretanto, um aprofundamento dessa afirmativa, a fim de se compreender o significado da dependência capixaba. Quando se menciona a hegemonia de São Paulo e de Minas Gerais, não se pode daí inferir a idéia de que os dois estados eram igualmente hegemônicos no mesmo espaço temporal. Nesse sentido, é muito elucidativo um estudo de Renato Lessa, no qual ele divide a Primeira República em três períodos,<sup>36</sup> a partir de 1898: o primeiro, que foi de 1898 a 1906, ele considera como anos de puro predomínio paulista; o segundo, de 1906 a 1926, Lessa identifica com uma política marcada por um inequívoco tom mineiro, bastando, para isso, observar que Minas Gerais esteve diretamente na presidência, durante 11 desses 20 anos. No último, volta o predomínio paulista, de 1926 a 1930.

Segundo tal estudo, tanto o padrão paulista, quanto o padrão marcado pela forte presença dos mineiros, “[...] estavam completamente autorizados pelo modelo Campos Sales”.(LESSA, 1999, p. 204).

As referências ao Espírito Santo como estado “satélite” opõem São Paulo, Minas Gerais ou quaisquer outros estados como “planetas”. Porém, embora estes possam ser identificados, interessa a este estudo focalizar a atenção naquele.

---

<sup>36</sup> Ver Lessa (1999, p. 203-205), onde o autor fornece dados bem interessantes a esse propósito, tais como o número de ministros mineiros (20) e paulistas (14) que ocuparam postos ministeriais entre 1889 e 1930, bem como o tamanho da bancada mineira (37 deputados) e a paulista e baiana que só possuíam 22 deputados cada.

Por outro lado, convém ter presentes as duas perspectivas – em certa medida, divergentes - sob as quais pode ser analisado o processo de desenvolvimento histórico brasileiro: aquela que considera o setor mais dinâmico da economia, ligada ao mercado internacional e baseada principalmente no estado de São Paulo; e a outra, gerada pelo centro do poder político, baseado no Rio de Janeiro, e apoiado nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e outros (SCHWATZMAN, 2004). Trata-se, obviamente, de um fenômeno que remonta à dualidade entre as fontes de poder: fonte econômica e fonte política. Com efeito, a história do Brasil precisa ser descrita e analisada em termos das relações entre esses dois pólos. É nesse sentido que se deve refletir a respeito da heteronomia do Espírito Santo, dependente ora do poder econômico, ora do poder político.

De qualquer forma, essas são reflexões que colocam em pauta a idéia da contradição oriunda da implantação do federalismo no Brasil republicano, uma vez que a parte constitucional – o federalismo – impunha a autonomia dos estados, enquanto a parte não constitucional – a política dos governadores – dava origem ao domínio de uns estados sobre outros.

#### **4.2 O CASO DO ESPÍRITO SANTO NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA**

Ora, o caso específico do Espírito Santo na Primeira República ilustra bem essa contradição, que obviamente não passava despercebida para os envolvidos, estivessem eles do lado do poder central ou do estado-membro, o Espírito Santo. É assim que Dr. Antônio Aguirre,<sup>37</sup> numa circular dirigida ao eleitorado em primeiro de fevereiro de 1921, lamenta-se das diferenças entre estados grandes e pequenos e queixa-se de que estes estavam sendo “[...] reduzidos à função de urnas suplementares dos primeiros” (CLAUDIO, 2002, p. 70-71), concluindo ser tal fato uma contradição com a doutrina republicana, pois ou existe a emancipação política dos estados, ou “[...] o conceito de autonomia perdeu entre

---

<sup>37</sup> “Eminente político capixaba na Primeira República, tendo sido presidente do estado do Espírito Santo por duas vezes em 1891” (OLIVEIRA, 1975, p. 475).

nós a significação que recebeu em todas as constituições do mundo [...]” (AGUIRRE, 2002, p. 158-159). Ou seja, em 1921, a grande preocupação de um influente político capixaba, citado e apoiado por outro – Afonso Cláudio (2002) –, era com a ausência da emancipação política, com a dependência de alguns estados, no quadro político/econômico nacional.

Se se retrocede ao início do período republicano, a 1892, pode-se ver em Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 2-4), então presidente do estado, as mesmas preocupações e a constatação da mesma realidade: o Espírito Santo não governava a si próprio. Em um de seus discursos ele declara que o que degrada a ordem humana é a tutela, qualquer que seja a forma de exercê-la, e conclui que o problema do desenvolvimento do Espírito Santo depende de uma clara compreensão desse particular, que ele resume na frase: o estado “[...] tem sido governado de fora, através de quase todas as situações [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 3), condição que ele critica veementemente, quando afirma em seguida que estavam (os espiritossantenses) “[...] reduzidos à posição imbecil de quem não tem autoridade própria”. Como essa constatação se dava no início do período republicano, deduz-se que se tratava de uma realidade vinda do Império, mas que continuava até aquele momento, prosseguindo pelo menos até 1921, conforme questionamentos de Afonso Claudio e Antônio Aguirre.

Daí, certamente, o programa de governo de Moniz Freire, que incluía a implantação de vias férreas que propiciassem um desenvolvimento capaz de tirar o estado dessa dependência.<sup>38</sup> É sintomático que esse propósito seja manifestado em seu discurso, logo após as queixas sobre a falta de “autoridade própria”. Ou seja, desenvolvimento não combina com dependência. Talvez, por isso, sua obstinação na manutenção desses objetivos, lembrada, por exemplo, na mensagem de 1895 do então presidente Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 13, grifo nosso): “Na ordem dos assuntos administrativos que merecem rigorosamente a nossa preferência ocupa sempre o primeiro lugar a viação férrea”.

---

<sup>38</sup> Com relação à importância do desenvolvimento das vias férreas, para tirar o Espírito Santo da dependência de outros estados, ver Siqueira, 2001, p. 76-77).

Não é de se estranhar essa constatação de dependência, uma vez que o centro da economia capixaba foi Cachoeiro de Itapemirim, até o final da Primeira República.<sup>39</sup> Também não é de se estranhar que governos estaduais tivessem por meta o desenvolvimento dos transportes, o aparelhamento do porto de Vitória, as ligações ferroviárias com o sul do estado e com Minas Gerais, o que possibilitaria, talvez, ao Espírito Santo descolar-se de uma dependência econômica e política que atravancava seu progresso.

Não é sem razão, portanto, que como constata Marta Zorzal Silva (1995) o Espírito Santo saía prejudicado com o fato de a região sul capixaba centralizar a dinâmica da economia, uma vez que a região central do estado não dispunha de infra-estrutura portuária para receber navios de maior calado. Assim, a produção era levada, por cabotagem, para a cidade do Rio de Janeiro e, em conseqüência, o capital mercantil-exportador dominava a economia capixaba.

Essa ligação entre Cachoeiro e o Rio de Janeiro<sup>40</sup> se manteve praticamente intacta até a segunda década do século XX, quando foi concluída a primeira estrada de ferro ligando a região sul a Vitória. A partir daí, começaram os esforços para que a produção do sul fosse escoada pela capital do estado, ao invés de sê-lo pela Capital Federal. Entretanto, não foi imediata essa mudança, pois os fazendeiros do sul tinham vínculos consolidados na cidade do Rio de Janeiro, como também a ligação ferroviária entre este e o sul do Espírito Santo ocorrera em 1903, antes mesmo de se efetivar a ligação com Vitória. Mesmo depois que muitas empresas exportadoras de Minas e do Rio passaram a comprar e exportar café do sul do Espírito Santo através de uma grande exportadora capixaba – Vivacqua e Irmãos –, essa dependência continuou, já que a empresa do Espírito Santo praticamente monopolizava a comercialização do café produzido no sul do estado, mas realizava seus negócios de exportação através da Capital Federal, “[...] o que mantinha e reforçava a dependência àquela cidade” (SILVA, 1995, p. 56).

---

<sup>39</sup> Ver, nesse sentido, Silva (1995, p. 54-55).

<sup>40</sup> Para isso, ver também Siqueira (2001, p. 76-78).

À medida que o centro econômico se deslocava do sul do estado para a região central, a heteronomia do Espírito Santo também se modificava. Pode-se entender aí o papel histórico dos presidentes de estado que aqui investiram em vias férreas, no aparelhamento do porto e na infra-estrutura da capital, procurando, assim, reverter o processo de dependência.<sup>41</sup>

É natural, portanto, que os grandes exportadores sediados no Rio de Janeiro – e o capital internacional a eles ligados - não tivessem interesse nos investimentos que, no Espírito Santo, afastariam o fluxo de capital daquela praça. E isso deveria resultar no não interesse pela implantação de vias férreas que ligassem o sul do estado a Vitória. Moniz Freire não conseguiu utilizar capital nacional e fez empréstimos internacionais - o que a Constituição de 1891 autorizava aos estados – para a construção da Estrada de Ferro que ligaria Vitória a Cachoeiro de Itapemirim. Consciente da posição secundária do Espírito Santo, Moniz Freire chegou a declarar: “A primeira dificuldade para o Espírito Santo, que só agora começa a ser devidamente considerado no seio do próprio país, era abrir passagem ao seu crédito em mercados europeus [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 153).

Foi assim que, em 22 de setembro de 1894, um telegrama noticiava que, em Paris, fora lançado um empréstimo de 700.000 libras,<sup>42</sup> o primeiro empréstimo externo do Espírito Santo<sup>43</sup>. Por toda a confusão que, a propósito desse empréstimo, veio em seguida, pode-se deduzir que havia forças não interessadas na ligação do sul do estado com Vitória, mas com o Rio de Janeiro.

---

<sup>41</sup> Estará aí a razão das divergências sérias entre políticos como Moniz Freire e os do clã dos Souza Monteiro, uns empenhados em investir no desenvolvimento da região central e outros, com interesses no sul, mais voltados para o crescimento econômico dessa velha região cafeeira, apesar de se preocuparem com a urbanização de Vitória? Interessante tema para um futuro aprofundamento. Seriam estas as razões das críticas de Afonso Claudio aos políticos que, na República, distribuíam cargos para “se perpetuarem nos seus feudos?” (CLAUDIO, 2002, p. 69).

<sup>42</sup> Oliveira (1975, p. 413) afirma ter sido esse o empréstimo de 17.500.000 francos franceses, com a amortização anual de um por cento, durante trinta e três anos, a começar em 1896, devendo terminar, portanto, em 1929. A escritura foi lavrada a fl. 158. Do livro 3<sup>o</sup> do antigo Contencioso, atualmente (em 1975) em poder do Cartório dos Feitos da Fazenda. Foi celebrado nos termos do artigo 5<sup>o</sup> da Lei número 30, de vinte e um de novembro de 1892, e do Decreto número 44, de quatro de outubro de 1894.

<sup>43</sup> Novaes (1979, p. 335) é sobrinha do biografado Jerônimo Monteiro, tendo convivido com ele durante anos, o que torna seu depoimento especial.



Compreende-se, assim, a afirmação da pesquisadora capixaba, Maria da Penha Smarzaró Siqueira (2001, p. 73), com relação à posição do Espírito Santo na Federação:

*Como as demais regiões brasileiras, o Espírito Santo encontrava-se naturalmente inserido na conjuntura político-econômica nacional e [...], embora geograficamente integrado na região sudeste e produtor de café, não acompanhou o nível de desenvolvimento regional, fazendo parte do conjunto de regiões com pouca expressividade no contexto nacional.*

“Pouca expressividade no contexto nacional [...]”, apesar de em 1896 “[...] termos motivos para orgulhar-nos da nossa situação financeira [...]”, conforme declaração do mesmo Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 157), justificando com dados que realmente impressionam: 9º estado pela importância de sua renda, que era a décima parte da de São Paulo e a terça parte da de Minas, com populações e territórios bem maiores. Apesar de tudo isso e de ser exportador de café, o volume de exportação do Espírito Santo o colocava entre os pequenos estados.

Citando Raymundo Faoro, Renato Lessa (1999, p. 151) afirma que “[...] a adesão desses pequenos estados à política dos governadores de Campos Salles é quase automática [...]”, pois eles constituem o lado oculto da autonomia estadual: tratam-se de economias decadentes, sem vínculos com o mercado externo, privadas do maior filão tributário dos estados, os impostos sobre exportações e, por isso, freqüentemente dependentes do socorro do Tesouro Nacional.

### **4.3 A ASCENSÃO DE MONIZ FREIRE**

Dentro do objetivo proposto para esta pesquisa, José de Melo Carvalho Moniz Freire ocupa um papel especial, não só por ter comandado duas administrações estaduais e ter sido o primeiro mandatário dentro do período aqui estudado, mas também por estabelecer um plano que visava a aparelhar o Espírito Santo com

uma infra-estrutura que o levasse a uma posição de menor dependência no cenário nacional.

Natural de Vitória, tendo nascido em 13 de julho de 1861, Moniz Freire transferiu-se para Pernambuco em 1877, onde estudou no curso de direito da Faculdade de Recife. Depois mudou-se para São Paulo, onde concluiu o curso jurídico e retornou para Vitória. Experiente em jornalismo, fundou diversos jornais. Casou-se com uma filha de paulistas e foi pai de nove filhos.

Em maio de 1890, houve uma cisão do Partido Republicano capixaba, o que deu origem a dois outros: União Republicana do Espírito Santo, constituído pela ala dissidente; e o Partido Republicano Construtor, liderado por Moniz Freire. Ademais, colaborou na elaboração da Carta Constitucional do estado, promulgada em 2 de maio de 1892, dia em que foi eleito Presidente do estado.<sup>44</sup>

Em seu programa de governo, conforme aqui já se abordou, tinha por objetivo construir vias férreas, povoar o solo e transformar Vitória em um grande centro comercial. Entrou em contato com o então presidente de Minas Gerais, Afonso Pena, e assinou com ele um convênio para construção de uma estrada de ferro, unindo Minas e Espírito Santo. E as obras logo começaram. Para levar esse programa a bom termo, o estado contraiu o primeiro empréstimo<sup>45</sup> externo, de 17 milhões e quinhentos mil francos franceses, para a construção da estrada de ferro Sul do Espírito Santo, que faria a ligação entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

Também promoveu a introdução de 20 mil italianos na lavoura capixaba e implantou a navegação a vapor no Rio Doce. Projetou a expansão de Vitória através do projeto Novo Arrabalde, que será analisado posteriormente.

---

<sup>44</sup> Todos esses dados referentes à vida e à política de Moniz Freire, ver em Franco; Hees (2003, p. 48 e ss).

<sup>45</sup> É curioso notar que o *imbroglio* gerado pelo referido empréstimo denota certamente a existência de interesses políticos que prejudicavam o desenvolvimento do estado. Moniz Freire fora acusado de ter dado passo maior que as pernas, o que certamente não condizia com a realidade do estado naquele momento histórico, já que em 1893 a safra de café tinha atingido um patamar que foi o maior até então, autorizando o presidente do estado a pronunciar um discurso otimista, na instalação do Congresso Legislativo em 1894, em Vitória. Para isso, ver Oliveira (1975, p. 414).

Iniciadas as obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, em 13 de julho de 1895 foi inaugurado o primeiro trecho, ligando o Porto de Argolas – no continente, fronteiro à capital – à Viana, então vila.

Porém, a pouca autonomia do Espírito Santo impediu a continuidade de planos tão esperançosos. Por exemplo, o estabelecimento de imigrantes no estado requeria ajuda federal, o que não foi possível obter, uma vez que São Paulo foi beneficiado com verbas desviadas de estados menos influentes na política. Moniz Freire a isso se refere, dirigindo-se ao legislativo estadual:

*Infelizmente falhou completamente este ano o auxílio federal com que contávamos, e que vós orçastes na receita do corrente exercício, para o serviço de imigração [...] o ministro da Indústria não pôde [...] satisfazer as minhas reiteradas requisições. Existe com efeito no orçamento o crédito de 4.000 contos para ser distribuído igualmente pelos vinte estados, mas a título de pagamento de passagens dos imigrantes introduzidos em virtude dos contratos federais; essa verba ainda foi reputada insuficiente, e o governo pediu ao Congresso crédito suplementar [...]. Sucede porém que dos imigrantes introduzidos em virtude dos contratos federais, em número de trinta mil seguramente, talvez não tenham mais de duzentos tomado destino deste estado; de modo que nem temos a verba para auxiliar o serviço que fazemos por nossa conta, em virtude do contrato estadual, nem recebemos dos imigrantes introduzidos pelos contratantes federais a porcentagem correspondente à verba que o orçamento da União nos destinou (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 16-17).*

Outros problemas provavelmente também interferiam, segregando o Espírito Santo e atrapalhando a vinda desses imigrantes para o estado. Foi nesse sentido que, na mensagem de despedida de seu primeiro mandato, Moniz Freire a isso se referiu:

*Este contrato [para trazer imigrantes] termina em fins do corrente ano; o preço das passagens nele estipulado é o que vigorava em 1892 para todos os contratos, federal e estaduais, mas atualmente o serviço está sendo feito para São Paulo e para Minas, a preços muito mais razoáveis (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 120, grifo nosso).*

E a conclusão, com relação a esses dados, vem automaticamente: “[...] o resultado é que a verba orçamentária só aproveitou ao estado de S. Paulo que é

poderoso e rico, em detrimento de outros, como o nosso, que não poderiam dispensá-la” (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 17, grifo nosso).

Conclusão, aliás, já tirada por Moniz Freire no discurso dirigido aos deputados, por ocasião da sua posse em seu segundo mandato, quando afirmava que, se o Espírito Santo tivesse começado a se desenvolver antes, “[...] já seria uma estrela de primeira grandeza<sup>46</sup> na constelação em que S. Paulo é o alfa” (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 4, grifo nosso).

Tudo se constitui, nesses documentos, num reconhecimento do Espírito Santo enquanto estado que não merecia, da parte do Governo Federal, as mesmas atenções que São Paulo. Tratando, por exemplo, da necessidade de um serviço regular de higiene para o Espírito Santo, assim se queixa Moniz Freire: “[...] porque faltam-nos para isso pessoal competente, recursos, e outros elementos indispensáveis, dos quais no Brasil só dispõem a Capital Federal e São Paulo, que têm despendido muitos milhares de contos para montá-lo [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 8).

Do ponto de vista da malha ferroviária estabelecida no Brasil até 1907, pode-se observar que, do total de 17.605 km, mais de 60% (11.019 km) encontrava-se no Sudeste, região que recebera maior atenção do governo central, ainda mais quando se pondera que, em grande parte, “[...] essas ferrovias foram construídas com garantias de juros dadas pelos governos federal ou estadual, ou simplesmente com recursos governamentais” (MONTEIRO, 2000, p. 309). Como se dava essa distribuição de recursos, no que diz respeito ao Espírito Santo? Moniz Freire a isso alude, quando trata da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo: “Essa estrada é a única que em nosso estado, até hoje, goza de favores do Governo Federal, pois que o projeto de Vitória a Peçanha [MG] parece infelizmente fadado a mais uma vez sucumbir” (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 15, grifo nosso).

---

<sup>46</sup> É uma das várias figuras de retórica presentes nos textos das mensagens. Elas exerceram desde longa data um certo fascínio no estudo do estilo literário, pois ao contrário do que normalmente se supõe, elas não são um ornamento gratuito, fazendo parte do discurso e não se inscrevem nele inofensivamente. Para isso, ver Bardin (2003, p. 171).

No caso específico da imigração ou das estradas de ferro, o Espírito Santo foi provavelmente preterido em função de medidas administrativas, de origem política e que poderiam se originar ou de um Ministério ou do Congresso, onde os pequenos estados não eram, em geral, dotados de grande influência, afirmativa válida especialmente para o caso do Espírito Santo.

Os postos no Ministério eram indicativos de força política dos partidos estaduais dentro do Executivo. Ora, dos 20 estados da federação, o Espírito Santo tinha posição bastante secundária. Em quase toda a Primeira República havia sete ministérios: Viação, Justiça, Agricultura, Relações Exteriores, Guerra, Fazenda e Marinha. Os postos mais importantes para os partidos políticos estaduais eram os ministérios da Fazenda, da Viação e da Justiça. Os dois primeiros eram importantes, devido ao seu grande orçamento. O da Fazenda, além disso, ainda controlava a política financeira e, por isso, tinha influência nas políticas do câmbio e do café. O Ministério da Viação era encarregado da construção de estradas de rodagem, de estradas de ferro e linhas telegráficas, com o poder de auxiliar ou dificultar o crescimento econômico de um determinado estado. O ministro da Justiça presidia as eleições federais e, assim, poderia influir no resultado das lutas congressionais e presidenciais. Desse modo, no que diz respeito ao Espírito Santo, é interessante consultar o quadro seguinte (CARDOSO et al. 1979).

Estados	Anos em todos os ministérios	Anos na Fazenda, Viação e Justiça
Minas Gerais	12,64	7,69
Bahia	9,73	9,35
São Paulo	9,02	7,29
Pernambuco	5,51	4,74
Goiás	5,41	5,41
Mato Grosso	4,66	4,66
Rio Grande do Norte	4,41	4,41
Rio de Janeiro	4,25	3,07
Santa Catarina	4,00	4,00
Ceará	3,12	2,36
Paraíba	2,73	2,73
Rio Grande do Sul	2,56	1,51
Pará	2,27	1,08
Sergipe	1,30	1,30

**QUADRO 2** – Número de anos em que os postos de gabinete foram ocupados por representantes dos partidos estaduais: de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1910.

**FONTE:** Dados extraídos de Dunshee de Abranches, Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil (São Paulo, 1918); Almanaque de Gotha, 1923-1931 (Gotha, 1922-30); Augusto de Bulhões, Ministros da Fazenda do Brasil 1808-1954 (Rio, 1955); Max Fleiuss, História Administrativa do Brasil (São Paulo, 1922).

A tabela permite ver que os políticos do Espírito Santo estão ausentes de qualquer Ministério: o estado encontrava-se à mercê das lideranças de outras áreas. Convém notar que até outros estados de pequena grandeza estavam presentes, de algum modo, em algum Ministério. O Espírito Santo encontrava-se entre os seis estados sem nenhuma representação nesses organismos.<sup>47</sup> Também para os anos posteriores<sup>48</sup> a 1910, na Primeira República, vale a mesma avaliação: o Espírito Santo estava ausente.

Por outro lado, a fim de se considerar a influência exercida através do Congresso Federal, pode-se analisar o quadro seguinte, útil para o recorte temporal proposto para esta pesquisa. Através desse quadro, observa-se que, se considerarmos os estados de primeira e segunda grandeza<sup>49</sup> (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco,

<sup>47</sup> O Brasil, em quase toda a Primeira República era composto de 20 estados e um Distrito Federal. Para isso, ver o Anuario estatístico do Brazil 1908-1912. (1916-1927)

<sup>48</sup> Ver tabela 5 em Cardoso et al. (1979, p. 118).

<sup>49</sup> Para analisar essa hierarquização, é interessante ter presente as observações de Hélio Jaguaribe quanto à classificação que ele faz a respeito do oposto da dependência, quando analisa a questão da autonomia dos países nos anos 70, classificando as potências em três categorias: as que possuem autonomia individual absoluta (Estados Unidos e União Soviética), as que têm autonomia individual relativa (Japão) e as que gozam de autonomia coletiva (Europa Ocidental). *Mutatis mutandis*, pode-se usar essa classificação em outros campos e em outros recortes temporais que não os anos 70. Ver Mattos (1976, p. 82).

Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) e somarmos com o número de deputados do Distrito Federal, teremos a Câmara de Deputados nas mãos de 141 representantes, para um total de 212. Ou seja, 66% do poder decisório estão nas mãos dos grandes, enquanto que os pequenos detêm apenas 1/3 da capacidade de defender seus interesses, considerados no conjunto.

É interessante também notar, de acordo com o quadro anterior, que os três grandes em representação política (Minas Gerais, São Paulo e Bahia) são também os três grandes no que diz respeito à maior permanência nos ministérios.

Estados e Distrito Federal	Número de deputados
Alagoas	6
Amazonas	4
Bahia	22
Ceará	10
Espírito Santo	4
Goiás	4
Maranhão	7
Mato Grosso	4
Minas Gerais	37
Pará	7
Paraíba	5
Paraná	4
Pernambuco	17
Piauí	4
Rio de Janeiro	17
Rio Grande do Norte	4
Rio Grande do Sul	16
Santa Catarina	9
São Paulo	22
Sergipe	4
Distrito Federal	10
TOTAL	212

**QUADRO 3** - Representação política na Primeira República  
**FONTE:** Anuário estatístico do Brasil 1908-1912 (1916-1927)

São dados que, no conjunto, ajudam a explicar a posição secundária do Espírito Santo no recorte de tempo estudado na Primeira República.

Traçando um mapa da hierarquia existente entre os estados naquele início da República brasileira, Margarida de Souza Neves (2003, p. 40) conclui:

*Num plano mais elevado, São Paulo e Minas. Logo abaixo, o Rio de Janeiro com o Distrito Federal, seguido, quase no mesmo plano, ainda que por distintas razões, da Bahia e do Rio Grande*

*do Sul. Depois o bloco das principais oligarquias nordestinas. Um pouco mais abaixo, os estados do Norte, o Paraná e Santa Catarina. Depois ainda o Mato Grosso e Goiás. E no plano de menor ponderação política, estados como o Sergipe e Piauí.*

Tão secundário era o Espírito Santo, que nem é nomeado nessa lista classificatória: esta é a situação política do Espírito Santo naquele momento histórico, apesar de estar financeiramente bem em 1896, como se pode ler na última mensagem do governo Moniz Freire:

*Sob todos os pontos de vista temos motivos para orgulhar-nos da nossa situação financeira. O Espírito Santo já é o 9º estado brasileiro pela importância de sua renda [...]. Com cerca de 250.000 habitantes [...] a nossa renda é a décima parte da de S.Paulo, que tem mais de 2.000.000 de habitantes, e a terça parte da de Minas, que tem uma população de três milhões, uma extensão vinte vezes maior, e é o segundo estado do Brasil a esse respeito (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 157)*

Apesar de ser a nona renda do país, era considerado sem importância, o que vai ser agravado ainda mais, após o término do primeiro mandato de Moniz Freire, que deixou a presidência do estado em 23 de maio de 1896 e, em seguida, partiu para a França, a fim de desempenhar alta comissão do estado. Foi sucedido por Graciano dos Santos Neves.

#### **4.4 OS PLANOS DE MONIZ FREIRE COMPROMETIDOS NA SUCESSÃO**

Graciano dos Santos Neves<sup>50</sup> governou o estado em situação bastante difícil, uma vez que o café sofreu enorme queda de preço, abalando a economia capixaba. Suspendeu quase todas as obras planejadas por Moniz Freire, exceto as da viação férrea, preocupado em levar os trilhos até as áreas de produção. Chegou a afirmar que “[...] essas questões de economia têm constituído até agora a preocupação absorvente e quase exclusiva da minha administração [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 12).

---

<sup>50</sup> Para as informações referentes a esse governo, ver Oliveira (1975, p. 415).



Já no início de seu governo, além das medidas de controle orçamentário, também apontou discretamente para um posicionamento político diverso de Moniz Freire, quando criticou governos “puramente administrativos”, que só têm esforços vigorosos para empreendimentos de efeito material mais próximo, com prejuízo de “[...] outras conquistas sociais de maior alcance [...]”. Considerava que esses governos possuíam uma “[...] doutrina essencialmente eleitoral [...]” de que uma das conseqüências menos perniciosas é indicar “[...] o enriquecimento incondicional do estado como uma justa e invejável medida de governo” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 11). Não é de se estranhar que tenha se oposto à continuação de quase todas as obras de Moniz Freire, colocando-se inclusive contrário à imigração estrangeira:

*É inegavelmente certo que, pelo lado financeiro, o estado do Espírito Santo tem tirado enormes lucros com a importação sistemática de colonos europeus para o seu território; mas não concludo absolutamente daí que essa regra seja plausível e digna de imitação (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 11).*

Apesar de concordar com a idéia de que a imigração vinha dando “[...] rápidos e brilhantes resultados financeiros”, negou-se o quanto possível a praticá-la, alegando que ela tinha o grave inconveniente<sup>51</sup> “moral” de enfraquecer os “laços de unificação nacional” e propondo o recurso à “colonização nacional” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 11).

Recusou-se também a promover o melhoramento do porto de Vitória, alegando ser essa uma “[...] obra que depende inteiramente da boa vontade do Governo Federal [...], que só a executará quando considerar conveniente aos interesses da União” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 13).

É curioso que, no final dessa sua mensagem inaugural, ele concluísse que sua carreira administrativa era “modesta” e que seria facilitada “[...] pelas condições excepcionalmente lisonjeiras do nosso meio político [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 14), o que não o impediu, porém, de sofrer oposições internas. Estariam

---

<sup>51</sup> Pode-se levantar a hipótese de que sua posição fosse contrária não à imigração propriamente dita, mas ao esquema utilizado por Moniz Freire, que não priorizava a ida dos imigrantes para trabalharem nas fazendas do sul do estado.

fora do Espírito Santo as referidas “condições lisonjeiras”? O que ocorreu foi que os cortes no orçamento, determinados por sua política, provocaram grande indisposição contra seu governo, o que o levou a renunciar, entregando o poder a seu substituto legal, o Vice-Presidente Constante Gomes Sodré. Posteriormente, de acordo com a Constituição Estadual, foram realizadas novas eleições, que levaram José Marcelino Pessoa de Vasconcelos a tomar posse em 1898, deixando o poder em 1900, quando retornou Moniz Freire, novamente eleito para a mais alta magistratura do estado.

Em 1897, entretanto, durante o governo de Graciano dos Santos Neves, foi publicado, em Paris, um texto assinado por L. G. Escragnolle Taunay,<sup>52</sup> sob o pseudônimo de Álvaro Castélló (1987), repleto de críticas ao empréstimo realizado por Moniz Freire em seu primeiro mandato, para a construção da estrada de ferro Sul do Espírito Santo. Salta aos olhos o caráter absurdamente impositivo das propostas de tal documento que, em vários momentos, sugere medidas tais como colocar fim “[...] firmemente e imediatamente, aos trabalhos dessa estrada de ferro ruinosa, [uma vez que] [...] a suspensão dos trabalhos da estrada de ferro é inevitável, cedo ou tarde”. O documento não sugere, mas obriga: “[...] é preciso chegar até à suspensão dos trabalhos desta via férrea” (CASTÉLLO, 1987, p. 120, 124-125).<sup>53</sup> E chega a afirmar, no final, que, se o governo do Dr. Graciano dos S. Neves não suspender o empréstimo, essa falta de coragem levará “criminalmente” o Espírito Santo à deriva para o desconhecido.

É curioso que, em vários momentos desse documento, é oferecida a opção de se aproveitar o capital disponível para se fazer a ligação do Sul do Espírito Santo com Minas Gerais, possibilitando o escoamento dos produtos de Minas por aquela região e dela para o Rio de Janeiro. Ou seja, o desvio da estrada de ferro

---

<sup>52</sup> É de enorme importância, naquele momento histórico, a divulgação de uma análise escrita por um membro da importante família Escragnolle Taunay, descendente de franceses, no país onde o Espírito Santo tinha buscado apoio financeiro. A França era o segundo país europeu que, nessa quadra da História, procurava investir no Brasil, através de empréstimos, implantação de ferrovias, modernização de portos etc. Para isso, ver Arias Neto (2003, p. 206).

<sup>53</sup> “[...] fermement et immédiatement, les travaux de ce chemin de fer ruineux”. “[...] il faudra en arriver à la suspension des travaux de cette voie ferrée”. “[...] la suspension des travaux du chemin de fer du Sud est ineluctable, tôt ou tard” (CASTÉLLO, 1987, p. 120, 124-125, tradução livre).

daria lucro, desde que favorecesse à praça do Rio de Janeiro; daria prejuízos, se levasse capitais para Vitória (BITTENCOURT, 1987).

O referido documento colocava todas as responsabilidades na difícil situação econômica daquele momento. Já Moniz Freire havia apostado no desenvolvimento futuro, que seria aberto pelas possibilidades que a estrada de ferro com certeza traria.

Convém notar que concomitantemente à difusão desse documento, Moniz Freire desenvolvia na França negociações no sentido de obter novos investimentos franceses no Espírito Santo, fato este registrado na mensagem do então Presidente do estado, Dr. José Marcelino P. de Vasconcellos:

*O Sr. Moniz Freire, inspirado no mais sincero devotamento à terra natal, tem desenvolvido na Europa uma soma considerável de atividade com o fim de efetuar combinações financeiras que garantam a realização deste empreendimento [construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo] sobre que assenta toda a grandeza futura do estado (ESPÍRITO SANTO, 1898, p. 8-9).*

Para se compreender a importância dessa campanha na França contra o Espírito Santo, é suficiente considerar que Paris “[...] tinha se especializado no financiamento de projetos apoiados por garantias governamentais de juros, naquele momento de expansão do imperialismo europeu” (SINGER, 1979, p. 380). Denegrir o Espírito Santo, em Paris, era prejudicá-lo profundamente.

Interessa vivamente registrar a política seguida pelo governo federal nesse momento. De 1894 a 1898, assumiu a Presidência da República um representante da cafeicultura paulista, Prudente de Moraes, sendo sucedido pelo Dr. Manuel Ferraz de Campos Salles, conhecido pelo chamado *fundings loan* e pela política econômica de grande aperto financeiro, tendo, inclusive, terminado seu mandato sob vaia de populares do Rio de Janeiro. Em uma de suas mensagens ao Congresso Nacional, Campos Salles trata das vias férreas e defende abertamente a privatização das estradas de ferro da União, alegando os prejuízos que davam. A referida mensagem (BRASIL, 1899, p. 22) afirma, porém, que – “[...] embora dando consideráveis prejuízos [...]” – não se deverá privatizar a

Central do Brasil, pois havia esperanças de prosperidade no futuro, devido ao fato de ela servir três grandes estados do centro: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, argumento que não valia para a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Uma das fórmulas encontradas pelo governo federal para expandir os produtos dessa região dos estados do centro – e, assim, garantir futuros superávits para a Estrada de Ferro Central do Brasil – foi a de decretar redução do preço de transporte a favor de certos produtos agrícolas, medida que não foi posta em prática nas estradas de ferro do Espírito Santo nessa ocasião. Tal medida também foi estendida para o café que transitasse pelas linhas da Leopoldina Railway Company, “[...] a partir de qualquer ponto até o Rio de Janeiro [...]” (BRASIL, 1901, p. 124-125, grifo nosso), não beneficiando, portanto, o café que fosse transportado para o porto de Vitória.

Assim, ao mesmo tempo em que transcorria a campanha contra a estrada de ferro sul do Espírito Santo, também avançava o estímulo do governo federal pela privatização das estradas de ferro da União, com o objetivo de sanear as finanças. Desse modo, era o Espírito Santo vítima de uma orientação política geral, vinda de um governo central que não se incomodava se um estado fora do eixo São Paulo/Minas/Rio ficaria prejudicado ou não.

#### **4.5 MONIZ FREIRE EM SEU SEGUNDO MANDATO**

Foi em meio a esse contexto que, em 23 de maio de 1900, iniciou-se o segundo mandato de Moniz Freire, que governou até 1904. Nessa fase perdurava também a crise do café: prolongava-se a seca e agravava-se a situação produzida pela baixa dos preços. Impossibilitado de satisfazer seus compromissos, o “Espírito Santo viu-se obrigado a pedir moratória aos credores estrangeiros em 1902” (OLIVEIRA, 1975, p. 418).<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> Ver também Franco; Hees (2003, p. 51).

Para enfrentar a crise, Moniz Freire determina cortes dos gastos públicos, embora tenha autorizado a continuação da construção da estrada de ferro Sul do Espírito Santo, argumentando que as obras levariam a estrada até as zonas de produção e que havia verbas provenientes de empréstimos feitos na França, em 1899, pelo seu antecessor.

Foi nesse período de seu segundo mandato enquanto presidente do estado, que se colocou a possibilidade de exploração de areia monazítica no litoral capixaba, surgindo então um problema jurídico relacionado com o estabelecido na Constituição brasileira de 1891, quanto à posse de terras devolutas pelo estado e pela União. Surgiu aí, obviamente, um atrito entre o estado do Espírito Santo e a União, a respeito da posse de terras do litoral. Na argumentação que desenvolve, Moniz Freire deixa transparecer claramente o debate que procurava diminuir o poder dos estados aqui considerados secundários, entre os quais se colocava o Espírito Santo:

*A corrente da reação invasora do patrimônio dos estados, que tenderia, se se tornasse vencedora, a retomar-lhes as suas terras, e a mutilar-lhes a competência privilegiada sobre os direitos de exportação, não atenta que essa acumulação de recursos nas mãos da União, à custa das expoliações dos mais fracos pelos mais fortes, que era o Carthago delenda do regimen centralista do Império, seria o empolgamento de todo o patrimônio pelos mais ricos, porque são os mais poderosos pelo número e pela influência (ESPÍRITO SANTO, 1900, p. 18)*

Mais tarde foi realizado um contrato com o americano John Gordon, para a exploração e exportação dessas areias, o que não impediu Moniz Freire de queixar-se do governo federal: “A execução desse contrato tem sido dificultada por atritos entre a União e o estado, devido à falta de delimitação da área de marinhas na zona onde a exploração teve começo” (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 24). Ele confessa, aí, a dificuldade por que passava, no sentido de aproveitar-se daquela circunstância que concederia ao sofrido estado uma capacidade de renda a mais, em meio a uma crise que ameaçava sua economia

Preocupava a todos a crise do café que, nessa ocasião, assolava as zonas produtoras desse grão, levando Moniz Freire a tomar a iniciativa de procurar o

presidente do estado de São Paulo, a fim de, juntos, mandarem uma carta aos governantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, convidando-os a uma ação conjunta dos cinco estados principais produtores de café, para um trabalho de propaganda dirigido à Europa, com o intuito de conquistar novos mercados de consumo e, assim, resolver o problema da superprodução, causa principal da crise por que passavam os produtores de café no Brasil. Foi, nesse sentido, realizada uma conferência em Petrópolis, onde foi assinado um convênio com vistas a esses objetivos, mas tudo ficou sem efeito, pois não foi dado andamento a essas idéias partidas do presidente do Espírito Santo. Entre as propostas de propaganda sugeridas por Moniz Freire, estavam a distribuição de café nas fábricas européias, liceus, exército e marinha, bem como a organização de estatísticas que permitissem um plano bem elaborado, juntamente com o estabelecimento de relações diretas entre o nosso comércio e os mercados consumidores. Como se pode ver, tratava-se de um plano inteligente, digno de qualquer estudioso de *marketing* do século XXI. Nada foi levado adiante, o que motivou, da parte de Moniz Freire, as queixas que sinalizam para a idéia de um Espírito Santo sem autonomia:

*Não poderia o nosso estado, pequeno e exausto como se acha, pretender presentemente tomar nenhuma iniciativa no sentido de forçar uma deliberação eficaz sobre esses assuntos; por mais que a sua sorte esteja aí envolvida, a sua posição não pode ser senão de passividade resignada (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 12).*

Ele aí caracteriza bem a situação do Espírito Santo nesse momento de sua História: “pequeno e exausto”, impossibilitado de “iniciativa”, numa posição de “passividade resignada”.

Além da crise econômica motivada pelos problemas da cafeicultura, o estado passava por uma grave questão financeira – obviamente relacionada com aquela crise – ocasionada pela necessidade de pagamento do serviço de uma dívida contraída em 12 de dezembro de 1899 com o *Banque de Paris et des Pays Bas*, assim como também se mostrava necessário o pagamento de um empréstimo feito ao Banco da República em 3 de março de 1899, no governo de seu antecessor. Em 1901, surge um incidente entre o estado e o mencionado banco

francês, motivado pelo fato de não ter sido pago, na data do seu vencimento, a 5 de outubro daquele ano, o serviço da dívida externa. O que motivou, da parte de Moniz Freire, palavras que aludem à subordinação política do Espírito Santo ao governo central: “Baldados porém esse meios, ao chegar o momento de se vencer o coupon de 5 do corrente [outubro/1901] e vendo desatendidas as minhas últimas solicitações ao Governo Federal [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 13, grifos nossos).

A constatação é clara, ao menos até aquele momento: o governo federal não queria atender aos pedidos do Espírito Santo, apesar de depois ter mudado de atitude. O conflito terminou pela interposição do Governo Federal, que fez ao estado o empréstimo de 300.000\$000 (trezentos contos de réis), para auxiliar o pagamento reclamado pelo banco francês. Antes, porém, de vir em auxílio do Espírito Santo, o governo brasileiro negou-se a fornecer qualquer ajuda, o que levou Moniz Freire a se manifestar:

*O governo julgou, porém, que sem autorização legal não poderia fazer o adiantamento pedido, e havia recusado-o definitivamente, quando se deu o rompimento entre o banco e o estado. Calculando os efeitos dessa recusa, eu havia por fim, bem ou mal instruído, invocado o precedente de favores idênticos prestados a outros membros da federação [...] (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 20, grifo nosso)*

Vê-se que Moniz Freire não entra em detalhes, mas afirma que, por influência econômica ou por questões políticas, outros estados que passavam por situação semelhante à do Espírito Santo já tinham sido ajudados anteriormente. Foi certamente esse o argumento que levara o governo federal à mudança de atitude.

Em 1903, foi inaugurada a ligação férrea entre Cachoeiro e o Rio de Janeiro. A ligação com Vitória só vai dar-se em 1910. Entretanto – conforme mencionado anteriormente – o café do sul do estado continuou sendo exportado pelo Rio de Janeiro, entre outras razões devido ao frete Vitória/Cachoeiro, ser mais caro que o Cachoeiro/Rio (SALETTTO, 1996, p. 27). Mantinha-se, assim, a dependência do Espírito Santo.

O ano de 1903 assistiu à continuidade da crise que também assolava o Espírito Santo, em virtude, sobretudo, da queda dos preços do café no mercado internacional, provocada pela superprodução. Os estados brasileiros que tinham sua fortuna pública fundada no café não viam salvação próxima e estavam intranqüilos com relação aos dias futuros. É nessa conjuntura que, com relação a seu estado, refere-se Moniz Freire:

*Sendo o menor de todos eles; o menos populoso; e o mais pobre de recursos; [...] desprovido, portanto, de todos os aparelhos de crédito que os outros possuem [...] ele está privado, para sua defesa, de todos esses pontos de resistência que o número e a riqueza, isto é, a solidariedade social em campo dilatado e o capital empenhado em protegê-la por instinto da própria conservação, proporcionam aos núcleos humanos mais vastos (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 6).*

A visão que esse governante tem de seu estado é toda ela fundamentada nas características que esta pesquisa lhe atribui: dependente e sem autonomia. Daí o “menor de todos”, “o menos populoso”, “o mais pobre”, o “desprovido”, “privado”. O contraponto também está aí presente: a existência de outros estados protegidos pelo “capital” e pela “solidariedade social”, uma vez que são “núcleos humanos mais vastos”. “Desprovido” de quê? De “aparelhos de crédito”, ou seja, de possibilidades de fazer empréstimos, e que alguns tinham e outros não.

Em seguida, nessa mesma mensagem, o presidente do estado aprofunda-se em sua análise sobre as causas daquela crise e desabafa:

*O que interessa verdadeiramente ao país não é com efeito a sorte das fortunas que possam estar comprometidas pela baixa do produto e em benefício de cuja salvação derramam-se diariamente os múltiplos alvitres [...]. O que deve interessá-lo vivamente é manter, seja em que mãos for, a enorme riqueza nacional representada por essas culturas [...] (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 7)..*

Assim, segundo ele, as propostas estavam, erroneamente, sempre em defesa das fortunas comprometidas com a crise, e nunca em função da riqueza nacional. É um lamento em que dá a entender que as sugestões de solução favoreciam



certos grupos, prejudicando estados como o Espírito Santo, inserido no conjunto da “riqueza nacional”.

Daí também sua afirmação, vinda logo em seguida: “Esta é para o Espírito Santo a face única interessante do problema. Compreendo que em toda sua simplicidade ela reflete um tanto o nosso atraso econômico” (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 7). Palavras essas que, no fundo, refletem a idéia do caráter secundário – e, portanto, sem autonomia – da economia capixaba. Adiante, Moniz Freire continua apontando para as soluções com as quais não concorda e que vinham sendo apresentadas para a crise, finalizando melancolicamente: “A outros porém cabe a iniciativa desse movimento, em que o nosso papel terá de ser apenas o de modestos cooperadores, apesar de termos ligados os nossos mais caros interesses à sorte dessa causa” (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 8). “Outros” decidem e tomam a “*iniciativa*”. Os capixabas são “*modestos cooperadores*”, secundários e dependentes.

Demonstrando não ser possível ao Espírito Santo aumentar os impostos, como uma das vias para ajudar na solução da crise – como fizeram outros estados -, Moniz Freire questiona a centralização do poder, aludindo dessa vez à posição subordinada não em relação a algum estado hegemônico, mas em relação à União:

*Na zona que a Constituição deixou neutra para a exploração cumulativa do poder estadual e federal, este último estabeleceu-se com tamanha amplitude egoística, que nenhum lugar ficou para o primeiro. Estamos assistindo a um movimento contrário ao que se operou no início da existência republicana, quando se clamava em certas esferas da opinião contra as tendências locais absorventes, acusadas de relegarem para plano inferior os cuidados devidos à conservação do órgão político convergente. Educados no regime da centralização, temos voltado pouco a pouco aos seus hábitos e processos, por mais que pareça e se declame que é do mal oposto que nos achamos afetados (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 15).*

É interessante ter presente que, nesse momento histórico, estava em pleno vigor a política dos governadores que, apesar de reconhecer o poder das oligarquias

locais, não dispensava a concentração do poder nas mãos do executivo.<sup>55</sup> Convém também não esquecer que a União era, em 1903, controlada pela oligarquia paulista. Centralização aí significava, portanto, hegemonia paulista.

Montado com base nessa mensagem<sup>56</sup> de 1903, o quadro seguinte<sup>57</sup> fornece dados significativos para a hipótese da dependência e subordinação do Espírito Santo nessa quadra histórica.

CONCEITOS CHAVES	NÚMERO DE PALAVRAS	EXEMPLOS DE PALAVRAS
Força	65	Valor, vigor, fortuna, riqueza.
Fraqueza	92	Apreensões, infrutíferos, crise.
Atividade	31	Resultados, soluções, iniciativa.
Passividade	6	Sofrer, abster, submeter.
Sobre-estima	21	Confiar, bastar, reconhecer.
Subestima	24	Insuficiente, inconveniente, mal situado.

**QUADRO 4** - Mensagem de 1903: Alguns conceitos chaves

**FONTE:** Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 22 de setembro de 1903. Victoria: Papelaria e Typographya Nelson Costa & Comp., 1903

De acordo com o quadro anterior, conclui-se que a subordinação está ligada à fraqueza daquele que está em posição secundária. Nota-se nessa Mensagem um reconhecimento da fragilidade do Espírito Santo, em comparação com a posição dos estados considerados de primeira ordem. Daí também a preponderância da subestima. É interessante registrar, entretanto, que se trata de um pessimismo que não está voltado para a inação. No entanto, de qualquer forma, as dimensões negativas superam, nessa mensagem, as positivas, o que está ligado, obviamente, à posição do Espírito Santo enquanto estado desprovido de relevância política nesse momento da Primeira República.

<sup>55</sup> Nesse sentido, ver Lessa (1999, p. 132, 137 e 142).

<sup>56</sup> Em virtude da contextualização proposta nesta dissertação, pareceu conveniente escolher uma mensagem que houvesse sido por Moniz Freire dirigida ao público em um momento de plena vigência da política dos governadores, o que coincide com seu segundo mandato. O ano de 1903 foi escolhido a esmo.

<sup>57</sup> Montado com base no Index proposto pelo *Stanford Political Dictionary* elaborado para a análise dos documentos políticos. Ele fundamenta-se em algumas dimensões positivas ou negativas, com a sugestão de alguns conceitos chave, como os que foram aqui utilizados. Os Index apresentam uma certa flexibilidade e são pensados para uso em computadores, classificando as palavras em função de conceitos chave. Trata-se de uma das práticas sugeridas por Bardin (2003, p. 127-130).

Não só esse documento acha-se eivado de pessimismo, vários outros poderiam ser citados. À guisa de exemplo, podem-se mencionar trechos dos discursos do coronel Henrique da Silva Coutinho, que inúmeras vezes alude à “[...] exigüidade de recursos de que dispomos [...]” à necessidade de “[...] fazer o estado despertar do letargo em que jaz [...]”, em meio “[...] à grande propaganda de descrédito contra o estado, unicamente com fins políticos [...]”, uma vez que “[...] não podemos permanecer nesse estado de miserável apatia em que jazemos, pois que o estado não tem progredido nos últimos anos, e se assim continuarmos teremos de retrogradar [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1905, p. 7-26). Além de tantos outros registros indicativos de pessimismo.

De qualquer forma, em Moniz Freire esse pessimismo aponta para a falta de autonomia de seu estado, seja frente a outros membros da federação, seja com relação à União. E é assim que, à guisa de conclusão, ele termina a citada mensagem de 1903:

*[...] meu programa de administração continuará a ser [...] a mesma obstinada e permanente defesa das forças combatidas do estado contra os novos efeitos das adversidades que as têm abalado. Nessa porfiada resistência, tenho a convicção de que, se grande não há sido o êxito, todavia, apesar de atropelados por embaraços cada vez maiores, as nossas condições, longe de se agravarem, têm alcançado assinável desafoço, e tendem a retomar aspecto animador, se as suas dependências não se tornarem ainda mais ingratas (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 31, grifo nosso).*

Foi nesse ambiente de pessimismo e de possibilidades de agravamento das “dependências” que ele termina seu segundo mandato. Em 23 de maio de 1904, assume o poder o vice-presidente eleito, Dr. Argeu Hortêncio Monjardim, no impedimento do coronel Henrique da Silva Coutinho, que só assumirá no mês de julho.

#### 4.6 O MOMENTO DA RUPTURA

Assim, no quadriênio 1904-1908, o estado foi presidido pelo Coronel Henrique da Silva Coutinho, que rompeu com Moniz Freire,<sup>58</sup> apesar de este ser o chefe do partido ao qual o coronel devia sua eleição.

A falta de autonomia do Espírito Santo é claramente reconhecida por ele, quando trata da exploração das areias monazíticas no estado:

*Continua o estado a sofrer o enorme prejuízo do rendimento que lhe é devido pelo imposto sobre as areias monazíticas, e de que a União se assenhoreou, com o mesmo direito do Leão sobre o Cordeiro, de que nos fala a fábula. Somos pequenos; não temos soldados para lutar contra os dela e por isso nossos direitos são conculcados [...] Espero que o Governo da União nos restitua os impostos que está cobrando e que nos pertencem. [...]. Acrescendo a isso a guerra que a União tem feito aos incontestáveis direitos que temos sobre as areias monazíticas [...] (ESPÍRITO SANTO, 1904, p. 24).*

Utilizando a linguagem metafórica, o coronel Coutinho compara o Espírito Santo ao cordeiro da fábula: pequeno, sem soldados e sem direitos. É a mesma idéia presente nas mensagens dos governantes que lhe antecederam na presidência do estado.

O coronel Coutinho imprimiu em seu governo uma nota de grande controle orçamentário e, secundariamente, de apoio à agricultura.<sup>59</sup> É assim que se pode analisar sua mensagem de início de governo:

*Não podem deixar de entrar no primeiro plano de meu programa administrativo os meios tendentes a [...] melhorar cada vez mais o nosso estado financeiro [...]. Toma o segundo lugar nos meus planos de administração o mais decidido apoio à lavoura (ESPÍRITO SANTO, 1904, p. 6-8).*

---

<sup>58</sup> O rompimento foi motivado pelo fato de o Coronel Coutinho ter recusado os nomes apresentados por Moniz Freire para importantes cargos políticos no estado. Ver Oliveira (1975, p. 419).

<sup>59</sup> Essa prioridade, no que diz respeito à lavoura, pode ser notada em outras mensagens. Para isso, ver, à guisa de exemplo, a mensagem do coronel Henrique da Silva Coutinho (ESPÍRITO SANTO, 1906, p. 11).

Apesar de colocado em posição secundária, esse seu interesse pelo setor agrícola é várias vezes reiterado ao longo dessa primeira mensagem de seu governo, com frases tais como “é um dever dos governos olhar para a sorte dessa digna classe [de fazendeiros] de nossos concidadãos”, “sendo como é meu programa atender o mais possível aos interesses da lavoura” (ESPÍRITO SANTO, 1904, p. 10) e diversas outras.

Quando se analisa o programa do primeiro mandato de Moniz Freire, nota-se que já em Henrique Coutinho se acentuava a divergência que daria no jeronimismo.<sup>60</sup> Em discurso pronunciado após promessa constitucional perante o Congresso Constituinte, em 1892, Moniz Freire assim se expressava, quanto aos seus objetivos:

*Aumentar a produção pela introdução de novos agentes de trabalho; valorizar a nossa propriedade territorial por todos os meios indiretos que possam ter ação sobre o cômodo dos transportes; e regularizar a questão da nossa viação férrea, será a base material do meu programa de governo (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 4).*

Diferentemente de Moniz Freire que, em suas mensagens, trata inúmeras vezes do estabelecimento de ferrovias no estado, nessa sua mensagem inicial, por exemplo, Henrique da Silva Coutinho só menciona três vezes a expressão “estradas de ferro”.

O objetivo principal da administração Henrique Coutinho é, entretanto, claramente sinalizado por ele:

*[...] com muito escassos elementos poderei contar para desenvolver o meu programa administrativo, e se elementos contrários [...] vierem opor-se aos meus planos, apenas me poderei limitar a cumprir os deveres de bom devedor, isto é: economizar para pagar em dia os seus compromissos. Ainda assim não será estéril a minha administração porque grande coisa*

---

<sup>60</sup> Outros estudiosos já usaram os termos jeronimismo e monizismo, embora em contexto diverso e com significado próprio. Nesta dissertação, entretanto, entendem-se ambas como conjuntos diferentes de práticas políticas orientadas ou por Jerônimo Monteiro ou por Moniz Freire, tendo respectivamente por objetivo o fortalecimento da classe dos produtores de café ou da burguesia mercantil-exportadora, entre 1892 e 1912.

*é, nos tempos que correm, manter ileso o crédito (ESPÍRITO SANTO, 1904, p. 14, grifo nosso).<sup>61</sup>*

Em mensagem posterior, afirma estar “[...] adstrito ao papel de não consentir que se desvie do serviço da dívida externa e interna quantia alguma, eu confesso que nada tenho feito porque nada tenho podido fazer” (ESPÍRITO SANTO, 1906, p. 7). De qualquer forma, em fevereiro de 1907, a dívida do estado era alta, provocando uma situação que se agravava desde 1901 com a falta de pagamento dos encargos, especialmente os assumidos na Europa, em 1894, no primeiro quadriênio de Moniz Freire. Foi então que o Coronel Coutinho encarregou Jerônimo Monteiro de solucionar o problema, o que ele fez, ao levar o governo estadual a vários posicionamentos, entre as quais a alienação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo à Leopoldina Railway, que por sua vez também comprou a Estrada de Ferro Caravelas.

A operação bancária da qual foi protagonista Jerônimo Monteiro sofreu críticas, que o Correio da Manhã de 23 de março de 1907 resumiu em duas palavras: “ladroeira despejada”. Foi grande a polêmica na imprensa e na Câmara Federal, a qual chegou a convocar Dr. Jerônimo Monteiro para depoimentos. O deputado federal Dr. Graciano das Neves, entretanto, não perdoava o futuro presidente do estado do Espírito Santo que, nas palavras da sobrinha de Jerônimo Monteiro, Maria Stella de Novaes, precisou manter “[...] sigilosas certas minúcias de[sses] negócios financeiros” (NOVAES, 1979, p. 68).

Conduzida por Jerônimo Monteiro, a venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo à Leopoldina Railway foi noticiada a 9 de Julho de 1907 pelo *Jornal Oficial*. De acordo com telegrama de 1 de agosto de 1907, assim se expressava o artífice da compra ao então Presidente do estado, cel. Coutinho: “[...] só agora ficou definitiva a transação, que recebeu enorme auxílio do Governo Federal. O Exmo. Sr. Conselheiro Afonso Pena [Presidente da República] mostrou praticamente seu interesse pelo progresso da nossa terra” (NOVAES, 1979, p. 70). Os

---

<sup>61</sup> É interessante notar, por exemplo, que a mensagem dirigida por ele ao Congresso Legislativo no ano seguinte contém a terça parte de suas sessenta e seis páginas dedicadas a dar explicações para a difícil situação financeira por que passava o estado naquele momento. Para isso, ver a Espírito Santo (1905).

3.000:000\$000 (três mil contos de réis) apurados com a venda da estrada de ferro foram utilizados quase que “exclusivamente no pagamento de dívidas” (NOVAES, 1979, p. 70).

Simultaneamente, o estado vendeu à mesma companhia a Estrada de Ferro Caravelas, também com a assinatura de Jerônimo Monteiro, como representante do estado, na escritura relativa a essa alienação. Em 1905, entretanto, o mesmo coronel Coutinho – já presidente do estado – declarava que ambas as estradas de ferro “[...] continuam a muito pouco pesar sobre os cofres públicos” (ESPÍRITO SANTO, 1905, p. 17). No ano seguinte, declarou novamente que a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo era dirigida pelo engenheiro Antonio Athayde, que, sem aumentar despesas, vinha conseguindo “[...] que a estrada apresentasse algum saldo no primeiro semestre [de 1906]” (ESPÍRITO SANTO, 1906, p. 17). Então, por que venderam?

O fato foi que, com as duas estradas de ferro nas mãos de ingleses, jazia por terra o plano de Moniz Freire de desenvolver o estado, fazendo com que este deixasse de ser “[...] governado de fora, através de quase todas as situações” (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 3). Ficava adiada a transferência de capitais do estado (tanto do sul, quanto do norte) para Vitória, em vez do Rio de Janeiro. Ao capital inglês<sup>62</sup> interessava a continuidade da acumulação de capitais no Rio. E tudo isso com o “auxílio do Governo Federal”.

É interessante notar que, quando da realização da venda das duas estradas de ferro, as negociações foram altamente criticadas no Senado Federal pelo senador paraibano Coelho Lisboa, que já havia visitado o Espírito Santo, participando da propaganda republicana em Cachoeiro do Itapemirim, onde fez várias amizades<sup>63</sup> e escreveu artigos políticos em jornal local. A defesa coube ao mineiro João Luiz Alves, então senador pelo estado do Espírito Santo. Não é supérfluo fazer um

---

<sup>62</sup> Importa notar que é esse um momento histórico de disputas entre as nações imperialistas, e que redundavam, da parte do capital internacional, nos investimentos externos orientados para diferentes áreas dentro de um mesmo país. Foi assim que, na Primeira República, o Brasil recebeu investimento inglês, alemão, francês e norte-americano. Para isso, ver Singer (1979, p. 347-349).

<sup>63</sup> Entre essas se encontrava o Dr. Afonso Cláudio, que registrou esses dados em seu livro *História da propaganda republicana no estado do Espírito Santo* (2002, p. 45).

histórico do ocorrido, pois este contribuirá para se entender o mecanismo de funcionamento dessa pouca autonomia, que fez do Espírito Santo um estado secundário na Primeira República.

João Luiz Alves (1870-1925)<sup>64</sup> nasceu em Juiz de Fora (MG). Em 1899, recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi nomeado Juiz Municipal de Órfãos do termo de Campanha (MG), onde posteriormente se dedicou à advocacia e ingressou na política, tendo sido eleito chefe do executivo municipal no triênio 1898-1900. Foi eleito deputado no Congresso Mineiro,<sup>65</sup> exercendo o mandato de junho de 1899 a dezembro de 1902. Foi, depois, eleito deputado federal por Minas, cujo mandato exerceu a partir de 1903, tendo sido reeleito em 1906.

Assim se refere Jerônimo Monteiro, a respeito de João Luiz Alves, em uma declaração oficial de 1908:

*Neste trabalho [instalação do Banco Hipotecário e Agrícola, em Vitória], como em todos os que concernem aos interesses gerais do estado, encontrei sempre o mais precioso auxílio no forte e inteligente concurso do ilustrado [...] João Luiz Alves (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 26).*

É de se notar também, ser da cidade de Campanha o Coronel Vicente Xavier Lisboa, envolvido por Jerônimo Monteiro nessas negociações relativas à venda das estradas de ferro, vendas que, posteriormente, Moniz Freire (BRASIL, 2004, p. 50) classificará como “ilícitas”. Mais adiante, esse importante detalhe será lembrado.

Provavelmente como recompensa por esse apoio,<sup>66</sup> foi o político mineiro agraciado com a candidatura ao Senado pelo estado do Espírito Santo, de maneira que, aceito pelas oligarquias capixabas, foi eleito senador por nove anos, tendo exercido o mandato até dezembro de 1918, quando renunciou para aceitar

---

<sup>64</sup> Os dados referentes à biografia desse atuante político estão disponíveis em: <[www.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.htm](http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.htm)>. Acesso em: 10-2-2004.

<sup>65</sup> Nome dado, na época, à Câmara de deputados estaduais.

<sup>66</sup> Suspeita levantada pelo senador Coelho Lisboa, na sessão do Senado de 30/12 de 1908. Ver BRASIL (2004). Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 22-2-2004.



o cargo de Secretário das Finanças do governo de Artur Bernardes, em Minas Gerais e, mais tarde, a pasta da Justiça e Negócios interiores, quando da ascensão de Artur Bernardes à presidência da República. Em 1925, tomou posse como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, como também do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Morreu em Paris, em 1925.

Quando senador pelo Espírito Santo, na sessão do Senado de 30 de dezembro de 1908 (BRASIL, 2004), defendeu ardorosamente Jerônimo Monteiro contra as acusações feitas pelo senador Coelho Lisboa, a propósito dos negócios referentes à venda das estradas de ferro em terras capixabas.

O senador não receiou afirmar, na ocasião, que teve “co-participação efetiva” em atos do “[...] atual presidente do Espírito Santo” (BRASIL, 2004, p. 1085) [referindo-se a Jerônimo Monteiro], quando ainda era deputado federal, aludindo às negociações assinadas pelo político capixaba enquanto ainda advogado do estado do Espírito Santo. Reconhece também que a transação não fez reverter ao Espírito Santo o dinheiro já gasto na instalação das estradas de ferro e que a soma obtida pelo estado foi praticamente perdida, uma vez que foi aplicada no resgate da dívida externa contraída para a construção das linhas ferroviárias citadas (BRASIL, 2004).

Curiosamente, ao longo desse seu discurso de 30 de dezembro, o senador denota igualmente um interesse especial na defesa da presidência da República, dando a entender que as referidas transações foram feitas com o consentimento presidencial. Por outro lado, o senador Coelho Lisboa assevera que Jerônimo Monteiro tornou-se presidente do estado do Espírito Santo, por influência do então presidente da República, Afonso Penna (1906-1909) (BRASIL, 2004), num período em que a política brasileira era marcada por um inequívoco tom mineiro, segundo Renato Lessa (1999). No ano mesmo de 1906, pouco antes de tomar posse do mais alto cargo executivo da nação, Afonso Penna visitou o Espírito Santo e mereceu, do então Presidente do estado, o elogio de que se tratava daquele “[...] que sempre se tem manifestado amigo do estado”, tendo até

prometido “fornecer o maior número possível de imigrantes” (ESPÍRITO SANTO, 1906, p. 7).

Ainda quanto aos mecanismos que cooperavam para a não autonomia do Espírito Santo, convém analisar outro aspecto discutido nessa sessão de 30 de dezembro de 1908: o pagamento de uma dívida com o Banco do Brasil (BRASIL, 2004), no valor de 2.308:000\$000 (dois mil trezentos e oito contos de réis), contraída pelo estado do Espírito Santo em 1899, no valor de 1.500:000\$000 (um mil e quinhentos contos de réis), a juros de 8%. Nessa mesma sessão de 30 de dezembro de 1908, comenta o senador Torquato Moreira<sup>67</sup> que, quanto à solução dessa dívida de 1899,

*[...] o lado político também influiu [...], como todo o mundo sabe, sobre este negócio. O estado do Espírito Santo, há muito tempo que luta contra a oposição tenaz e vigorosa que lhe fazem os nobres Deputados e o seu partido; a situação política dominante no estado não conseguiu favores do Governo passado, sendo, ao contrário, por ele contrariada e tem a infelicidade de não dispor também das boas graças do governo atual; de modo que se encontra completamente desamparado de elementos do que carecia para oferecer resistência às exigências do banco, quando ele lhas quisesse fazer (BRASIL, 2004, p. 1093).*

Assim, conforme depoimento do senador Torquato Moreira – que lamenta a falta de apoio do governo central -, não tendo o Espírito Santo recursos em dinheiro, não pôde satisfazer às exigências do Banco do Brasil. O estado tratou com um intermediário, a fim de que este pagasse a dívida do banco e desse quitação ao estado, recebendo deste um certo número de apólices da dívida pública. Esta transação foi enormemente criticada pelo Dr. Moniz Freire em 1912, conforme se verá adiante, e tida então como “misteriosa” (BRASIL, 2004, p. 1093).

O senador João Luiz Alves, no final desse discurso de 1908, leu os telegramas de apoio a ele e a Jerônimo Monteiro, a propósito desse assunto. Entre os políticos que se congratularam com as medidas econômicas e financeiras aqui citadas, pode-se mencionar toda a bancada mineira, destacando-se Wenceslau Braz, futuro presidente da República. É sintomático também o apoio de três futuros

---

<sup>67</sup> Senador pelo Espírito Santo e amigo do Dr. Jerônimo Monteiro.

presidentes do Espírito Santo: Marcondes Alves de Souza, Bernardino Monteiro e Nestor Gomes.<sup>68</sup> Nessa sessão do Senado, só ficaram de fora do pacto de apoio a Jerônimo Monteiro os dois últimos presidentes de estado eleitos pelo Espírito Santo na Primeira República: Florentino Avidos e Aristeu Borges de Aguiar, sendo aquele “ligado a Jerônimo Monteiro por estreitos laços de família” (FRANCO; HEES, 2003, p. 62) Trata-se de dados que provavelmente confirmam a idéia lançada pelo senador Coelho Lisboa, opositor de João Luiz Alves: “[...] não tenho confiança neste Governo, que fez esta vergonhosa transação [referindo-se ao fim da dívida com o Banco do Brasil] para fundar a oligarquia do Espírito Santo” (BRASIL, 2004, p. 1089). As críticas de Torquato Moreira ao governo central bem podem ter servido para despistar essa realidade.

Há fortes indícios de que seja verdadeira a hipótese levantada, nessa ocasião, pelo senador paraibano, uma vez que, implantada a oligarquia dominante no Espírito Santo e apoiada por políticos de monta – entre os quais o próprio presidente da República –, essa mesma oligarquia poderia, a partir daí, receber as benesses distribuídas em função da política dos governadores e, assim, desenvolver o estado, melhorando a capital, construindo estradas e recebendo, para isso, o apoio político e financeiro de que necessitava.

Estaria nessas ligações políticas a explicação do relativo sucesso do governo Jerônimo Monteiro? Independente da resposta, uma assertiva é verdadeira: os fatos mostram que o estado do Espírito Santo não era, definitivamente, nesse período estudado, dono de si mesmo, mas estava envolvido em um processo de troca, em que também recebia e era beneficiado. Assim, por exemplo, a 8 de outubro de 1908, um Decreto Federal equiparou o Ginásio Espírito Santense, em função dos esforços do Dr. João Luiz Alves, o mineiro influente, amigo do Dr. Jerônimo Monteiro. Posteriormente, um dos grandes problemas em Vitória fora a posse do Colégio do Carmo reivindicada pela diocese e pelo Ministério da Guerra. Baseado no fato de que o edifício do Carmo pertencia à União, o ministério vinha “[...] exigindo a retirada das freiras que ali dirigiam o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora” (NOVAES, [s.d.], p. 371). Ora, em 1911, a questão foi resolvida

---

<sup>68</sup> Presidentes do estado do Espírito Santo, de 1912 até 1924.

favoravelmente à diocese, “[...] tendo exercido grande influência sobre o desfecho o Senador João Luiz Alves” (NOVAES, [s.d.], p. 381)

Mais tarde, em 1912, Moniz Freire, então senador pelo Espírito Santo, levanta de novo a polêmica referente à solução dessas dívidas com o Banco do Brasil e esclarece alguns detalhes que ganham importância sob o prisma da idéia de que o estado capixaba sofria da falta de autonomia.

A polêmica reacendeu no momento em que o governo federal tinha a intenção de conceder, em 1912, ao recém saído da presidência do estado do Espírito Santo, Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, o cargo de diretor geral dos Correios da República (BRASIL, 2004). Dr. Moniz Freire argumenta com a improbidade administrativa do nome sugerido. E traz à tona novamente os fatos protagonizados por Jerônimo no governo de Henrique da Silva Coutinho, a propósito da quitação da dívida do estado do Espírito Santo com o Banco do Brasil.

Mostrando documentos (BRASIL, 2004), Moniz Freire afirma que o referido banco resolveu aceitar a quitação do crédito bancário de 2.300 contos (1.500 contos de dívida, mais a conta de juros) através de uma proposta obtida pelas negociações de Jerônimo Monteiro: o banco quitaria a dívida, recebendo 700 contos em apólices estaduais e 300 contos em dinheiro. Para consumir esse acordo, o Presidente Coutinho emitiu e transferiu para Jerônimo Monteiro 2.250 contos em apólices da dívida estadual.

Segundo Moniz Freire, Jerônimo Monteiro, sempre de posse dessas apólices, fez um contrato com o coronel Vicente Xavier Lisboa, seu amigo e natural de Campanha (MG), cidade que se constituía em uma das bases eleitorais do senador João Luiz Alves, já mencionado neste trabalho. Ao coronel Lisboa foram transferidas as 2.250 apólices, sem que o receptor fosse credor do estado por título algum, com o objetivo único de encarregar-se de liquidar o débito bancário. Assim, jogando com as apólices, o coronel obteria os 300 contos em dinheiro e 700 em apólices para saldar a dívida com o banco. Para conseguir os 300 contos, dirigiu-se a uma firma conceituada, por intermédio de um corretor, e obteve os 300 contos, mediante a caução de mil dessas apólices. Conseguindo, assim, o

dinheiro, foi procurado um tabelião – e tudo isso, conforme os Anais do Senado, argumentava Moniz Freire, tendo em mãos os translados das escrituras – que, por meios correntes em cartórios, permitiu ao coronel Lisboa adquirir do banco os seus direitos creditórios contra o estado, pagando-lhe, na forma ajustada, os setecentos contos em apólices e trezentos em dinheiro, ao mesmo tempo em que também deu quitação ao estado do seu crédito, alegando já ter recebido 2.250 apólices para seu pagamento.

Alegando que, nesse caso, o estelionato não podia ser mais claramente caracterizado, o senador Moniz Freire faz o cálculo de quantas ações restaram livres nas mãos do referido coronel de Campanha: das 2.250 apólices, o banco recebeu 700, restando, assim, 1.550, sendo que 1.000 delas sujeitas à caução de 300:000\$000 (trezentos contos de réis). Ora, continua Moniz Freire, 1.550 apólices a 6% (os juros combinados, conforme documentação) rendem 93:000\$ (noventa e três contos de réis); enquanto a caução, supondo-se realizada a 10% (valor elevado para uma caução garantida por títulos de dívida pública), pagaria os juros de 30:000\$ (trinta contos de réis). Há, portanto, uma diferença de 63:000\$ (sessenta e três contos de réis) entre o juros dessas apólices e o da caução computada ao máximo. E conclui o senador Moniz Freire: “Pelo cálculo mais elementar se prova que com essa diferença, só o Sr. Jerônimo poderia resgatar a caução e se apropriar das 1.550 apólices, sem desembolso de um real, no prazo de pouco mais de quatro anos” (BRASIL, 2004, p. 51).

Além dessa operação, que Moniz Freire qualifica de “estelionato”, outra entra em sua linha de acusação: a venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo à Leopoldina, também por negociações dirigidas por Jerônimo Monteiro no governo de Henrique das Silva Coutinho. A referida Estrada de Ferro havia custado ao estado 16.000:000# e foi vendida por apenas 3.000:000. Concedendo que esse prejuízo poderia ter sido necessário para salvar da bancarrota o estado, Moniz Freire não se conforma, entretanto, com o fato de que foi o comprador – a Leopoldina – que ditou ao estado as regras de como deveria empregar o dinheiro pago por ela. Isso, sem mencionar a acusação feita, nessa mesma sessão do Senado, por Graciano Neves, conforme as palavras de Moniz Freire:

*[...] o Dr. Graciano Neves tem em seu poder prova autêntica do recebimento que fez o sr. Jerônimo Monteiro da quantia de 90 contos de réis, no Banco do Brasil e no Banco Nacional, pela célebre transação da venda da Sul do Espírito Santo, mandados dar pelo Sr. Coutinho [presidente do estado do Espírito Santo, na ocasião] (BRASIL, 2004, p. 55).*

Ou seja, girando em torno da orientação política do momento e/ou das exigências de certo capital internacional, caiu por terra o plano de Moniz Freire, que – através de suas obras - queria desviar para Vitória o capital normalmente orientado para o Rio de Janeiro. Isto é, novamente, os interesses do Espírito Santo estavam subordinados a outros. Convém lembrar também, que, após essas operações ajudadas por João Luiz Alves, esse mineiro tornou-se senador pelo estado do Espírito Santo. Curiosa coincidência.

E o resultado foram as não poucas realizações de Jerônimo Monteiro, especialmente em Vitória, e comentadas criticamente por Moniz Freire em seu discurso de 7 de agosto de 1912, no Senado:

*Ele arrastou à ruína inevitável um estado de 250 mil almas, com uma produção outrora de 700 mil sacas de café, sua única riqueza, hoje reduzida a 500 mil; com um orçamento que hoje se eleva, talvez a 3.400:000\$, devido à alta desse artigo, nos dois últimos anos, mas que nos dois primeiros de sua gestão, segundo ele próprio confessou em mensagem e relatórios, era apenas de 2.400:000\$000. [...] o estado do Espírito Santo está, hoje, com uma dívida de 50.000:000\$, sem que ninguém saiba como foi dissipado o imenso acréscimo feito à dívida anterior, para se chegar a esta cifra fantástica; e porque era necessário apresentar serviços para justificar o consumo criminoso, a evaporação de tamanha soma, tratou-se de iluminar a Vitória e de construir palácios desnecessários (BRASIL, 2004, p. 54).*

Estando os protagonistas fundamentados ou não em suas críticas, a divergência Moniz Freire/Jerônimo Monteiro é útil para esta pesquisa, pois demonstra mais uma vez que, enquanto o Espírito Santo se ressentia de apoios superiores – sejam eles políticos, econômicos ou de qualquer outra ordem – o estado tinha dificuldades em progredir; quando esse apoio ocorria, por alguma razão, seu desenvolvimento era facilitado. Não era o Espírito Santo que traçava seus rumos. Estes só se fixavam, quando fatores externos ao estado lhe possibilitavam a realização. Nada melhor para caracterizar a hipótese aqui estudada.

Nesse sentido, é igualmente útil contextualizar os mandatos estaduais em função da política orientada então pelo governo central. O primeiro governo de Moniz Freire (1892-1896) deu-se no final da República da Espada<sup>69</sup> e início do mandato presidencial de Prudente de Moraes, quando a boa situação da cafeicultura permitia os empréstimos feitos pelo Espírito Santo, em busca da realização de planos que desenvolvessem o estado por meio de ferrovias e da imigração.

Os mandatos que foram de 1896 a 1904 não apenas sofreram os efeitos da grande crise que a cafeicultura viveu então, mas também sofreram as conseqüências da política do presidente da República, Campos Salles, e de seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, política esta que teve continuidade na administração presidencial de Rodrigues Alves. Para essa correlação entre os mandatos estaduais e o federal, é útil observar o quadro a seguir:

Ano da posse	Presidente de estado	Presidente da República
1891		Florian Peixoto
1892	Moniz Freire	
1893		
1894		Prudente de Moraes
1895		
1896	Graciano dos S. Neves	
1897	Constante G.Sodré	
1898	J.M.P. de Vasconcelos	Campos Salles
1899		
1900	Moniz Freire	
1901		
1902		Rodrigues Alves
1903		
1904	Henrique S.Coutinho	
1905		
1906		Afonso Penna
1907		
1908	Jerônimo Monteiro	
1909		Nilo Peçanha
1910		Hermes da Fonseca
1911		
1912		

**QUADRO 5** - Arco cronológico: governos federal e estadual (1891-1912)

**FONTE:** Para dados referentes aos presidentes do estado do Espírito Santo, utilizou-se Oliveira (1975). Quanto aos presidentes da República, as informações foram compiladas a partir de Calmon (1981).

<sup>69</sup> Período que vai desde a proclamação da República (1889) até a saída de Floriano Peixoto (1894).

Foi assim que, na política geral de privatizar o Estado brasileiro nos primeiros anos da Primeira República, Joaquim Murinho defendeu abertamente no Congresso a presença do capital estrangeiro em território sob o domínio da Estrada de Ferro Central do Brasil. Certo de que estava prestando um relevante serviço à nação, defendeu, por exemplo, o projeto que autorizava ao governo transferir o monopólio do movimento de cargas e de pessoas entre a Capital Federal e a estação de Entre Rios, no estado do Rio de Janeiro, para as mãos da empresa criada pelo aventureiro belga F. Donker, apesar do parecer contrário do Clube de Engenharia e de seu diretor, antigo dirigente da mesma Estrada de Ferro no Império (FARIA, 1996, p. 37).

A política econômica de Murinho e de Campos Salles era um libelo liberal contra a presença do Estado em áreas que eles consideravam destinadas à iniciativa privada, tais como bancos, estradas de ferro e outras. E isto Murinho fazia movido pelo ideário difundido nessa quadra histórica, levando em conta, conforme seu “Parecer sobre Arrendamento de Estradas de Ferro”: “[..] a perigosa tendência de transformar o país em uma ‘república socialista” (FARIA, 1996, p. 41).

A questão do arrendamento das ferrovias deflagrou um surto de antioletivismo geral, do qual Murinho era um dos líderes. Ele sugeria que a República implantasse de vez a liberdade econômica e renunciasse a todo e qualquer monopólio, recomendando que se acabasse com os gastos desnecessários, sobretudo as despesas com ferrovias, apontadas como exemplo máximo de desperdício. Sua idéia, então, era a de arrendar as estradas de ferro da União, a fim de que o produto da operação fosse revertido integralmente para o resgate de papel moeda, com o objetivo de valorizá-lo (FARIA, 1996, p. 42).

Vê-se, por aí, de qual política foi vítima o Espírito Santo, com relação aos projetos grandiosos de abertura de estradas de ferro, que lhe possibilitariam o desenvolvimento almejado por Moniz Freire e outros. Somente uma unidade da Federação com enorme peso político poderia fazer face a tais orientações. Às outras não restou outra alternativa, senão submeterem-se.



Por outro lado, a ascensão de Jerônimo Monteiro, em 1908, já se deu em outro período de nossa história, pois que a partir de 1906 até 1909 governava o país o presidente Afonso Penna. Enfraquecera-se, em certo sentido, o poder do trio paulista (LESSA, 1999) (Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves) e fortaleceu-se a presença de Minas Gerais.

A administração de Afonso Pena levou adiante o plano de obras de Rodrigues Alves, mas de maneira tal, que, pela primeira vez, a economia brasileira foi vista de forma global. Ele deixou de considerar os problemas no quadro regional e os visualizou em conjunto. Foi assim que planejou cobrir, com uma rede de trilhos, as linhas vivas da unidade do país. Para tanto, alimentava a intenção de ligar a bacia do Prata à do São Francisco, utilizando, entre outras, a combinação Rio/São Paulo estabelecida pela Central do Brasil. Queria levar a Central do Brasil a Pirapora, porto fluvial que levava ao Nordeste. Completada a comunicação do Rio a Vitória, pensava em prolongar a via férrea da Bahia até o Espírito Santo, como também a Pernambuco. Urgia, para ele, dotar também o país de portos acessíveis e equipados, dando a Recife, Bahia, Belém, Vitória e Rio Grande, instalações análogas as de Santos e Rio de Janeiro (CALMON, 1981)

Entretanto, para essas realizações, em que o Espírito Santo entrava como figura fundamental, seria preciso ter nas mãos a oligarquia capixaba. Todo o episódio relacionado com a solução das dívidas com o Banco do Brasil e que culminaram com a declaração do senador Coelho Lisboa, de que tudo serviu para “fundar a oligarquia” capixaba – conforme analisado anteriormente – parece convergir realmente para essa idéia. É também nesse sentido que se pronuncia Maria Stella Novaes, sobrinha de Jerônimo Monteiro, comentando a atuação do senador João Luiz Alves:

*Dos entendimentos desenvolvidos pelo Dr. João Luiz Alves, encarregado pelo Cons. Afonso Pena de reunir, num acordo, as correntes políticas chefiadas pelo Presidente do estado, Dr. Moniz Freire e Torquato Moreira, surgiu a candidatura do Dr. Jerônimo Monteiro, para o próximo período presidencial (NOVAES, [s.d.], p. 363).*

É sintomático notar que tanto a escolha de João Luiz Alves para senador, quanto a de Jerônimo Monteiro para presidente do estado foram concomitantes e, por isso, suscitaram – conforme se pode ver a seguir - suspeitas e polêmicas na imprensa e no Senado, com relação à interferência da bancada mineira e do próprio presidente Afonso Pena. Ou seja, é o Espírito Santo sem exercer sua autonomia plena.

Até mesmo a sobrinha que biografou Jerônimo Monteiro relata que a candidatura do Dr. João Luís Alves representava um agradecimento aos serviços que o senador prestou ao Espírito Santo, conciliando a agitada política do estado, merecendo de Jerônimo Monteiro o apelido de “ramo de oliveira” (NOVAES, 1979, p. 116). Eleito em 14 de julho de 1908, menos de um mês depois o político mineiro recebeu um telegrama do Congresso mineiro, comunicando a aprovação de uma verba de 100:000\$000 (cem contos de réis) para auxiliar as obras do porto de Vitória.

Na sessão do Senado de 8 de julho de 1908, com relação às críticas por falta de autonomia dirigidas ao estado por alguns senadores, assim replica Moniz Freire quanto à escolha desse político mineiro para candidato a senador pelo Espírito Santo: “Renunciamos por isso ao direito e à satisfação de pleitear o triunfo de uma candidatura nossa, para aceitar, como um penhor de nova orientação política, a do ilustre mineiro, Dr. João Luiz Alves, sugerida pelo Governo [...]” (BRASIL, 2004, p. 144, grifo nosso).

Entretanto, apesar da afirmação acima “sugerida pelo governo”, o senador capixaba tenta, ao longo de sua defesa, mostrar que tudo ocorreu dentro da mais completa liberdade dos políticos capixabas, que não teriam sido pressionados por nenhum outro poder. Era natural que assim fosse a defesa, contudo, nas entrelinhas das respostas às críticas, pode-se divisar claramente as suspeitas que eram então levantadas, no que diz respeito ao Espírito Santo enquanto estado com pouca autonomia. Assim, por exemplo, Moniz Freire replica:

*Não concorreu, declaro solenemente, para essa candidatura, nenhuma influência ou intervenção da política mineira; e a*

*circunstância de ser mineiro o candidato é apenas um incidente na questão [...]. Ademais, se a candidatura do Sr. Dr. João Luiz Alves fosse o fruto de uma imposição, de uma sem-cerimônia política para com o meu estado, eu seria incapaz de aconselhar aos meus amigos a sua adoção; antes, os convocaria a combatermo-la (BRASIL, 2004, p. 145-146).*

A razão dessa intervenção talvez estivesse em algum interesse por parte do Espírito Santo, o que, aliás, pode-se ler nas entrelinhas de uma das frases de Moniz Freire:

*Quanto à insinuação de que a candidatura do Sr. Dr. João Luiz é o fruto de um pacto, que tem por penhor a promessa da construção do porto de Vitória, devo dizer que essa balela foi inventada em uma bisbilhotice da imprensa. As obras do porto de Vitória estão contratadas há muitos anos, e a sua execução já não começou por dificuldades financeiras na Europa (BRASIL, 2004, p. 146).*

Ao que curiosamente o senador Severino Vieira retrucou em seguida: “[...] falta de dinheiro; é preciso azeite nas molas do contrato” (BRASIL, 2004, p. 146), dando a entender que esse “azeite” viria do apoio dado por Minas.

É bastante elucidativo o final da polêmica, quando o mesmo deputado Severino Vieira conclui o que, provavelmente, o Senado pensava a esse respeito:

*É incapaz e nem disse mesmo [Moniz Freire] que houvesse imposição do Governo Federal ou da política de Minas na candidatura senatorial do Espírito Santo, mas é [...] que V.Exa. sabe que há casos em que o desejo de obsequiar é tão intenso, tão ativo, que dispensa mesmo, por parte daquele que é obsequiado, a manifestação do seu propósito, da sua intenção (BRASIL, 2004, p. 146).*

Tão clara era, nesse episódio, a transformação do Espírito Santo em um reduto político de Minas Gerais, que um senador terminou a polêmica – sem tréplica de Moniz Freire – questionando a respeito de uma hipotética situação em que afirmava: se o estado de Minas estivesse contra o estado do Espírito Santo, de que lado ficaria o senador João Luiz Alves? E conclui inteligentemente:

*Dado que o ilustre mineiro, amante de seu estado, não saiba se manter sempre nessa linha, isto é, contra o seu estado e em favor do Espírito Santo, ter-se-á na eleição de S. Exa. um perigo para a Federação: Minas representada por quatro Senadores, enquanto*

*que o estado do Espírito Santo ficará reduzido a dois (BRASIL, 2004, p. 147).*

Não é de se estranhar que, após essa fala, os Anais do Senado registrem “risos”.

Menos de um mês após essa sessão de 1908, Moniz Freire envolve-se em uma outra polêmica, estava sendo acusado por senadores de imputar críticas ao presidente do estado do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro.<sup>70</sup>

Interessa, no momento, o trecho do discurso do senador capixaba, em que ele claramente sugere a existência de estados secundários, entre os quais – conforme a lógica de seu discurso – estaria o Espírito Santo:

*[...] concepção singular de uma organização política, na qual de um lado figuram estados de extensão, população e adiantamento profundamente desiguais, onde os detentores do poder não encontram outro limite para o exercício discricionário da sua autoridade senão nos seus próprios escrúpulos, critério e probidade, que dependem exclusivamente dos fatos fortuitos de sua competência e moralidade; e do outro, um poder central desarmado, adstrito a postergações das garantias fundamentais, ao confisco sistemático das liberdades orgânicas, ao tripúdio incontestável do arbítrio e da força, por toda parte onde os azares da sorte chumbam o povo indefeso à governança de tipos inferiores à importância de suas melindrosas funções (BRASIL, 2004, p. 31).*

A frase final “tipos inferiores à importância de suas melindrosas funções” foi tida por vários senadores como uma crítica ao Dr. Jerônimo Monteiro, cuja ascensão fora também pactuada por Moniz Freire que, nessa frase, estaria contraditoriamente lhe criticando.

Em meio às réplicas e tréplicas, em que Moniz Freire procurava debalde se defender da acusação de contradição – apoiou Jerônimo e, agora, critica-o -, uma voz anônima levanta-se no Senado e clama: “A política do Espírito Santo na presente hora é de conciliação; está recebendo calor que lhe vem de Minas” (BRASIL, 2004, p. 33). Ou seja, é o reconhecimento de que, nesse momento

---

<sup>70</sup> A ascensão de Jerônimo Monteiro foi fruto de um pacto, de uma composição de forças entre as oposições capixabas, entre as quais encontrava-se o próprio Moniz Freire. Ver Silva (1995, p. 76). Tal fato não impediu, porém, divergências entre os dois políticos, após o mandato de Jerônimo Monteiro.

específico, o Espírito Santo dependia de Minas. Daí, provavelmente, as declarações de impotência que, logo em seguida, faz Moniz Freire:

*O que condeno é a nossa fraqueza na prática das suas garantias essenciais [...] na execução da nossa própria lei fundamental; o que eu condeno é essa impotência declarada para agirmos mesmo nos casos em que ela oferece soluções positivas e prontas para as crises que se dizem irremediáveis (BRASIL, 2004, p. 33),*

E a polêmica praticamente termina, quando um dos senadores, que se opunham a Moniz Freire, refere-se claramente a Jerônimo Monteiro, apesar de não lhe citar o nome:

*Os tipos inferiores têm ocupado as mais altas posições na República (...), devido principalmente aos interesses dos homens políticos dos estados, que os colocam no poder para que tenham um instrumento maleável (muitos apoiados), de modo que nunca possam agir por si, mas tão somente por aqueles que os fizeram. (Apoiados) (BRASIL, 2004, p. 35).*

Continua o Espírito Santo um estado secundário, só que agora merecendo as atenções de seus “planetas” e podendo, assim, realizar obras que outros não puderam realizar.

#### **4.7 JERÔNIMO MONTEIRO NO GOVERNO DO ESTADO**

Dr. Jerônimo de Souza Monteiro assumiu a presidência do estado no dia 23 de maio de 1908, governando até 23 de maio de 1912. Era irmão de D. Fernando, segundo bispo de Vitória, e de Bernardino Monteiro, eleito presidente do estado, alguns anos após a saída de Jerônimo. Apesar de capixaba, girou – como Moniz Freire – em torno de outras culturas. Estudou no Caraça, em Minas Gerais. Mais tarde, no colégio São Luís, em Itu (São Paulo). Kursou a Faculdade de Direito em São Paulo e casou-se com Cecília Bastos, filha de Piracicaba (SP). Mais tarde advogou em outra cidade do estado de São Paulo, Santa Rita do Passa Quatro. Entrou em atrito com o grupo de Moniz Freire e fundou o Partido da Lavoura.

Projetou-se como advogado contratado pelo presidente do estado, Henrique da Silva Coutinho, para a tarefa de equilibrar as contas públicas, bastante ameaçadas pela crise do café e pela dívida externa. Teve seu nome indicado para presidente do estado, pelo bispo seu irmão, com a tarefa de acalmar os ânimos políticos exaltados em função da oposição Moniz Freire/Henrique Coutinho.

Enquanto presidente de um estado “satélite”, formou seu caráter em áreas “planetas” e buscou neles os nomes que o ajudaram a orientar a política capixaba. Assim, nos meses que antecederam sua posse, viajou a São Paulo e, junto ao presidente Jorge Tibiriçá, ficou a par das realizações daquele estado, quanto a ensino, saúde pública e finanças. Em Minas, visitou fazendas experimentais mantidas pelo governo do estado, presidido por João Pinheiro, e lá teve conhecimento das máquinas americanas de fazer estradas. Para realizar uma das mais importantes obras de seu governo – a educação – convidou o educador Carlos Gomes Cardim, de São Paulo, para o cargo de inspetor de ensino. Como divisa do estado escolheu a frase “trabalha e confia” que aprendeu com os jesuítas do Colégio São Luís, em Itu. Para as obras de abastecimento de água e esgoto de Vitória, contratou o engenheiro paulista Augusto Ramos.

Visando tornar possível governar, articulou as diferentes correntes políticas vindas do Partido Construtor e do Partido Republicano Federal e fundou o Partido Republicano Espírito-santense, em dezembro de 1908.

Entre os incentivos que Jerônimo recebeu para levar adiante suas obras, encontra-se “[...] uma verba de cem mil francos anuais consignada, durante quatro anos, pelo governo de Minas Gerais, para auxiliar as obras do porto de Vitória” (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 26). Ou seja, nesse ano de 1908, o estado tinha com Minas Gerais uma clara relação de dependência financeira.

Por outro lado, como os políticos do estado não possuíam a influência necessária para a obtenção de apoio que permitisse um aproveitamento melhor de nossos recursos, o Espírito Santo ficava também na dependência de políticos de outras áreas, como se depreende claramente da mensagem dirigida por Jerônimo

Monteiro à Assembléia Legislativa de 1908, tratando da fundação de uma instituição financeira no estado:

*[...] procurei encaminhar negociações com o fim de termos, em breve prazo, instalado entre nós, um estabelecimento dessa natureza; e alimento a esperança de ver, sem demora, preenchida essa grande falha, com reais benefícios para o comércio e para a lavoura. Neste trabalho, como em todos os que concernem aos interesses gerais do estado, encontrei sempre o mais precioso auxílio no forte e inteligente concurso do ilustrado Senador João Luiz Alves. (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 26, grifo nosso).*

Com o intuito de sanear as finanças públicas, por seu intermédio, fora alienada a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, fora vendida a Estrada de Ferro Caravelas e foi acertada a dívida com o Banco do Brasil, conforme se analisou anteriormente. Entretanto, todo esse dinheiro obtido foi utilizado para pagamento de dívidas, e nada foi colocado em investimentos.

Nesse sentido, é interessante notar o que dele afirmam Sebastião Pimentel Franco e Regina Hees, estudiosos da história capixaba:

*Com o apoio maciço das bancadas federal e estadual, Jerônimo Monteiro conseguiu o aval para a realização de obras que estavam muito além das possibilidades econômicas estaduais [...]. Em 1908 as dívidas contraídas por Jerônimo Monteiro alcançavam a cifra de 24.000.000\$000 (vinte e quatro mil contos de réis), dez vezes as receitas fiscais do exercício. (FRANCO; HEES, 2003, p. 61, grifo nosso).*

Convém observar que as mesmas dívidas contraídas não foram objeto de críticas da parte do Congresso que, pelo contrário, deu-lhe “apoio maciço” para suas realizações.

Em dezembro de 1911, a Convenção do Partido Construtor apresentou a candidatura do Cel. Marcondes Alves de Souza à presidência do estado, o que provocou uma forte corrente oposicionista. Em janeiro de 1912, realizou-se em Vitória um grande comício contra a candidatura de Marcondes, terminando em tiroteio, luzes apagadas e outras manifestações de violência. Era um momento da história brasileira em que o presidente da República, marechal Hermes da

Fonseca, exercia a “política das salvaçãoes”.<sup>71</sup> A propósito de motivos políticos relacionados com São Paulo, foi reclamada uma intervenção nesse importante estado da federação, o que não ocorreu, por causa da força militar de São Paulo. Isto porque a hegemonia dos grandes estados não se firmava somente no poderio econômico ou político, mas também no militar, pois o poder central era árbitro do sistema, graças à faculdade que tinha de intervenção nos estados, garantida pelo artigo 6º da Constituição de 1891.<sup>72</sup> Também nesse aspecto militar, o Espírito Santo não dispunha de meios para gozar da autonomia que outros estados possuíam e, por isso, mantinha-se na condição dependente. É o que indicam os dados referentes ao efetivo das forças policiais militares dos estados brasileiros, nesse período.

ESTADOS	1908	1909	1910	1911	1912
Alagoas	*	*	*	549	287
Amazonas	429	325	444	879	888
Bahia	1717	2040	1717	3036	1976
Ceará	563	639	689	674	709
Distrito Federal	3334	3319	3335	3388	3658
Espírito Santo	307	326	326	398	398
Goiás	308	294	284	282	287
Maranhão	438	207	207	256	258
Mato Grosso	463	571	416	473	463
Minas Gerais	1600	2387	2390	2232	2390
Pará	1303	900	1004	1024	1042
Paraíba	609	629	795	834	1034
Paraná	567	569	589	657	672
Pernambuco	1596	1466	1902	1932	1579
Piauí	400	288	331	412	448
Rio de Janeiro	530	551	750	657	788
Rio G. Norte	255	237	244	246	305
Rio G. Sul	1358	1454	1457	1354	1354
S.Catarina	205	205	205	243	286
São Paulo	4562	3406	3404	4009	3768
Sergipe	389	309	386	436	436
TOTAL	20.731	20.122	20.876	23.971	23.026

**QUADRO 6** - Força Policial Militar Efetivo do pessoal (1908-1912)-praças

**FONTE:** Anuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, 1916-1927.

\* *Estado não informou os dados.*

<sup>71</sup> Política de intervenções nos estados, durante o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), quando diversas contendias fracionavam as oligarquias, o que fazia com que o poder central interviesse, a fim de restabelecer a unidade. Nesse sentido, houve problemas no estado do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Ceará. Para isso, ver Calmon (1981, p. 2184-2192).

<sup>72</sup> Disponível em: <[www.redebrasil.mt.dt/OC1/CF-1891.num.html](http://www.redebrasil.mt.dt/OC1/CF-1891.num.html)>. Acesso em: 20/12/2003.



É sintomático que os estados com maior efetivo fossem também as unidades consideradas de maior importância na Federação. Entre os 20 estados, o Espírito Santo era, no *ranking* de 1912, superado até pelo pequeno estado de Sergipe.

Do mesmo modo, podemos analisar o material de que dispunham as forças policiais militares do Brasil na Primeira República.

ESTADOS	fuzis	Carabinas	Metralhadoras	canhões	veículos	Cavalos e muares
Alagoas	480	20	1	-	-	-
Amazonas	806	544	5	4	8	87
Bahia	1409	-	2	-	1	106
Ceará	434	-	-	-	1	7
Distrito Federal	6327	1999	15	-	107	846
Espírito Santo	600	70	-	-	-	-
Goiás	359	-	-	-	-	-
Maranhão	313	-	2	2	7	37
Mato Grosso	492	100	2	-	1	86
Minas Gerais	2328	101	2	-	-	98
Pará	1021	429	5	2	8	205
Paraíba	730	28	1	-	2	3
Paraná	696	206	4	-	12	156
Pernambuco	2951	176	2	-	5	110
Piauí	520	-	-	-	2	18
Rio de Janeiro	1334	342	-	-	9	95
Rio G. Norte	704	-	1	2	-	4
Rio G. Sul	6933	2599	3	-	49	787
S.Catarina	761	80	-	-	3	28
São Paulo	4864	324	9	-	104	465
Sergipe	655	-	-	-	2	7
<b>TOTAL</b>	<b>34717</b>	<b>7013</b>	<b>54</b>	<b>10</b>	<b>321</b>	<b>3145</b>

**QUADRO 7** - Força Policial Militar-Material (1912)

**FONTE:** Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, 1916-1927.

Quanto ao material militar disponível, o quadro estatístico dispensa qualquer comentário relativo à inferioridade do Espírito Santo, não dispondo o estado nem de metralhadoras, canhões, veículos, cavalos ou muares. Ora, “[...] uma polícia estadual organizada melhora a capacidade de se resistir à intromissão do governo federal no poder estadual” (HUGGINS, 1998, p. 41). Vê-se, por aí, o quanto o Espírito Santo era vulnerável e, portanto, dependente.

O resultado dessa condição subordinada, também no aspecto militar, fez com que a crise instalada no Espírito Santo a propósito da sucessão de Jerônimo Monteiro

redundasse numa possibilidade de intervenção federal no estado. E, de fato, o alarme dos boatos espalhou-se por Vitória na ocasião, quase se concretizando com uma intervenção federal mediante um vaso de guerra, o que fez Jerônimo Monteiro telegrafar ao Ministro da Guerra, confirmando a posição de heteronomia do estado: “A presa é demais pequena para um conquistador tão grande” (NOVAES, [s.d.], p. 384).

A intervenção não se fez necessária. A 23 de maio de 1912, tomou posse o sobrinho e sucessor<sup>73</sup> de Jerônimo Monteiro, Marcondes Alves de Souza, que recebeu a tarefa de dirigir um estado cheio de dívidas e de dar continuidade à falta de autonomia que caracterizou o Espírito Santo de 1892 até sua posse, conforme indicam as mensagens, discursos e relatórios dos que governaram o estado nesse recorte temporal, documentos esses referendados pelos Anais do Senado e da Câmara, bem como outras fontes documentais que possibilitaram analisar os fatos e personagens envolvidos nessa dependência.

Salta aos olhos a idéia de que duas figuras tiveram papéis importantes – embora diversos e, às vezes, contraditórios – ao lidar com esse caráter secundário do Espírito Santo. Daí, para efeitos desta pesquisa, a utilidade em compará-los: Moniz Freire e Jerônimo Monteiro.

---

<sup>73</sup> Tendo deixado o governo em 23 de maio de 1912, Jerônimo Monteiro ainda foi eleito deputado estadual em 1913, deputado federal em 1914 e senador em 1918. Derrotado ao senado em 1927, conseguiu-se eleger outra vez deputado federal em 1933, mas não exerceu o mandato, porque faleceu no Rio de Janeiro, antes de tomar posse. Ver Franco; Hees (2003, p. 197).

## 5 TRÊS MANDATOS, DUAS POLÍTICAS E UMA SÓ DEPENDÊNCIA: MONIZ FREIRE E JERÔNIMO MONTEIRO

Para se comparar Moniz Freire e Jerônimo Monteiro e se entender o jogo político que orientou os programas dos presidentes do Espírito Santo, possibilitando a manutenção do *status* dependente para o estado no período abordado, é preciso ter presente duas realidades interligadas:

- a) a composição da estrutura social capixaba na última década do século XIX e no início do século XX;
- b) a composição partidária capixaba, no mesmo período.

Quanto à primeira<sup>74</sup> realidade, pode-se analisá-la em linhas gerais, tomando por base a existência de três regiões econômicas:

1) a região sul, centralizada em Cachoeiro de Itapemirim,<sup>75</sup> onde as classes sociais dominantes eram os fazendeiros e latifundiários, produtores de café e açúcar, que dividiam o espaço econômico com os pequenos proprietários (em geral, imigrantes), os pequenos comerciantes distribuidores de mercadorias importadas e nacionais, além das classes médias urbanas. Lá também estavam classes populares, tanto urbanas quanto rurais.

2) a região central, girava em torno de Vitória, onde as classes mercantis-exportadoras dominavam, servindo de base de apoio às empresas estrangeiras. Também tinham influência os fazendeiros e latifundiários descendentes da colonização portuguesa e os imigrantes assentados sob a forma de sesmarias. Havia também o camponês imigrante, pequeno proprietário rural, como também o pequeno comerciante e as classes médias urbanas. Tanto na zona rural, quanto na urbana, também achavam-se presentes as classes populares.

---

<sup>74</sup> Ver esses dados em Silva (1995, p. 61).

<sup>75</sup> Sobre o papel de Cachoeiro do Itapemirim na Primeira República, ver Saletto (1996, p. 62).

**3)** a região norte, com centro em São Mateus, onde se faziam presentes as classes agro-fundiárias produtoras de farinha de mandioca e café, como também as casas comerciais e armazéns, pertencentes ao segmento mercantil-exportador. Quase não se faziam presentes os pequenos proprietários ou comerciantes. Estavam lá também as classes médias urbanas e as classes populares rurais e urbanas.

No que diz respeito à composição partidária do Espírito Santo no período proposto nesta dissertação, pode-se acompanhar Marta Zorzal e Silva (1995), dividindo a história dos partidos republicanos no Espírito Santo em 3 etapas, adaptadas ao recorte temporal deste trabalho:

### **1) A situação em 1891**

Dois partidos dividiam as atenções políticas no Espírito Santo:

Partido União Republicana Espírito-santense, representava os interesses agrofundiários não só do sul, mas também das outras áreas; contava também com representantes do estamento burocrático-militar. Destacavam-se Antônio G. Aguirre, o barão de Monjardim, Bernardo Horta e o coronel C. Lírio,<sup>76</sup> entre outros.

Partido Republicano Construtor, representava sobretudo os interesses mercantis-exportadores do centro e do norte, bem como as classes médias urbanas e os estamentos burocrático-militares. Nesse partido figuravam líderes como Constante G. Sodré, Torquato M. Rosa, Afonso Cláudio F. Rosa, Cel. Henrique Silva Coutinho, Graciano Neves e, em especial, Moniz Freire<sup>77</sup>.

### **2) A situação entre 1892 e 1907**

Sem contar o Partido Autonomista, que foi fundado em 1891 e extinto no ano seguinte, três partidos influenciaram a política capixaba nesses 14 anos:

---

<sup>76</sup> Somente os dois últimos não foram presidentes do estado, apesar de terem sido também políticos atuantes.

<sup>77</sup> Desses, somente Torquato Rosa não foi presidente do estado, mas apenas senador pelo Espírito Santo.

Partido Republicano Federal, fundado no estado em 1896, reuniu muitos antigos membros do Partido União Republicana Espírito-santense.

Partido da Lavoura, que teve como co-fundador Jerônimo Monteiro, membro do Partido Republicano Construtor, através do qual elegeu-se deputado estadual em 1895 e deputado federal em 1897. Por ter aberto dissidência com Moniz Freire, Jerônimo Monteiro fora excluído da chapa de deputado nas eleições de 1900, o que o levou a fundar, em seguida, seu Partido da Lavoura.

Partido Republicano Construtor, que em 1905 dividiu-se em duas facções, uma liderada pelo Cel. Henrique Silva Coutinho e outra por Moniz Freire, o que levou vários líderes a abandonarem o partido, entre os quais Graciano Neves e Bernardo Horta.

### **3) A situação entre 1908 e 1912**

Devido à dissidência ocorrida em 1905 entre o Cel. Henrique Silva Coutinho e Moniz Freire, na convenção realizada em 1907 para definir a candidatura à sucessão estadual, o grupo liderado pelo coronel indicou Jerônimo Monteiro como candidato do Partido Republicano Construtor. Nesse ínterim, algumas lideranças desligaram-se do partido, entretanto, já na presidência do estado em dezembro de 1908, Jerônimo Monteiro reuniu o grupo oposicionista e o governista, fundando um só partido, sob a presidência do deputado Paulo Júnior de Mello: surge, assim, o Partido Republicano Espírito-santense (PRES). Durante a curta existência do Partido Republicano Conservador (PRC), fundado em nível nacional, em 1911, o PRES foi incorporado ao PRC, em virtude de articulação movida pelos líderes do Espírito Santo no Senado, Bernardino de S. Monteiro e João Luiz Alves.

Nota-se que o período estudado foi marcado especialmente por dois partidos políticos – o Partido Republicano Construtor e o Partido Republicano Espírito-santense – e por dois presidentes do estado – Moniz Freire e Jerônimo Monteiro.

Quanto a esses dois partidos, uma análise de suas origens e de suas articulações com as forças sociais capixabas permite entender melhor as políticas levadas adiante por Moniz Freire, vinculado ao PRC, e por Jerônimo Monteiro, ligado ao PRES.

É preciso remontar ao início do período republicano no Espírito Santo, para se compreender a gênese desses dois partidos e entender o mecanismo que deu origem a eles e aos outros aqui analisados. A 23 de maio de 1890, reuniu-se em Vitória o Congresso republicano, que terminou por produzir duas agremiações políticas: o Partido da União Republicana Espírito-santense, da qual faziam parte Antônio Aguirre, o barão de Monjardim e Bernardo Horta, entre outros; e o Partido Republicano Construtor, com o então governador Afonso Cláudio, Moniz Freire e Constante G. Sodré. Tem início aí o domínio do PRC, sob o comando de Moniz Freire, eleito para governar o estado em 1892. Marta Zorzal e Silva<sup>78</sup> é clara, quando traça a composição de forças desses dois partidos: o primeiro representa os interesses dos agropundiários das regiões sul, centro e norte do estado, bem como dos estamentos burocrático-militares; enquanto a segunda agremiação representa quase que exclusivamente os interesses mercantis-exportadores, embora também tivesse em seus quadros alguns poucos representantes dos interesses agropundiários.

Tendo “[...] se entusiasmado pela projeção do Dr. Moniz Freire [...]” e “[...] partidário da corrente monizista [...]” (NOVAES, 1979, p. 53) Jerônimo Monteiro foi eleito deputado estadual em 1895 e federal em 1897. Entretanto, não se conformando com o predomínio político do líder do PRC, Jerônimo investiu “[...] contra a opressão reinante no estado [...]” e “[...] empenhou-se em abrir outros horizontes ao povo espírito-santense [...]” (NOVAES, 1979, p. 54), o que o fez ser excluído da lista de candidatos a deputados federais para a legislatura que iniciaria-se em 1900. Inconformado, fundou então – conforme já se assinalou anteriormente – o Partido da Lavoura, que passou a fazer, sem sucesso político, oposição a Moniz Freire.

---

<sup>78</sup> Silva (1995, p. 72-73) traça essa composição de forças políticas no Quadro 3.

É interessante notar como, já nesse momento, vão se firmando as vinculações com diferentes forças sociais. O partido dirigido por Moniz Freire pretendia-se construtor, o que o liga ao progresso e - ainda que vagamente quanto ao nome - ao comércio, enquanto o de Jerônimo Monteiro levantava a bandeira da lavoura e, portanto, do agricultor. Pertencendo ao PRC e tendo sido eleito para governar o estado em 1904, o coronel Henrique Coutinho, entretanto, rompe com Moniz Freire, por ter se recusado a nomear os correligionários que este apresentou para ocupar importantes cargos políticos na administração do estado. Foi nesse momento que, em Cachoeiro, centro político mais importante do estado, alguns vereadores - entre os quais Bernardino Monteiro, irmão de Jerônimo - declaram-se “[...] solidários com o presidente do estado, coronel Coutinho” (NOVAES, [s.d.], p. 363). Agrava-se, assim, a luta política entre este e os monizistas. Foi o momento em que o presidente do estado apelou para Jerônimo Monteiro - residente então fora do Espírito Santo - para solucionar, enquanto advogado, a questão da venda de estradas de ferro à Leopoldina Railway, já analisada no capítulo 4 desta dissertação.

Logo em seguida, em função dos “[...] entendimentos desenvolvidos pelo Dr. João Luís Alves, encarregado pelo Cons. Afonso Pena [...]” (NOVAES, [s.d.], p. 363), surge a candidatura de Jerônimo Monteiro para o próximo período presidencial, com o apoio de vários líderes políticos, entre os quais o próprio Moniz Freire. Jerônimo Monteiro é, afinal, eleito nas eleições de 1908 e assume o governo do estado.

A 4 de dezembro de 1908, foi fundado o Partido Republicano Espírito-santense, que reuniu todas as correntes partidárias do tempo. Vê-se que a meta naquele momento era a de esquecer as diferenças partidárias e trabalhar pelo estado, o que já estava explícito no Manifesto Político em que Jerônimo Monteiro divulgava sua plataforma de governo, publicada no Diário da Manhã de 17 de janeiro daquele ano: “[...] empreenderei as mais vivas forças, para prestar à minha terra os melhores serviços, aplicando em favor do seu progresso todo o esforço de minha atividade” (NOVAES, [s.d.], p. 365). Também em seu discurso de lançamento do partido, Jerônimo Monteiro declarava que “[...] vemos com prazer

reinar a paz em nosso meio, reunidos todos os elementos em torno de um programa abrigados por uma bandeira e empenhados em um só combate, o nosso engrandecimento” (NOVAES, 1979, p. 142)

O programa do novo partido estabelecia 10 princípios gerais, entre os quais estava o apoio à educação, a luta contra o déficit orçamentário e pelo desenvolvimento da indústria. É de se notar que, no item IX, propunha o objetivo de “[...] trabalhar pelo levantamento da lavoura” (NOVAES, 1979, p. 144). As metas de Moniz Freire, ligadas ao desenvolvimento do comércio e de Vitória enquanto centro comercial, não estavam aí contempladas.

Amigo de Moniz Freire, Torquato Moreira foi dos raros a protestar, afirmando “[...] confiar pouco nas vantagens de um Partido sem outro que a ele se opusesse” (NOVAES, 1979, p. 145). Igualmente Graciano dos Santos Neves não se conformou com a idéia de que todos os partidos houvessem se fundido no Republicano Espírito-santense e, “[...] em consequência, extinguido a oposição ao governo do estado” (NOVAES, 1979, p. 146). Foi enorme a campanha movida, a partir daí, através da imprensa, contra Jerônimo Monteiro e seu partido único. Infelizmente, não existem nos arquivos os exemplares dos jornais que continham esses artigos, pois “[...] foram destruídos [...]” (NOVAES, 1979, p. 150) por um jornalista que se arrependera dos ataques que, naquele momento, fazia contra Jerônimo e seu irmão D. Fernando, bispo de Vitória.

Foi nesse contexto que Jerônimo Monteiro passou a governar o Espírito Santo, com o apoio de diferentes facções políticas, mas orientando sua prática para o favorecimento de uma delas: a que representava as forças agrofundiárias, conforme analisado no capítulo anterior.

## **5.1 DUAS FORÇAS ORIENTAM A POLÍTICA CAPIXABA**

Na composição dos interesses que norteavam as políticas desses dois partidos, no início do século XX, vê-se que o Partido Republicano Espírito-santense



articulava-se mais diretamente com as forças ligadas às classes produtoras, especialmente as do café do sul do estado. Por sua vez, o Partido Republicano Construtor representava as classes ligadas ao capital mercantil exportador, constituídas especialmente pela expansão da economia cafeeira após o incentivo à imigração estrangeira na região central, vinculando-se, assim, ao capital comercial, enquanto o PRES articulava-se com o capital produtor.

Como figuras dirigentes dessas duas agremiações políticas, destacaram-se dois presidentes do estado do Espírito Santo: Moniz Freire, com o Partido Republicano Construtor e Jerônimo Monteiro com o Partido Republicano Espírito-santense.

A hegemonia das oligarquias mercantis-exportadoras em nível nacional, logo após a proclamação da República, fez com que, no estado do Espírito Santo, fosse consolidado o poder político do Partido Republicano Construtor (SILVA, 1995, p. 74). Este permaneceu hegemônico até a ascensão de Jerônimo Monteiro, em cujo mandato houve uma composição entre as forças integrantes das classes agro-fundiárias da região sul e as que sustentavam o Partido Republicano Construtor, buscando uma nova orientação para o desenvolvimento sócioeconômico do estado. Com elementos dessas duas facções políticas, Jerônimo Monteiro fundou e passou a dirigir o Partido Republicano Espírito-santense. Tem início aí a perda do controle sobre o governo do estado, por parte da corrente monizista. Nasce também uma nova visão política que este trabalho chama de jeronimismo. Trata-se de duas orientações políticas cuja diferenciação é útil para se analisar a falta de autonomia do estado entre 1892 e 1912.

Para se compreender, entretanto, o direcionamento que essas duas práticas imprimiram na política do estado, é fundamental realçar as observações que Campos Júnior (1996) fez sobre as bases sociais em que se fundavam o monizismo e o jeronimismo: Moniz Freire representava sobretudo os interesses das classes mercantis exportadoras do centro e norte do estado, enquanto Jerônimo Monteiro liderava as forças agro-fundiárias do sul.

A análise das mensagens, discursos e relatórios dos presidentes de estado que governaram entre 1892 e 1912 fornece dados<sup>79</sup> que ajudam a compreender essas duas orientações políticas.

TEMAS TRATADOS	NÚMERO DE PÁGINAS	% SOBRE TOTAL DE PÁGINAS
Agricultura em geral	37	4,0
Bancos	27	3,0
Educação	49	5,4
Empréstimos	32	3,5
Estradas de ferro	91	10,1
Estradas de rodagem e comunicação fluvial	15	1,5
Finanças e orçamento	186	20,5
Fronteiras	30	3,4
Imigração	52	5,7
Imprensa	10	1,1
Indústria	8	0,9
Obras públicas	124	13,7
Polícia	20	2,1
Política	128	14,2
Saúde	34	3,7
Setor extrativo	6	0,7
Outros temas	59	6,5
TOTAL	908	100

**QUADRO 8** - Mensagens, discursos e relatórios presidenciais (1892-1912)

**FONTE:** Mensagens, discursos e relatórios de todos os presidentes do estado do Espírito Santo, desde 1892 a 1912, reunidos no site [www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu).

O quadro abrange documentos oficiais de todos os presidentes que governaram nesse período, e não apenas os de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. Se, das 908 páginas consultadas, retiram-se as 128 que tratam de política em geral, bem como as 186 de finanças e orçamentos - que qualquer governo deve se interessar em expor através de documentos desse teor -, pode-se notar que os temas mais abordados são os relacionados com estradas de ferro, obras públicas e imigração. Para os interesses desta pesquisa, vale a pena comparar especialmente as abordagens quanto a esses temas nos dois governos

<sup>79</sup> Em conformidade com as técnicas sugeridas por Laurence Bardin (2003) foram montados os quadros 8, 9, 10 e 11 com base em 908 páginas de 21 documentos (Mensagens, discursos e relatórios) oficiais de todos os Presidentes do estado do Espírito Santo, de 1892 a 1912, disponíveis na Internet. Constituem eles o *corpus* documental desta pesquisa. A lista dos *temas tratados* foi organizada com base na própria relação oferecida pelo mesmo site, que pertence à Universidade de Chicago. O item *Outros temas* engloba não só as partes introdutórias e as conclusões desses documentos, como também outros assuntos não presentes na relação aqui usada e/ou abordados de maneira resumida nos documentos.

estudados neste capítulo, a fim de se tirar daí informações sobre as orientações políticas impressas nessas duas administrações.

Veja-se, nesse sentido, o quadro seguinte, que contém esses dados com relação ao primeiro mandato de Moniz Freire.

<b>TEMAS TRATADOS</b>	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de todos os presidentes (1892-1912)	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de Moniz Freire (1892-1896)	Comparação percentual entre o número de páginas, em Moniz Freire(1892-1896) e os presidentes estaduais (1892-1912)
Agricultura em geral	37	6	16,2
Bancos	27	5	18,5
Educação	49	9	18,4
Empréstimos	32	9	28,1
Estradas de ferro	91	53	58,2
Estradas de rodagem e comunicação fluvial	15	9	60,0
Finanças e orçamento	186	27	14,5
Fronteiras	30	-	-
Imigração	52	27	51,9
Imprensa	10	-	-
Indústria	8	1	12,5
Obras públicas	124	38	30,6
Polícia	20	-	-
Política	128	30	23,4
Saúde	34	12	37,5
Setor extrativo	6	-	-
Outros temas	59	31	52,5
<b>TOTAL</b>	<b>908</b>	<b>307</b>	<b>33,8</b>

**QUADRO 9** - Mensagens, discursos e relatórios presidenciais Moniz Freire: 1892-1896

**FONTE:** Mensagens, discursos e relatórios de todos os presidentes do estado do Espírito Santo, desde 1892 a 1912, reunidos no site: [www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu) .

O quadro foi montado com o objetivo de se comparar o interesse demonstrado por Moniz Freire com o de todos os outros presidentes do estado, com relação a cada tema, no período estudado. Pode-se notar, assim, que Moniz Freire foi dos que mais se preocuparam com estradas – tanto de ferro, quanto de rodagem – e imigração. Suas mensagens totalizam mais de 50% das páginas que tratam desse assunto em mensagens e discursos do período.

É curioso notar como, com base nesse tipo de registro, mudam os interesses no segundo mandato de Moniz Freire. Veja-se o quadro seguinte:

<b>TEMAS TRATADOS</b>	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de todos os presidentes, (1892-1912)	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de Moniz Freire (1900-1904)	Comparação percentual entre o número de páginas, em Moniz Freire(1900-1904) e os presidentes estaduais (1892-1912)
Agricultura em geral	37	14	37,8
Bancos	27	2	7,4
Educação	49	1	2,0
Empréstimos	32	12	37,5
Estradas de ferro	91	12	13,2
Estradas de rodagem e comunicação fluvial	15	-	-
Finanças e orçamento	186	46	24,7
Fronteiras	30	12	40,0
Imigração	52	4	7,7
Imprensa	10	-	-
Indústria	8	-	-
Obras públicas	124	7	5,6
Polícia	20	-	-
Política	128	5	3,9
Saúde	34	2	5,8
Setor extrativo	6	2	33,3
Outros temas	59	17	28,8
<b>TOTAL</b>	<b>908</b>	<b>136</b>	<b>15,0</b>

**QUADRO 10** - Mensagens, discursos e relatórios presidenciais Moniz Freire: 1900-1904

**FONTE:** Mensagens, discursos e relatórios de todos os presidentes do estado do Espírito Santo, desde 1892 a 1912, reunidos no site [www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu).

Observa-se, por exemplo, como o tema agricultura que, no primeiro mandato ocupava apenas 16,2% das páginas que tratavam desse mesmo assunto nos documentos oficiais do período, já no segundo mandato passa a ocupar 37,8%. Por outro lado, estradas de ferro e Imigração descem, no que diz respeito ao interesse demonstrado. As grandes preocupações estão voltadas para a agricultura, empréstimos, fronteiras com outros estados e setor extrativo. Vale a pena notar a diferença com relação ao quadro dos documentos oficiais da gestão Jerônimo Monteiro, conforme mostrado a seguir.

<b>TEMAS TRATADOS</b>	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de todos os presidentes, (1892-1912)	Número de páginas sobre o tema, nos documentos oficiais de Jerônimo Monteiro (1908-1912)	Comparação percentual entre o número de páginas, em Jerônimo Monteiro (1908-1912) e os presidentes estaduais (1892-1912)
Agricultura em geral	37	12	32,4
Bancos	27	19	70,4
Educação	49	28	57,1
Empréstimos	32	4	12,5
Estradas de ferro	91	6	6,6
Estradas de rodagem e comunicação fluvial	15	5	33,3
Finanças e orçamento	186	56	30,1
Fronteiras	30	6	20,0
Imigração	52	14	26,9
Imprensa	10	7	70,0
Indústria	8	7	87,5
Obras públicas	124	64	51,7
Polícia	20	11	55,0
Política	128	78	60,9
Saúde	34	12	37,5
Setor extrativo	6	1	16,6
Outros temas	59	10	16,9
<b>TOTAL</b>	<b>908</b>	<b>340</b>	<b>37,4</b>

**QUADRO 11** - Mensagens, discursos e relatórios presidenciais: Jerônimo Monteiro 1908-1912

**FONTE:** Mensagens, discursos e relatórios de todos os presidentes do estado do Espírito Santo, desde 1892 a 1912, reunidos no site [www.crl.uchicago.edu](http://www.crl.uchicago.edu).

São outros seus grandes interesses. Assim, das 27 páginas que, no período, tratam de bancos, 70,4% são de Jerônimo Monteiro. Com base nesse critério de comparação, pode-se ver também que suas grandes preocupações são: educação, indústria e obras públicas. Entende-se, uma vez que a instalação do regime republicano trouxe, por exemplo, um processo de mudança no ensino, devido aos ideários liberal e positivista que afirmavam ser a educação o único caminho legítimo para melhorar os homens. Por outro lado, também a atenção quanto às obras públicas nas cidades se constituía num objeto de preocupação dos políticos das capitais<sup>80</sup> brasileiras de então. O mesmo se pode dizer quanto

<sup>80</sup> Para isso, ver Moraes (1994).

ao processo de industrialização, que já avançava a passos largos sobretudo no Sudeste.

Também interessa observar que das 10 páginas que no período tratam de imprensa, 70% são de Jerônimo Monteiro. Note-se, outrossim, o destaque ao tema Polícia,<sup>81</sup> que representa 55% das páginas com essa abordagem no recorte temporal analisado.

Tais diferenças de interesse indicam diversidade política. Todas as iniciativas de Moniz Freire estavam voltadas para a construção de um grande centro populoso como o passo mais importante para o desenvolvimento do estado, fundamentado na idéia de que isso seria produzido pelo aumento da atividade comercial, o que, aliás, ocorria em importantes cidades, conforme verificava o próprio Moniz Freire:

*Não há país no mundo, de importância política ou comercial, que não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notáveis são estas mais elevada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, Nova York, além de tantas outras que figuram em primeira linha após estas (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 35).*

É nesse sentido que se pronuncia Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996, p. 149),<sup>82</sup> em estudo bem fundamentado no qual analisa esse aspecto da política de Moniz Freire: “A proposta de Moniz Freire voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta”

O próprio Moniz Freire aponta essa meta em uma de suas mensagens, quando afirma que seu governo “[...] deixa satisfeita a grande aspiração espírito-santense

---

<sup>81</sup> Quanto ao interesse de se aprimorar as forças policiais na Primeira República, Huggins (1998, p. 41), analisa o papel dos oficiais franceses na polícia de São Paulo, no governo Tibiriçá (1904-1908): “O governador Tibiriçá [...] seguindo essa tendência centralizadora, queria que os oficiais franceses profissionalizassem ainda mais sua polícia, argumentando que uma Força Pública bem treinada iria permitir-lhe quebrar a influência política dos oligarcas locais e controlar a agitação operária, bem como proteger São Paulo contra as investidas do Governo Federal”.

<sup>82</sup> Esse estudioso da urbanização de Vitória fornece, nessa obra, várias outras informações utilizadas neste capítulo desta dissertação.

de converter Vitória em um dos principais mercados de Minas [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 162).

Daí a principal ação de seu primeiro mandato: construir uma via férrea que ligasse o sul do estado a Vitória, a fim de canalizar para a capital a produção cafeeira daquela zona. Também planejou-se estabelecer uma ligação ferroviária que unisse o norte do estado e parte de Minas Gerais com Vitória (ESPÍRITO SANTO, 1896b, p. 57-61)

Moniz Freire é bastante explícito quanto ao que pretendia no que diz respeito à ligação com Minas Gerais: “Concluídas as duas linhas, o porto de Vitória será o mercado da maior parte da zona mineira que fica-lhe a oeste, e de quase todo o Norte daquele estado até as cabeceiras do S. Francisco” (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 14).

Por outro lado, devido à imigração destinada à região central do estado, vai se ampliando a produção cafeeira dessa área, fazendo surgir um grande número de casas comerciais não só na região produtora, mas também em Vitória, o que motivou a reflexão de Campos Júnior (1996, p. 84):

*[...] o que se depreende da política de imigração/colonização desenvolvida no Espírito Santo é que ela [...] foi também a viabilizadora do surgimento de um espoliativo esquema de comercialização do café capixaba [...] toda essa discussão explicita um outro tipo de estrutura de poder: a dos setores do comércio cafeeiro.*

Compreende-se, então, a afirmação de Moniz Freire quanto à política que orientou seu primeiro mandato:

*Continua a ser a principal preocupação de meu governo o programa que vos anunciei ao assumi-lo: a viação férrea e o povoamento do nosso território. A esses dois interesses superiores, mormente ao primeiro, continuo a pensar que deveremos sacrificar outros de menor ou igual relevância [...] (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 9).*

Via férrea e povoamento, que levariam Vitória a se tornar um grande centro populoso e comercial, com vistas ao “[...] futuro glorioso que lhe está reservado”

(ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 17). Imbuído dessas idéias, Moniz Freire dedicou-se a elaborar um plano de ocupação e urbanização de uma nova área que se tornou conhecida como o Novo Arrabalde. O líder do Partido Republicano Construtor entendia, entretanto, que para isso deveria usar o poder de intervenção do estado.

Seu objetivo político, portanto, era o de fazer convergir o comércio do café para Vitória, juntamente com todas as atividades a ele ligadas e, para isso, havia que adaptar a cidade a essas novas funções comerciais, criando o Novo Arrabalde. Devido às crises financeiras advindas de vários fatores, já mencionados anteriormente, não foi possível perseguir tal objetivo com o mesmo afinco no segundo mandato. Daí suas outras preocupações nas mensagens e discursos entre 1900 e 1904, período em que os documentos oficiais são perpassados por uma visão pessimista da realidade capixaba. Assim, apenas à guisa de exemplo, já nas páginas iniciais da mensagem de 23 de setembro de 1903, Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 5-7) utiliza em demasia palavras e expressões que denotam desânimo diante da situação em que se encontrava o estado que administrava: *“apreensões cada vez mais justificadas”, “desconfortos”, esforços “infrutíferos”, “afunda”, “provações”, “abalo”, “mais pobre”, “deficiência dos meios de transporte”, “nosso atraso econômico”* e assim por diante.

Por outro lado, a imigração – meta prioritária de Moniz Freire – era um objetivo que só não seria prejudicial aos fazendeiros se eles pudessem receber em suas terras a mão-de-obra imigrante, desprovida da propriedade da terra.<sup>83</sup> Ora, o governo monizista procurava desenvolver a imigração sem ter o objetivo principal de abastecer as fazendas do sul. E investia em viação com a finalidade de estabelecer as ligações ferroviárias com Vitória, favorecendo, assim, o comércio sediado na Capital mais que qualquer outro setor da economia.

Vê-se, assim, que nas administrações de Moniz Freire os recursos do estado eram dirigidos para a promoção de um grande centro comercial, Vitória, ao invés

---

<sup>83</sup> De acordo com o movimento de entrada e saída de pessoas na hospedaria dos imigrantes, durante o primeiro mandato de Moniz Freire somente 40% deles dirigiram-se para o sul do estado (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.156, nota 25).



de atender diretamente às necessidades da produção cafeeira. Desse modo, a fração do poder representada por Moniz Freire e originária do comércio passou a exercer influência no controle dos instrumentos do estado, provocando descontentamento nos fazendeiros do sul.

Porém, após a fase intermediária da gestão do coronel Henrique da Silva Coutinho, o advento de Jerônimo Monteiro trouxe “[...] nítida vinculação da política do governo à dos fazendeiros do sul” (CAMPOS JUNIOR, 1996, p. 155). Daí as preocupações da administração que se iniciou em 1908, manifestas em suas mensagens e discursos, comprovadas por exemplo pelo interesse em desenvolver a indústria, justamente na região sul e com o objetivo de aproveitar matéria prima fornecida por fazendeiros dessa mesma área.

Vale a pena comparar esse esforço industrializante de Jerônimo Monteiro com o de Moniz Freire, este voltado para outros setores que não o dos cafeicultores do sul. É assim que podem-se notar, por exemplo, entre as iniciativas<sup>84</sup> de Moniz Freire, os contratos para o estabelecimento de um engenho central em Itapemirim, de grande fábrica de tecidos em Vila Velha, além de uma segunda em Benevente. Jerônimo, por sua vez, centralizou suas iniciativas industrializantes na área de Cachoeiro, beneficiando os cafeicultores.

As obras de saneamento e embelezamento da capital, promovidas por Jerônimo Monteiro, estão obviamente relacionadas com os interesses dessa elite rural que estava se instalando no poder e que, nessa ocasião, passava a residir com suas famílias na capital, uma vez que estavam ligados às atividades do governo. Tratava-se, portanto, de mudanças com “[...] conotação claramente política” (CAMPOS JUNIOR, 1996, p. 184).

Tais mudanças, entretanto, já puderam ser notadas no governo que se sucedeu ao segundo mandato de Moniz Freire. É assim que pode-se ler, por exemplo, na mensagem de 11 de setembro de 1905, do então Presidente do estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho:

---

<sup>84</sup> Para isso, ver Oliveira (1995, p. 413).

*[...] estabeleci [...] o programa, segundo o qual, entendia eu que devia moldar os meus atos durante os 4 anos de minha administração, isto é: Auxílio à lavoura e instrução primária. Continuo a pensar que para estes dois pontos capitais devem convergir as vistas daqueles a quem incumbe a difícil tarefa de dirigir os negócios públicos deste estado (ESPÍRITO SANTO, 1905, p. 6-7).*

Nota-se também, nesta mesma mensagem (ESPÍRITO SANTO, 1905, p. 7, grifo nosso), a diferente visão com relação à imigração, encarada agora de maneira diferente da de Moniz Freire: “Ela se impõe, porque a lavoura precisa de braços [...]”.

Com a ascensão de Jerônimo Monteiro, mantém-se a diferença com relação aos planos de Moniz Freire. Até as modificações propostas para Vitória mudaram de rumo. Foi abandonado o plano do Novo Arrabalde e o crescimento passou a ser direcionado para a ocupação e urbanização dos espaços centrais da ilha de Vitória. Nem mesmo os interesses imobiliários despertados anteriormente por Moniz Freire foram renovados por Jerônimo Monteiro quando se decidiu a urbanizar o centro de Vitória. É interessante notar que, em seguida à administração jeronimista, houve, por exemplo, um enfraquecimento do setor comercial estrangeiro com representação em Vitória, tendo desaparecido da Capital, entre 1913 e 1920,<sup>85</sup> grandes firmas de origem estrangeira, surgindo em seu lugar firmas nacionais, evidenciando, assim, “[...] a perda do poder político do setor comercial até então estabelecido em Vitória” (CAMPOS JUNIOR, 1996, p. 187).

Jerônimo Monteiro foi o primeiro presidente do estado “[...] a trazer para o debate público a voz dos fazendeiros” (CAMPOS JUNIOR, 1996, p. 181), apesar de também ir ao encontro de reivindicações do setor comercial, uma vez que subiu ao poder em função de uma aliança política na qual entraram também os setores do comércio sediados em Vitória.

---

<sup>85</sup> Há também pesquisadores que consideram que esse enfraquecimento deve-se às dificuldades originárias da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Para cumprir suas metas, Jerônimo Monteiro utilizou os recursos da venda da ferrovia Sul do Espírito Santo e da Estrada de Ferro Caravelas, efetuada por ele próprio quando advogado do governo Coutinho, recursos esses chegados ao estado no exato início de sua administração. Por outro lado, devido à superação da “[...] crise na cafeicultura, melhoraram as receitas públicas, ao mesmo tempo em que se contraiu um empréstimo de 70 milhões de francos com bancos franceses” (CAMPOS JUNIOR, 1996, p. 182).

As elites mercantis-exportadoras que, no estado, sustentavam a corrente monizista, não conseguiram se articular com aquelas que, em âmbito nacional, serviam de base para a primeira fase<sup>86</sup> da política dos governadores e, assim, não conseguiram remover o caráter secundário da participação capixaba na política federal. Por outro lado, a articulação levada a cabo posteriormente pelas elites agro-fundiárias, na segunda fase da política dos governadores, também não foi suficiente para tirar o Espírito Santo de sua condição dependente. Basta lembrar que, nesse segundo momento, um dos elementos de ligação entre as elites do Espírito Santo e as que sustentavam o poder em nível nacional, o senador João Luiz Alves - que nem era capixaba, mas mineiro - em 1916 mudou de orientação e tomou posição contra o deputado federal Jerônimo Monteiro, numa polêmica<sup>87</sup> com réplicas e tréplicas, na qual o ex-governador levantava fortes indícios de que seria alvo de uma tentativa de assassinato, fato calorosamente negado pelo senador João Luiz Alves, que tanto o apoiara anteriormente. Foi nesse contexto que o ex-presidente do estado do Espírito Santo assim se expressou:

*[...] se vê claramente que, por atos e por palavras, eu jamais agredi, acusei ou ataquei a integridade do Sr. Senador João Luiz Alves; entretanto, por S. Ex. acabo de ser agredido, acusado e atacado. S. Ex. devia ter um pouco de zelo, um pouco de respeito por essa amizade de muitos anos [...]* (BRASIL, 1916, p. 313).

---

<sup>86</sup> Do ponto de vista da influência e da hegemonia, pode-se dividir a Primeira República em duas etapas, a partir da ascensão de Campos Salles: de 1898 a 1906, a política paulista, associada à eficiência administrativa e à modernização; de 1906 a 1926, a política com um “[...] inequívoco tom mineiro” (LESSA, 1999, p. 203).

<sup>87</sup> Conforme Anais da Câmara, sessão em 23 de setembro de 1916, p. 307-314. Também sessão em 4 de setembro de 1916, p. 217-221.

Desenvolvendo uma orientação política conforme os interesses do capital mercantil-exportador ou dos fazendeiros do sul do estado, de um modo ou de outro os presidentes capixabas não conseguiram, porém, colocar o Espírito Santo na categoria de igual entre os membros da Federação. Sua condição de satélite permaneceu inalterada.

## **5.2 MONIZISMO, JERONIMISMO E FEDERAÇÃO**

Outro aspecto precisa também ser abordado e que pode ajudar a explicar a exclusão em que era posto o Espírito Santo, estivesse ele sob a influência monizista ou jeronimista: diz respeito à posição dos dois líderes diante da prática levada a efeito pelo federalismo e pela política dos governadores. No alvorecer da República, a contradição entre o ideário federalista e a realidade de dependência gerou aflição e indignação em intelectuais e políticos brasileiros. Moniz Freire e Jerônimo Monteiro foram uma mostra de como esse ideário foi absorvido no Espírito Santo, podendo explicar, ao menos em parte, a posição secundária do estado no cenário nacional.

Sabe-se que, no começo da República, o federalismo fora entendido de uma maneira que alguns políticos de então e muitos das fases posteriores consideraram radical. Assim, por exemplo, a Constituição do estado de São Paulo, de 14 de julho de 1891, considerava autônomo e soberano o estado, autorizando, inclusive, que o chefe do executivo estadual decretasse estado de sítio, o que também era permitido pela Constituição da Paraíba, promulgada em 1892. A Constituição de Alagoas declarava o estado livre e autônomo, o mesmo acontecendo com a do Sergipe, aprovada no mesmo ano. A Carta Constitucional da Bahia, de 1891 dizia se constituir num estado soberano, o mesmo ocorrendo com a do Paraná, promulgada em 1892. O estado do Rio de Janeiro avançou mais, declarando-se um estado independente. Ou seja, nesse início do

federalismo republicano, seis estados declararam-se soberanos, dois consideraram-se livres e um deles tornou-se literalmente independente.<sup>88</sup>

Apesar de não interpretar tão radicalmente o federalismo, o estado do Espírito Santo não fugiu à regra e sob forte influência do Partido Construtor de Moniz Freire promulgou sua Constituição em 2 de maio de 1892, registrando em seu art. 1º:

*O estado do Espírito Santo, tendo por forma de governo a República Federativa, obedecerá como membro confederado da República dos Estados Unidos do Brasil, a todas as suas leis, concorrerá para o fortalecimento da sua integridade e gozará das vantagens, como contribuirá para os ônus, do engrandecimento, da defesa, da honra, do crédito e do bem geral da nação (CALDEIRA, 1980, p. 15).*

Antes mesmo de 1892, em 20 de junho de 1891, a Constituição provisória do estado já declarava em seu art. 1º. o Espírito Santo como “[...] parte confederada da República dos Estados Unidos do Brasil [...]”,<sup>89</sup> o que não diferencia muito da Carta de 1892, que utilizava a expressão “*membro confederado*”. Entretanto, a de 1891 estabelecia em seu art. 2º. que o estado gozaria de “[...] *autonomia política e administrativa*”.

É de se notar dois conceitos opostos à centralização: confederação e autonomia. Na Reforma Constitucional de 30 de novembro de 1904, o art. 1º. continuava utilizando a expressão “*membro federado*”. Entretanto, em 13 de maio de 1913 – quando nem Moniz Freire nem Jerônimo Monteiro administravam mais o Espírito Santo -, a reforma constitucional estabelecia um art. 1º. que já não utilizava mais o conceito de federalismo, identificando o Espírito Santo simplesmente como “[...] *parte integrante da República dos Estados Unidos do Brasil [...]*”, expressão que posteriormente foi usada na reforma constitucional de 1923 e na Constituição promulgada em 1928. Somente em 1935 o texto constitucional estabeleceu em seu art. 1º. que o estado determinava suas leis, “[...] *nos limites de sua*

---

<sup>88</sup> Para isso, ver Basílio (1961, p. 33-38).

<sup>89</sup> Para todas as transcrições aqui registradas das Constituições capixabas, ver CALDEIRA, Milton. Constituições do estado do Espírito Santo. 2 ed. Vitória: FJSN, 1980. Série Documentos capixabas, vol. 5: Constituições do estado do Espírito Santo.

*autonomia*". Nota-se que havia, na década de 30, uma tendência política de se colocar limites à autonomia.

Os republicanos brasileiros partiram de conceitos ligados à confederação, passaram pela federação radical e chegaram a um federalismo moderado que desembocou na proposta de limites para a autonomia, enfatizando assim o poder central. A eficácia da política dos governadores, com sua conseqüente hegemonia dos estados maiores, dependia dessa crescente centralização, ao mesmo tempo em que se fundamentava também no coronelismo, conforme visto em capítulo anterior desta dissertação.

Compreende-se que, em 1921, influente político capixaba tenha declarado que a autonomia que a Constituição conferiu aos estados importa a "[...] emancipação política destes [...]", sem a distinção entre grandes e pequenos, ou "[...] o conceito de autonomia perdeu entre nós a significação que recebeu em todas as constituições do mundo [...]" (AGUIRRE, 2002, p. 158).

Ora, apesar do café-com-leite estar em plena vigência, também Moniz Freire destacava-se por ir contra a onda centralizadora. Foi assim que em um de seus discursos proferido no Senado em 26 de agosto de 1913 declarou:

*Suprimi [...] essa monstruosidade do poder pessoal [...] encarnado no presidente que sustenta os régulos, e nos régulos que escravizam os estados; substituí-o pelo poder efetivo da nação, representada na sua massa eleitoral; e vereis que radical transformação se há de fazer, no espírito dessas corporações* (BASÍLIO, 1961, p. 62).

Não poderia haver uma melhor descrição do que era a política dos governadores, vista pela ótica de quem a criticava. Estava aí sua motivação para lançar um projeto de voto secreto para o Brasil, sendo "Rui Barbosa o primeiro a felicitar Moniz Freire por essa iniciativa do político capixaba" (BASÍLIO, 1961, p. 64). O voto secreto poderia acabar com o poder fundamentado nessa política.

Tal posicionamento, entretanto, já vinha ocorrendo anteriormente, como se pode atestar, por exemplo, através de um de seus documentos oficiais de 1903

(ESPÍRITO SANTO, 1903, p. 15). Mais tarde, já no Senado, Moniz Freire (BRASIL, 2004, p. 31) lamenta-se da organização política brasileira, na “[...] qual os estados de maior poder exercem hegemonia sobre outros, ao mesmo tempo em que o poder central” – afirma ele – exerce uma autoridade discricionária, numa clara crítica ao centralismo da política de então.

Por sua vez, Jerônimo Monteiro, apesar de, em sua administração, ter sido apoiado por políticos<sup>90</sup> que serviam de base de sustentação da hegemonia dos grandes estados, tomou posteriormente posições que indicavam certa independência pessoal com relação ao esquema da política dos governadores. Foi assim que, por exemplo, quando era deputado federal, após ter deixado a presidência do estado do Espírito Santo, manifestou-se publicamente com relação ao então presidente Wenceslau Braz,<sup>91</sup> quando de nomeações para cargos importantes no Espírito Santo:

*[...] desde muito tempo ouço dizer que a principal ocupação do atual Governo da República vem sendo moralizar os costumes, pôr ordem na administração do país, expurgando-a, quanto possível, dos maus elementos e dos colaboradores que possam prejudicar o andamento regular dos negócios públicos. Se assim é, não se explica facilmente como pratica esse Governo certos atos que tanto se afastam dessas normas (CALDEIRA, 1980, p. 67).*

O mesmo presidente da República – conhecido então por se opor (BRASIL, 1917, p. 633) a Jerônimo Monteiro e seu partido – envolve-se, em 1916, em problema sucessório no Espírito Santo, tomando uma posição que desagradou os Monteiros, motivando por parte de Jerônimo declarações (BRASIL, 1916, p. 238-245) muito calorosas contra o referido presidente na Câmara dos Deputados.

O federalismo de Moniz Freire e o de Jerônimo Monteiro eram diferentes daquele posto em prática pela Política dos governadores.

---

<sup>90</sup> Na administração Jerônimo Monteiro, o estado foi visitado pelos presidentes Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

<sup>91</sup> Já anteriormente, em 1915, Jerônimo Monteiro vinha se manifestando claramente contrário a determinações do presidente Wenceslau Braz. Para isso ver ANAIS DA CÂMARA. Sessão de 21 de agosto de 1915, p.54.

À guisa de complementação, podem-se também agregar a todos esses fatores certos procedimentos conservadores<sup>92</sup> dos representantes políticos capixabas, em meio a uma tendência oposta no cenário nacional. Trata-se de um questionamento que é pertinente, apesar de se poder eventualmente argumentar que foge aparentemente dos objetivos desta pesquisa. Veja-se, por exemplo, que em certo momento de sua carreira política enquanto senador (1913), Moniz Freire fora acusado - apesar de negá-lo - de “monarquista” (BASÍLIO, 1961, p. 61) e inimigo dos princípios republicanos. Por outro lado, Jerônimo Monteiro, na tribuna da Câmara dos deputados (1917), por motivo da data de comemoração da unificação da Itália, chegou a declarar-se contrário a um telegrama de congratulações ao Parlamento daquele país, utilizando argumentos de um conservadorismo suspeito, como se pode deduzir de suas palavras:

*[...] não posso concorrer com o meu voto para realçar uma data que relembra atos injustos do Poder italiano, desrespeitando os mais legítimos direitos da Igreja Católica Apostólica Romana e despojando-a violentamente de seus bens e propriedades. Católico e representante de um povo católico, na sua quase totalidade, cumpro restrito dever consignando a presente declaração (BRASIL, 1917, p. 422-423).*

De qualquer forma, são posicionamentos indicativos de uma mentalidade que certamente contribuiu para que, entre 1892 e 1912, permanecesse inalterada a falta de autonomia do Espírito Santo em face da Federação, sendo ele governado pela corrente monizista ou jeronimista.

---

<sup>92</sup> Tais atitudes seriam realmente reflexo de algum ideário mais amplo seguido por esses dois políticos capixabas? Para responder a esse questionamento, seria necessária uma pesquisa com outras características. Uma tese de doutorado? Talvez.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que, suscetível a diversas interpretações ao longo da Primeira República, o Federalismo brasileiro foi em sua origem descentralizador, mas tornou-se depois profundamente centralizador, ao mesmo tempo em que, através da política dos governadores, reforçava o poder das oligarquias estaduais, numa contradição apenas aparente, já que as elites regionais achavam-se ligadas ou até subordinadas ao poder central. Tendo gerado a hegemonia dos estados mais fortes – controladores da União –, esse Federalismo também deu origem à exclusão política das unidades da Federação consideradas secundárias. Desse modo, na medida em que representavam a União, os “donos do poder” passaram a buscar cada vez mais a centralização, abandonando, assim, aquele federalismo inicial voltado para a igualdade e a autonomia entre os membros da federação.

Moniz Freire e Jerônimo Monteiro podem, assim, ser considerados frutos das possibilidades conjunturais do período em que viveram. Pode-se compreender, desse modo, como o monizismo e o jeronimismo posicionaram-se de uma maneira ou de outra contra aquele centralismo hegemônico e mantiveram o Espírito Santo em sua posição secundária e de exclusão, nesse jogo do poder que Weber identifica como “[...] a probabilidade de que um ator em uma relação social tenha condições de implementar sua vontade não obstante resistências, independentemente da base em que se fundamenta essa probabilidade” (DAHRENDORF, 1982, p. 152).

Tendo por objetivo analisar a existência de um fenômeno e não suas causas, esta dissertação constatou uma relação de dominação que se torna ainda mais surpreendente quando se analisa o funcionamento da política brasileira neste início do século XXI e também se verifica que a heteronomia e a exclusão aqui focalizadas estão ainda presentes de maneira muito claras na atualidade. É assim que, com base em documentos obtidos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o jornal A Gazeta, em reportagem do Editor

Eduardo Caliman,<sup>93</sup> indica que, nos primeiros sete meses de 2004, o Espírito Santo ocupa o 25º lugar no ranking dos que mais receberam investimentos do Governo Federal, tendo apenas dois outros estados brasileiros recebendo menos: o Amapá e Rondônia. Por outro lado, Minas Gerais lidera o ranking dos estados que, nesse período, mais receberam recursos da União, seguido do Pernambuco e do Ceará. Veja-se o quadro apresentado pelo jornal *A Gazeta*

ESTADO	PREVISTO	PAGO	RANKING
Acre	37.556	6.319	19º.
Alagoas	76.628	10.430	17º.
Amazonas	58.682	25.353	10º.
Amapá	91.622	2.235	26º.
Bahia	267.744	46.836	6º.
Ceará	202.549	54.738	3º.
Distrito Federal	36.462	15.921	12º.
<b>Espírito Santo</b>	<b>61.320</b>	<b>2.390</b>	<b>25º.</b>
Goiás	135.158	12.279	13º.
Maranhão	80.344	6.951	18º.
Minas Gerais	369.475	61.164	1º.
Mato Grosso do Sul	115.125	11.601	15º.
Mato Grosso	92.553	5.290	21º.
Pará	188.095	16.080	11º.
Paraíba	75.679	6.011	20º.
Pernambuco	219.407	58.554	2º.
Piauí	96.793	45.319	5º.
Paraná	130.784	10.835	16º.
Rio de Janeiro	158.257	51.136	4º.
Rio Grande do Norte	76.452	4.125	22º.
Rondônia	51.475	1.615	27º.
Roraima	52.377	3.398	23º.
Rio Grande do Sul	157.160	26.131	9º.
Santa Catarina	81.782	11.619	14º.
Sergipe	65.350	28.682	8º.
São Paulo	248.417	32.389	7º.
Tocantins	102.312	2.928	24º.
<b>Total</b>	<b>5.271.995</b>	<b>1.129.814</b>	

**QUADRO 12** - O repasse aos estados

**Fonte:** SIAFI, 5-8-2004, publicado em *A GAZETA*, 13 de ago. 2004. p. 15.

<sup>93</sup> CALIMAN, Eduardo (Editor). Investimentos federais no ES só superam os de Rondônia e Amapá. *A Gazeta*, Vitória (ES), 13 ago. 2004. p. 15.

Além do Espírito Santo estar na classificação 25<sup>o</sup> no ranking de investimentos pagos, também é preciso levar em consideração que, do total desses investimentos, apenas 2,11% foram destinados a esse estado, ao lado da Bahia, que recebeu vinte vezes mais, de Minas Gerais que abocanhou vinte e cinco vezes mais e assim por diante. Observe-se também que estados com menor importância econômica e política, como Piauí e Sergipe, receberam mais de dez vezes o que recebeu o Espírito Santo.

Comentando esses resultados, Roberto Garcia Simões (2004, p. 15)<sup>94</sup> afirmava que, apesar do bom relacionamento entre os atuais governador do estado e o presidente da República, “[...] não há mudanças efetivas no segundo e terceiro escalões [...]”, pois “[...] nos escalões mais baixos, com suas visões históricas sobre o Espírito Santo, há uma inércia que não é quebrada”. E conclui sobre a necessidade de mudar essa visão que a burocracia federal tem sobre o Espírito Santo, que não corresponde à importância estratégica e econômica do estado no contexto do país.

Essa característica, entretanto, não diz respeito apenas aos primeiros sete meses do ano de 2004, pois esse fenômeno se dá pelo menos de três anos para cá. Conforme pesquisa feita pela Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal (PFL) junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o Espírito Santo está, em 2004, no grupo dos cinco estados que menos receberam verbas do governo federal nos últimos três anos, dando assim maior extensão temporal aos resultados da pesquisa que produziu o quadro anteriormente citado. A diferença está no fato de que, no total dos últimos três anos, o Espírito Santo encontra-se no 21<sup>o</sup> lugar, enquanto que para 2005 sua classificação no ranking é de 25<sup>o</sup> lugar,<sup>95</sup> ou seja, piorou.

Sob o ponto de vista do que é analisado nesta dissertação, observa-se disperso no imaginário de políticos e de especialistas capixabas um conjunto de idéias que, em muito, assemelham-se às que estão presentes nos documentos oficiais de

---

<sup>94</sup> Especialista em Políticas Públicas. Conforme suas declarações em *A Gazeta*, Vitória (ES), 13 ago. 2004. p. 15.

<sup>95</sup> RANKING. *A Tribuna*, Vitória (ES), 11 jun. 2004. p. 29.

Moniz Freire, Graciano dos Santos Neves, Henrique da Silva Coutinho e Jerônimo Monteiro. É a denúncia da continuidade de um mesmo mecanismo.

Assim, recentemente, o atual prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas<sup>96</sup> não poupou críticas ao governo federal, afirmando que os municípios não estão sendo tratados de forma igualitária. Suas declarações foram motivadas pelo fato de o município de São Paulo ter sido beneficiado por uma lei federal que adiou a data do pagamento mensal da dívida com a União.

Se se retrocede no tempo, sabe-se que, quando da instalação da Bahia/Sul, o empreendimento não veio para o estado por motivos políticos e se instalou a 8 km. da divisa, trazendo problemas para o Espírito Santo, sem as vantagens que o funcionamento de uma empresa de tal porte traria para a economia capixaba. Pode-se também mencionar, nessa linha, indústrias que seriam instaladas em Colatina e que acabaram indo para o estado de Minas Gerais. Mais recentemente, depois de 1994, certos investimentos na área de montagem de veículos deixaram de vir para o Espírito Santo, apesar de aqui as condições de infra-estrutura financeira serem mais viáveis que as de outros estados para onde se transferiram.

Em palestra proferida em dezembro de 2001 na Assembléia Legislativa Estadual, num painel da História do Espírito Santo, do qual participaram economistas, historiadores e representantes de outras importantes áreas da pesquisa e do conhecimento, o economista e consultor executivo José Eugênio Vieira (2002, p. 21-22) forneceu esses dados, comentando que a causa estava na falta de “prestígio político” e na “opção política”. No mesmo painel, Roberto Garcia Simões (2002, p. 242-243) destacou que o maior dilema do Espírito Santo, na atualidade, é de caráter ético e político-institucional, não sendo portanto uma questão econômica. Segundo ele,

*[...] o descompasso entre a posição econômica do Espírito Santo e os resultados políticos são flagrantes. O Espírito Santo é o oitavo estado no ranking de competitividade nacional [...]. Porém,*

---

<sup>96</sup> LUIZ Paulo critica benefício de Marta. *A Tribuna*, Vitória (ES), 25 ago. 2004. p. 33.

*o Espírito Santo não está colocado entre os quinze estados divulgados que, em 2000, conseguiram mobilizar o maior volume de recursos federais para investimentos [...]. Na última década, o Espírito Santo não conseguiu atrair nenhum empreendimento significativo.*

Não é supérfluo comparar as palavras de Simões com as reflexões de Moniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1896b p. 157), referentes à situação do estado em seu primeiro mandato: “O Espírito Santo já é o nono estado brasileiro pela importância de sua renda, e relativamente à população pode ser considerado um dos primeiros”. Jerônimo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 49) também reafirma posteriormente essa posição, quando declara que “[...] em movimento de produção e exportação, [o Espírito Santo] ocupa o 9º lugar entre os demais estados”. Entretanto, sem autonomia e satélite. Observa-se, assim, que no discurso dos atuais políticos e intelectuais capixabas continuam válidas as observações feitas pelos presidentes do estado do Espírito Santo entre 1892 e 1912 e registradas em documentos oficiais, no que se refere aos aspectos tratados nesta dissertação.

Não são poucas as vezes em que os jornais capixabas fornecem notícias que, de uma maneira ou de outra, sugerem a existência do mesmo jogo que conduziu ao processo de dependência, esquecimento e falta de autonomia aqui analisado. É assim que, por exemplo, uma das maiores construtoras do país, a firma Camargo Corrêa, que desde certo tempo vinha manifestando interesse em investir em um estaleiro no Porto de Barra do Riacho (Aracruz),<sup>97</sup> está agora focando seus negócios possivelmente em Pernambuco, tendo desistido do Espírito Santo “[...] devido às dificuldades de liberação da área de 90ha pertencente à União, reservada para o empreendimento”.<sup>98</sup>

Trata-se evidentemente da continuidade de um mesmo processo no qual a autonomia do Espírito Santo acha-se ausente pelo menos há quase um século, o que talvez permitisse a Braudel (1992, p. 44) encaixar o fenômeno naquilo que ele chama de longa duração e que ele mesmo define como “[...] uma realidade

---

<sup>97</sup> DIFICULDADE própria. *A Tribuna*, Vitória (ES), 30 jul. 2004. p. 24.

<sup>98</sup> Trata-se de notícia veiculada pelo *Jornal do Comércio* de Pernambuco e comentada em artigo de Roberto Garcia Simões. *ES perdeu estaleiro*. *A Gazeta*, Vitória (ES), 5 set. 2004, p. 3.

concreta que o tempo tende a preservar e não a fazer mudar [...]”, uma vez que se compõem de elementos “[...] estáveis, contínuos, permanentes” (REIS, 1994, p. 66-87). É por essa razão que “[...] o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (BRAUDEL, 1992, p. 54).

A presente pesquisa não tinha por objetivo aprofundar-se nas causas do fenômeno de dependência nem em sua continuidade, mas tão-somente no levantamento de uma problemática: em que medida, nos documentos oficiais, explicitava-se a autonomia política do Espírito Santo, durante duas importantes décadas (1892-1912) da Primeira República? Em sendo negativa a suposição de autonomia, e constatado que essa característica continua viva na atualidade, resta perguntar: é útil para a vida política atual entender os mecanismos dessa falta de autonomia que já existia um século atrás? Para o século XXI, tem algum sentido prático estudar essas contradições resultantes das especificidades políticas daquele início da República brasileira?

Buscar praticidade numa pesquisa desse gênero não significa se posicionar favoravelmente à idéia da História como uma coleção de exemplos e mestre de vida,<sup>99</sup> oferecendo ao futuro exemplos a evitar ou a imitar.

Vivemos, entretanto, um momento histórico singular, em que, sob o impacto da globalização, desaparecem aldeias, desativam-se complexos industriais e caem ao chão antigos modos de vida. A crise atingiu vários níveis. As referências desaparecem. A família se transforma. Igrejas se esvaziam. Igrejas se enchem. Os valores mudam. As convicções desaparecem. O Estado não protege. Grandes instituições se apagam. A violência se espalha. Os desfiles de Primeiro de Maio já não têm mais carisma. Novas potências surgem. Outros problemas aparecem. Muda-se o jogo das hegemonias. Permanecem muitas dependências.

A disciplina histórica<sup>100</sup> não visa a ressuscitar o passado, nem a cultuar tal personagem ou acontecimento. Seu objetivo é tornar compreensíveis as relações

---

<sup>99</sup> “Magistra vitae” (mestre da vida) é a concepção da História pregada por Cícero (106-43 a.C.) e aceita durante muito tempo.

<sup>100</sup> Ver Boutier e Julia (1998, p.52-53).

que unem ou dividem os seres humanos, os grupos sociais, os governantes e os governados, sem deixar de analisar as complexidades e as dificuldades de tal relacionamento. E tudo isso, dentro de uma função ímpar, nas sociedades democráticas: colaborar para que cada geração receba a herança do passado e a altere em função das necessidades do presente.

É possível à atual geração de formadores de opinião capixabas mudar essa continuidade, a fim de que, nas pegadas de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 51), “[...] possamos ver colocado na sua legítima e elevada posição, o nosso estremecido Espírito Santo?” Tomar consciência dessa problemática já é meio caminho andado. Contribuindo com o renascimento da história política, esta dissertação também colabora com essa tomada de consciência. Entretanto, boa parte do sucesso quanto a possíveis mudanças certamente dependerá da força advinda da divisa que Jerônimo Monteiro (NOVAES, [s.d.], p. 379) estabeleceu para o estado do Espírito Santo: **Trabalha e Confia.**

## 7 REFERÊNCIAS

- 1 AGUIRRE, Antônio. Circular do Dr. Antônio Aguirre. *In*: CLAUDIO, Afonso. **História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica do Espírito Santo, 2002.
- 2 ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição**: o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- 3 ANNUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927
- 4 ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- 5 ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada 3**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 6 BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2000.
- 7 BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2003.
- 8 BASILIO, Marcello Antônio de Souza. **A vida e a obra de Moniz Freire**. Vitória: [s.n], 1961.
- 9 BELLO, José Maria. A história da república (1889-1902). *In*: LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- 10 BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2002. v. 1.
- 11 BITTENCOURT, Gabriel Augusto e Mello. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1987.
- 12 BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



- 13 BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, vol.1 e vol. 2, 2002
- 14 BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- 15 BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- 16 BRASIL. Congresso Nacional. **Anais do Senado**: sessão de 30-12-1908. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 22-2-2004.
- 17 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais da Câmara**: sessão de 24-10-1917. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1917.
- 18 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais da Câmara**: sessão de 4-9-1916. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1916.
- 19 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais da Câmara**: sessão de 21-8-1915. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1915.
- 20 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais da Câmara**: sessão de 24-9-1917. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1917.
- 21 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**: sessão de 1-8-1908. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 22-2-2004.
- 22 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**: sessão de 7-8-1912. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 10-2-2004.
- 23 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais do Senado**: sessão de 8/7-1908. Disponível em: <[www.senado.gov.br/anais.htm](http://www.senado.gov.br/anais.htm)>. Acesso em: 22-2-2004.
- 24 \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Anais da Câmara**: sessão de 23-9-1916. Deputados brasileiros: 1826-1976. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1916.

- 25 BRASIL. Constituição (1891). **Constituição [da] República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <[www.redebrasil.mt.dt/OC1/CF-1891.num.html](http://www.redebrasil.mt.dt/OC1/CF-1891.num.html)>. Acesso em: 20/12/2003.
- 26 BRASIL. Presidente (1898-1902: Salles). **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo presidente da República M. Ferraz de Campos Salles**. Rio de Janeiro: 1899.
- 27 \_\_\_\_\_. Presidente (1898-1902: Salles). **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo presidente da República M. Ferraz de Campos Salles**. Rio de Janeiro: 1901.
- 28 BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- 29 BRUNO, Deusa da Cunha. **Brasil República: o jogo do poder oligárquico**. Niterói: EDUFF, 1995
- 30 BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed.UNESP, 1992.
- 31 \_\_\_\_\_. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- 32 CALDEIRA, Milton. **Constituições do Estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: FJSN, 1980. (Série Documentos capixabas, v. 5: Constituições do estado do Espírito Santo).
- 33 CALIMAN, Eduardo (Editor). Investimentos federais no ES só superam os de Rondônia e Amapá. **A Gazeta**, Vitória (ES), 13 ago. 2004. p. 15.
- 34 CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1981. v. VI.
- 35 CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo arrabalde**. Vitória: PMV/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- 36 CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- 37 CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v 1.

- 38 CARRESE, Paul. **Taking federalism seriously**. Disponível em: <[www.firstthings.com/ftissues/ft0106/reviews/carrese](http://www.firstthings.com/ftissues/ft0106/reviews/carrese)>. Acesso em: 9/9/2003.
- 39 CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- 40 CASTÉLLO, Alvaro. L'État d'Espírito Santo – Son burget – sa dette extérieure, son chemin de fer du Sud – situation tendue – remèdes. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto e Mello. **Café e modernização**: o Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1987. p. 119-134.
- 41 CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: UnB, 1985.
- 42 CHÂTELET, François. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- 43 CLAUDIO, Afonso. **História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002.
- 44 COSTA PORTO, José da. Pinheiro Machado e seu tempo (Tentativa de Interpretação). In: CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 2. ed. Brasília: Edit. UnB, 1985.
- 45 DAHRENDORF, Ralph. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UnB, 1982.
- 46 \_\_\_\_\_. **Após 1989**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- 47 DIFICULDADE própria. **A Tribuna**, Vitória (ES), 30 jul. 2004. p. 24.
- 48 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo, após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte**. Vitória: Typ. do Estado, 1892.
- 49 \_\_\_\_\_. Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, lida ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de setembro de 1893**. Vitória: Typographia do “Estado do Espírito Santo”, 1893.

- 50 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem lida pelo Exm. Sr. presidente do Estado do Espírito Santo, na instalação do Congresso Legislativo.** Vitória: Typographia do Estado do Espírito Santo, 1894.
- 51 \_\_\_\_\_. Presidente (1892-1896: Freire). **Mensagem do Exm. Sr. presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 17 de setembro de 1895.** Vitória: Typographia do Estado, 1895.
- 52 \_\_\_\_\_. Presidente (1896-1897: Neves). **Mensagem do Exmo. Sr. presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 22 de setembro de 1896.** Vitória: Typographia do Estado, 1896a.
- 53 \_\_\_\_\_. Presidente (1892-1896: Freire). **Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire, presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896b.
- 54 \_\_\_\_\_. Presidente (1897-1898: Neves). **Mensagem do Exm. Sr. Vice-presidente do Estado do Espírito Santo, lida na instalação do Congresso Legislativo em 15 de setembro de 1897, juntamente com o Relatório do Exm. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves.** Vitória: Typographia do Estado, 1897.
- 55 \_\_\_\_\_. Presidente (1898-1900: Vasconcellos). **Mensagem lida pelo Exm. Sr. Dr. José Marcellino P. de Vasconcellos, presidente do Estado do Espírito Santo na instalação do Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1898.** Vitória: Papelaria e Typ. de A. Moreira Dantas, 1898.
- 56 \_\_\_\_\_. Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª. sessão da terceira Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 13 de Setembro de 1900.** Victoria: Papelaria e Typographya de A. Moreira Dantas, 1900.
- 57 \_\_\_\_\_. Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª. sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 28 de setembro de 1901.** Vitoria: Typographia Commercial de Nelson Costa & Comp., 1901.

- 58 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso legislativo na abertura da segunda sessão da quarta legislatura pelo presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 2 de outubro de 1902.** Victoria: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1902
- 59 \_\_\_\_\_. Presidente (1900-1904: Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 22 de setembro de 1903.** Victoria: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1903.
- 60 \_\_\_\_\_. Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª. sessão da quinta Legislatura pelo Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 7 de setembro de 1904.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1904.
- 61 \_\_\_\_\_. Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 2ª. sessão da quinta Legislatura pelo Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 11 de setembro de 1905.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1905.
- 62 \_\_\_\_\_. Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 3ª. sessão da quinta Legislatura pelo Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 9 de outubro de 1906.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1906.
- 63 \_\_\_\_\_. Presidente (1904-1908: Coutinho). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª. sessão da sexta Legislatura pelo Presidente do Estado, Coronel Henrique da Silva Coutinho, em 7 de setembro de 1907.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa & Comp., 1907.
- 64 \_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso espírito-santense, na segunda sessão da sexta Legislatura.** Vitória: Papelaria e Typographia Nelson Costa, 1908.

- 65 ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na terceira sessão da sexta legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1909.
- 66 \_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 1ª. sessão da 7ª. legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1910.
- 67 \_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 2ª. sessão da 7ª. legislatura.** Vitória: Imprensa Oficial, 1911.
- 68 \_\_\_\_\_. Presidente (1908-1912: Monteiro). **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro, presidente do Estado durante o mesmo período.** Vitória: Imprensa Oficial, 1913.
- 69 FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história:** ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- 70 FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
- 71 FARIA, Fernando Antônio. **Arquivo de sombras:** a privatização do estado brasileiro nos anos iniciais da primeira república. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.
- 72 FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da USP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- 73 FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente:** da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- 74 FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A República na velha província.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

- 75 FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do privado ao público**: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República. 2001. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo. São Paulo, 2001.
- 76 FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **A república e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.
- 77 FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (Org). **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- 78 GOMES FILHO, Oscar. **Rio Branco Atlético Clube**: história e conquistas. Vitória: [s.n], 2002.
- 79 HUGGINS, Martha K. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.
- 80 JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- 81 JULLIARD, J. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- 82 LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- 83 LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- 84 LEVI, Lúcio. Federalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 2002. v. 1.
- 85 LUIZ PAULO critica benefício de Marta. **A Tribuna**, Vitória (ES), 25 ago. 2004. p. 33.
- 86 MANIFESTO do clube republicano do Rio de Janeiro. In: CLAUDIO, Afonso. **História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002. Anexo A. p. 76-87. [publicado no 1º número de A República, órgão do mesmo clube, em 3 de dezembro de 1870].

- 87 MATTOS, Hélio Jaguaribe. **Crise e alternativas da América Latina**. São Paulo: Perspectivas, 1976.
- 88 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da República Velha ao Estado Novo. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- 89 MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O espírito das leis**. 7. ed. Tradução e notas de Pedro Vieira Mota. São Paulo: Saraiva, 2000.
- 90 MORAES, José Geraldo Vinci de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994.
- 91 MOTA, Pedro Vieira. Introdução. In: MONTESQUIEU, Charles de Secondat Baron de. **O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- 92 NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- 93 NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d].
- 94 \_\_\_\_\_. **Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.
- 95 NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau P. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.
- 96 OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- 97 OSTELLINO, Piero. Satélite. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2002. v. 2.
- 98 PARSONS, Talcott. The distribution of power in american society. In: DAHRENDORF, Ralph. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UNB, 1982.



- 99 PASQUINO, Gianfranco. Executivo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2002, v. 1.
- 100 PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- 101 RANKING dos Estados. **A Tribuna**, Vitória (ES), 11 jun. 2004. p. 29.
- 102 REIS, J. C. **Nouvelle histoire e tempo histórico**. São Paulo: Ática, 1994.
- 103 ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. **Uma ferrovia em questão: a Vitória a Minas, 1890-1940**. Vitória: EFVM, 1985.
- 104 RUSS, Jacqueline. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994.
- 105 SABINE, George H. **Historia de la teoria política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- 106 SALETTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: Edufes, 1996.
- 107 SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.
- 108 SCHWARTZMAN, Simon. **Representação e cooptação política no Brasil**. Disponível em: <[www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm](http://www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm)>. Acesso em: 10-1-2004.
- 109 SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau.P. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.
- 110 SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.
- 111 SIMÕES, Roberto Garcia. Desenvolvimento econômico do Espírito Santo no século XX. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.

- 112 SIMÕES, Roberto Garcia. Há uma inércia. **A Gazeta**, Vitória (ES), 13 ago. p. 15.
- 113 \_\_\_\_\_. ES perdeu estaleiro. **A Gazeta**, Vitória (ES), 5 set. 2004. Opinião, p. 15.
- 114 SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1979. v. 1.
- 115 SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.
- 116 \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do porto de Vitória (1879-1940)**. Vitória: Ita, 1995.
- 117 SOROS, Georges. **A crise do capitalismo**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- 118 SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- 119 TALLON, Miguel Depes; COSTA, Luciana Osório. **O Espírito Santo na Revolução de 30**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1980.
- 120 VIEIRA, José Eugênio. Evolução industrial do Espírito Santo. In: BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002.
- 121 WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 122 WEBER, Max. **Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- 123 \_\_\_\_\_. O estado nacional e a política econômica. In: COHN, Gabriel. **Max Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.